

Dezembro de 2022

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain,
João Domingos
Massomba Dominique
Moisés Festo
Amilcar Salumbo
Cupi Baptista

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
Rooftops Canada - Abri Internacional
Global Affairs Canada
International Development Research Centre
USAID
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Vir do Zango IV para trabalhar no centro custa pelo menos 44 mil Kz/mês	6
1.2 INEFOP coloca seis mil jovens no mercado de trabalho no Huambo	7
1.3 Angolanos estão mais pobres e vivem menos tempo do que há quatro anos	7
1.4 Cidadãos em Cacuaco beneficiam de apoio	8
1.5 Kwenda alarga financiamento para assistir famílias vulneráveis	9
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 BPC anuncia recuperação de crédito malparado equivalente a 21 mil milhões de kz	11
2.2 Programa de apoio ao crédito desembolsa 45 mil milhões de kwanzas	11
3. MERCADO INFORMAL	13
3.1 Companhia pode absorver mão-de-obra do garimpo	13
3.2 Venda informal nas imediações do São Paulo revolta moradores e logísticas	13
3.3 Apoio ao empreendedorismo sobre rodas	14
3.4 Vendedores do Candembe contribuem com mais de dois milhões de kwanzas	14
3.5 "Sem 'zunga' não somos ninguém"	16
3.6 Luanda em 85 mil lugares vazios nos mercados	16
3.7 "O governo quer acabar com a venda desordenada"	17
3.8 Carregamento de banheiras de peixe dá sustento a jovens em Cacuaco	17
3.9 Especuladores advertidos com processos criminais	19
3.10 Defendida maior envolvimento no saneamento dos locais de venda	20
3.11 Mercados paralelos apostam na limpeza para atrair clientes	20
3.12 Vendedoras da capital lamentam pela pouca procura	22
3.13 Soba da jamba defende a criação de cooperativas de exploração de ouro	23
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	24
4.1 OGE 2023 vai refletir autonomia financeira dos municípios	24
4.2 Dotação orçamental para 2023 incrementada em 7,0 por cento	25
4.3 MPLA aposta na administração pública transparente	25
4.4 O próximo OGE	26
4.5 Proposta de OGE-2023 fixa despesas em mais de 20 biliões de kwanzas	27
4.6 Proposta do OGE para 2023 é de 20,1 biliões kwanzas	28
4.7 A fatia no OGE investida no sistema educativo em Angola	28
4.8 O Processo de Orçamento e transparência em Angola	29
4.9 Verbas para o sector social crescem 33% mas "faltam" 4,1 biliões Kz para Saúde e Educação	30
4.10 OGE 2023 mais prudente, mas aguarda-se por maior execução em relação ao de 2022	31
4.11 Parlamento esclarece atribuição da verba	32
4.12 OGE 2023 mais prudente, mas aguarda-se por maior execução em relação ao de 2022	32
4.13 Proposta de OGE prioriza investimentos públicos	33
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	35
5.1 Fórum das Cidades e Municípios discute governação participativa	35
5.2 A vida é feita nos municípios	35

5.3	Administradores municipais e adjuntos vão custar mais 3,7 mil milhões Kz por ano	36
5.4	OGE 2023 vai refletir autonomia financeira dos municípios	36
5.5	PR considera fundamental transferência de competências para os municípios	37
5.6	Alteração da Divisão Política Administrativa vai à consulta	38
5.7	Angola com mais municípios entre sete países e o dobro da África do Sul	39
5.8	Eleições para o poder local são a matriz nos países da região de África Austral	41
5.9	Executivo prepara agenda para digitalização da Administração Pública	41
5.10	Nova divisão político-administrativa desequilibra as contas públicas	42
5.11	Habitantes do Zaire favoráveis à criação de 25 municípios	43
5.12	Escola de Administração Pública forma mais de oito mil agentes	43
5.13	Autarquias vs divisão político-administrativa	44
5.14	Província de Luanda pode contar com 55 municípios	45
5.15	Governo retoma pagamento dos subsídios aos sobas	46
5.16	Bengo pode contar com 24 municípios	46
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	48
6.1	Ordem denuncia incumprimento curricular de Universidades do país	48
6.2	Mulheres são incentivadas à autoconstrução dirigida	48
6.3	Província do Zaire vai retomar a construção de infra-estruturas	49
6.4	Obras da centralidade decorrem a bom ritmo	50
6.5	Preços dos imóveis descem e oferecem mais oportunidades de investimento imobiliário	50
6.6	Realojadas mais 225 famílias	51
6.7	Mercado imobiliário em Luanda regista queda nos preços	52
7.	TERRA	53
7.1	Mulheres rurais capacitadas para a criação de cooperativas	53
7.2	Prestar contas sobre os negócios fundiários no País	53
7.3	Comunicado	54
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	55
8.1	EPAL é uma indesejável empresa que pouco ou nada tem, de público	55
8.2	Estado garante financiamento para ampliar o abastecimento de água	56
8.3	Luanda tem plano de ação para mitigar efeitos da chuva	57
8.4	Governo de Luanda traça plano para atenuar efeitos das chuvas	58
8.5	Desmentido envenenamento da água consumida em Cazengo	58
8.6	Empresas de saneamento da capital garantem ruas limpas no Natal e Ano Novo	59
8.7	Valas de drenagem e pavimentação das ruas	60
8.8	Construção do canal de água a partir do rio Cunene leva à concentração de adubo dos bebedouros nas aldeias	60
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	62
9.1	População angolana desconhece real conceito de violência	62
9.2	Delinquência juvenil nas escolas com tendência a diminuir em Luanda	63
9.3	Rede Mulher Polícia reforça ações para prevenir os abusos sexuais	64
10.	AMBIENTE	67
10.1	Estatísticas com peso informal	67
10.2	Plantados oito mil mangais no distrito dos Ramiros	67

10.3	Chuvas desalojam famílias em Ambaca	68
10.4	Negócio milionário com salários de miséria	68
10.5	Recursos florestais da Ganda exportados sem benefícios para a população local	69
10.6	Seca em Angola custa 100 milhões USD por ano	70
10.7	Governo de Luanda traça plano para atenuar efeitos das chuvas	71
10.8	Apreendidos quatro camiões com toros de madeira em Cacolo	71
10.9	Acesso às energias renováveis deve atingir 50 por cento em 2026	72
10.10	Chuvas deixam dezenas de residências inundadas	72
10.11	Centralidade do Dundo fora do perigo de desabamento	73
10.12	Curoca, o epicentro da seca e fome	73
10.13	Vítimas da chuva solicitam apoio	74

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA **76**

11.1	A Juventude China-Angola com Excelentes Perspectivas - 1ª parte	76
11.2	Mercado é dominado por peças de origem chinesa e indiana	77
11.3	Angola e China registam trocas comerciais avaliadas em mais de 23 mil milhões de dólares	78

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Vir do Zango IV para trabalhar no centro custa pelo menos 44 mil Kz/mês

Jornal Expansão
13 De Dezembro de 2022
Texto: José Gongga

É segunda-feira e são 5h00, o mundo mal despertou, mas Francisco Chivinda já está na paragem de táxi para cumprir o horário de entrada no emprego, que é as oito horas. É uma rotina que se repete cinco vezes na semana, um percurso de pouco mais de 40 km de casa (Zango IV - município de Viana, até ao largo 1º de Maio). É um trajecto que está desenhado na palma da mão nos últimos três anos, mas que lhe custa em média 2.000 Kz/dia, 44.000 Kz em um mês de 22 dias laborais. Além de "gastar" horas na luta pelo táxi e mais o tempo do percurso.

Rui Silva também vive no Zango IV, mas diferente do Francisco Chivinda, tem viatura própria e gasta 5.000 Kz em combustíveis para quatro dias de trabalho, contas feitas são 27.500 Kz nos mesmos 22 dias úteis. Chega-se à conclusão que neste caso do Zango IV, os custos mensais com táxi chegam a mais de 60% do que sair de casa para o trabalho com viatura própria, que no caso específico de um Hyundai modelo i20, consome em média 6,4 litros em cada 100 Km, e onde obviamente, não estão adicionados os custos com a manutenção do carro que são imprevisíveis e o valor do investimento na viatura.

Este caso do Zango IV é apenas um, porém a realidade assemelha-se muito com os que vivem nas zonas do Benfica, Vila de Viana, Sequele ou Kilamba, e têm os seus postos de trabalho no centro da cidade.

A situação pode vir a agravar-se tanto para Rui Silva como para Francisco Chivinda, como para tantos outros que partilham as mesmas "provações", se concretizar o fim da subsidiação dos combustíveis, que vai ser feita gradualmente já a partir de 2023. Com um preço real dos combustíveis, na casa dos 398 Kz mais do que o dobro em relação aos 160 Kz actuais, como calculou Expansão na edição nº 702, Rui Silva, que é funcionário público, passaria a gastar com o combustível quase três vezes mais do que

agora, ou seja, saindo dos 27.500 Kz/mês para mais de 68.000 Kz/mês, o que se tornaria quase "impossível" com os salários praticados actualmente, sendo que do lado do Chivinda os preços dos transportes também podem vir a disparar.

"Às vezes, já é difícil manter o carro na estrada todos os dias, por isso prefiro ser madrugador, acordar mais cedo e aproveitar fazer serviço de táxi a caminho do trabalho, isso ajuda a custear o combustível", explica Rui Silva

Falta transportes públicos

O fim da subsidiação dos combustíveis pode forçar um investimento no sector dos transportes públicos, servindo como solução para amortizar o choque nas tarifas dos transportes e aumentar outras alternativas de locomoção. "Os autocarros públicos são poucos. Quando estou no limite financeiro uso autocarros, mas só para voltar para casa. Para ir para o serviço é mais complicado tem que ser muito mais cedo", explica Chivinda, que vira olhos instantaneamente para lado de onde vem os táxis, levantando os braços. Algumas vezes de forma inútil, pois alguns carros já estão lotados e tem que esperar.

Em grandes cidades, em termos demográficos, é normal haver movimentos apertados no trânsito, por isso Luanda não é excepção. A diferença do mais ou menos apertado também reside na cobertura dos transportes públicos, que acaba por ter repercussão directa no trânsito, desafogando-o, de acordo com especialistas em mobilidade. "Os custos com transportes acabam por ter, no fim das contas, um peso enorme nas despesas mensais. É difícil para mim, é difícil para todos que diariamente viajam grandes distâncias para chegar no trabalho a hora", diz Eduardo Joaquim (nome fictício), professor do ensino primário, que vive no Benfica e trabalha no centro da cidade de Luanda. E acrescenta que não consegue viajar de autocarro, porque sente-se sufocado por causa das "condições difíceis com que as pessoas são transportadas".

Afecta produtividade

Quando se trata de grandes distâncias os trabalhadores necessitam muitas vezes de pegar vários táxis para realizar o percurso da residência para o trabalho e vice-versa. E durante o percurso, são desafiados com dificuldades de várias ordens, podendo trazer mudanças no comportamento individual, o que origina alterações no desempenho das actividades profissionais, de acordo com o sociólogo Adriano Tandela. "Há também um desequilíbrio emocional com o stress e a aflição e isso

afecta na produtividade do trabalhador", referiu ao Expansão.

Dona Helena vive na Vila de Viana e gasta em média 1.500 Kz/dia, para ir e voltar. Trabalha como doméstica no distrito urbano da Maianga, e confirma que se sente cansada quando chega ao local de trabalho. De acordo com Adriano Tandela, as condições sociais dos trabalhadores não permitem que a mão-de-obra angolana seja competitiva.

1.2 INEFOP coloca seis mil jovens no mercado de trabalho no Huambo

Jornal de Angola
14 De Dezembro de 2022
Texto: Adolfo Mundombe

Pelo menos seis mil jovens da província do Huambo foram formados nos cursos de Electricidade de Baixa Tensão, Carpintaria, Alvenaria, Serralharia, Corte e Costura, Pastelaria, Agricultura, no âmbito do Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE).

O chefe dos Serviços Provinciais do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP), no Huambo, Edivaldo Costa, esclareceu que, apesar de, neste momento, a primeira fase do PAPE estar terminada, as acções de contemplação com kits e carteiras profissionais, micro-créditos e outras componentes deste programa, continuam.

O responsável do INEFOP sublinhou, ainda, que em relação ao ano passado, os dados estatísticos do presente ciclo formativos ultrapassaram as expectativas, tendo em conta o aumento da procura dos referidos cursos.

Edivaldo Costa esclareceu que a ideia é não ter o material do empreendedorismo em stock como perspectiva de não distribuir, mas sim para ser entregue aos jovens que apostam nos cursos para ter uma formação profissional.

Neste âmbito, o responsável lançou o repto a todos os candidatos formados e com a situação regularizada a darem corpo ao fomento do autoemprego, com intuito de criarem pequenas empresas de prestação de serviços.

Deste modo, acrescentou Edivaldo Costa, fomenta-se a criação de novos postos de trabalho e a arrecadação de receitas para o Estado.

Bartolomeu Hossi e Alda Isabel, ambos formados nos cursos de Agricultura e Pastelaria, agradeceram o empenho do Governo Provincial do Huambo, que,

desde sempre, procurou aliviar a inquietação da juventude, principalmente, quando se trata de desemprego.

Sugeriram, nesse sentido, a outros jovens a apostarem na formação técnica profissional e a não desistirem dos seus objectivos relacionados com a inserção no mercado do emprego.

No Huambo, os cursos decorreram nos centros de formação profissionais do INEFOP dos municípios do Huambo, Caála, Mungo e Chicala-Tcholoanga.

1.3 Angolanos estão mais pobres e vivem menos tempo do que há quatro anos

Jornal de Expansão
16 De Dezembro 2022
Texto: José Gongga

Angola voltou a cair pela terceira vez consecutiva no Índice de Desenvolvimento Humano. O medidor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2021/2022 apesar de ter mantido o País na posição 148 entre os 191 países avaliados pelo índice, revela que os angolanos estão mais pobres e perderam oito meses em esperança média de vida desde 2019, altura que o índice começou a cair.

O relatório do IDH, sinaliza que desde 2019 a esperança de vida de cada angolano tem vindo a cair. Nesse ano a média de era de 62,4 anos, em 2020 caiu para 62,3 e 2021/2022 cada angolano passou a ter uma esperança de vida inferior em sete meses, para 61,6 anos. Os três últimos anos contrariam a tendência sempre a subir que tinha sido mantida no índice desde 2002, altura em que se colocou fim a guerra civil.

O IDH angolano está a ser penalizado pela crise económica e financeira que afectou o País nos últimos anos, agravando a pobreza e as dificuldades das famílias, mas também pela falta de respostas ao nível da saúde e da educação, cujo peso no Orçamento Geral do Estado continua distante dos parâmetros internacionais. O País continua a produzir menos riqueza e diferente dos tempos em que o rendimento nacional bruto per capita era elevado, se comparado com outros países em desenvolvimento.

Em 2010, o rendimento per capita duplicou face ao final da guerra civil para 6.912 USD, e chegou aos 7.653 USD em 2015. De lá para cá, o rendimento per capita tem vindo a cair ano após ano, atingindo os

5.466 USD em 2021/2022 de acordo com o IDH, abaixo do valor que existia há 12 anos atrás.

A principal causa na queda do PIB per capita incide no facto de a população estar a crescer a uma média de 3% ao ano, ao passo que País enfrentou cinco recessões económicas consecutivas iniciadas em 2016 e apenas ultrapassadas em 2021. Este desequilíbrio entre o crescimento económico e demográfico gerou incapacidade de criar novos empregos, o que faz que Angola tenha estado a criar cada vez mais população pobre nos últimos anos.

Em Setembro, altura em avançamos esta notícia, o investigador Fernandes Wanda explicou ao Joaquim José Reis, jornalista do Expansão que o novo Governo, saído da de 24 de Agosto, está obrigado "a melhorar a qualidade da despesa pública, que pode ajudar a dinamizar o sector privado (particularmente aquele ligado ao produtivo), aumentando a oferta de empregos no sector formal da economia.

Sabendo que as empresas e cidadãos pagam impostos, o Executivo, via tributação, poderá ter mais recursos para investir no sector social, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida das populações". E acrescentou que é necessário um crescimento económico robusto, sustentando pela via da produção, de forma a garantir a melhoria de vida da população que tem estado a perder poder de compra, ano após ano, devido ao "imposto escondido" que é a inflação, o que faz com que quase 60% dos gastos das famílias angolanas seja hoje em alimentação.

"A esperança de vida está associada à qualidade de vida das pessoas, que depende dos rendimentos. Com o aumento do desemprego, particularmente entre a juventude, e sendo este o grupo maioritário em Angola, ajuda a compreendermos que neste contexto a esperança dos angolanos viverem mais, sem recursos, é diminuta".

I.4 Cidadãos em Cacuaco beneficiam de apoio

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2023

Texto: Nilza Massango

Cerca de 300 munícipes de Cacuaco, província de Luanda, receberam, ontem, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, meios para a criação de fontes de rendimento e sustento das suas famílias, bem como material de construção.

Trata-se de kits de corte e costura, salão de beleza, máquinas de fazer pipocas, carrinhos de venda "Food Yeto", motorizadas de duas e três rodas, chapas de zinco, canadianas e cadeiras de roda.

A entrega simbólica dos meios, ocorrida na sede da Administração Municipal, foi feita pelo governador de Luanda, Manuel Homem, que disse que o acto representa o cumprimento de um programa que o Governo estabeleceu, no âmbito do combate à pobreza.

"O município de Cacuaco tem sido uma referência positiva no âmbito do programa de combate à pobreza, com vários programas de empoderamento das famílias, com destaque, também, para cozinhas comunitárias, que potenciam o programa de merenda escolar", sublinhou.

Bendita dos Santos, que recebeu um kit de corte e costura (máquina, linhas, botões, tecidos, panos, cola, tesouras, ferro e tábua de engomar), disse que o próximo passo é a criação de uma pequena empresa.

Dina Zacarias, também, foi uma das beneficiárias de kits profissionais. Disse à nossa reportagem que recebeu um fogareiro, carvão vegetal, grelha e quitutes da terra, como banana, bombó e ginguba, o que vai fazer com que deixe de vender no chão do mercado e aumente a renda familiar.

Um projecto de milhões

Segundo dados do administrador municipal, Auzílio Jacob, o program de combate à pobreza, que começou em 2020, já beneficiou 11.250 pessoas, com um custo de cerca de 900 milhões de kwanzas, na ordem de 25 milhões por mês.

"Enquanto uns gritam que no combate à pobreza os 25 milhões são insuficientes, aqui em Cacuaco faz-se milagres. O município vai fechar o ano em grande no que se refere ao combate à pobreza. Ontem foram contempladas as últimas pessoas da lista de 2022", disse o administrador.

Auzílio Jacob reconheceu que o número de pessoas que precisa de emponderamento é elevado, acrescentando que a prioridades são as famílias mais carenciadas.

Visita de constatação

Depois da entrega dos kits, o governador Manuel Homem constatou as obras do Hospital Materno Infantil, no bairro Maiombe, na comuna da Funda, em Cacuaco.

O edifício principal, que está a ser erguido numa área de 2.933 metros cúbicos, conta com área para pacientes internados, enfermaria pediátrica, com 14 camas, área para urgências, serviços auxiliares, de resíduos hospitalares e morgue.

Manuel Homem inteirou-se, também, das obras da estrada que liga Kilunda ao Bengo, que há anos carece de asfalto.

Segundo o administrador municipal de Cacuaco, trata-se de uma estrada com quase nove quilómetros, numa zona de produção agrícola, que vai facilitar o escoamento de produtos do campo para a cidade.

Sobre a estrada do Kifangondo, que tem criado vários constrangimentos por causa do seu mau estado, o administrador referiu que pelas suas características precisa de intervenção profunda.

"A estrada tem problemas de estagnação de águas, mas acabou-se agora um estudo de identificação da origem das mesmas e o Governo Central está a criar as condições, por via da contratação pública, para que se faça, de facto, uma intervenção profunda. Nós, enquanto Administração Municipal, estamos a concluir uma alternativa, a estrada do bairro dos Pescadores, para ser usada quando a do Kifangondo fechar", garantiu.

I.5 Kwenda alarga financiamento para assistir famílias vulneráveis

Jornal de Angola

31 De Dezembro 2022

Texto: Adelina Inácio

A Ministra de Estado para Área Social, Dalva Rigonte, garantiu que o Executivo vai continuar com o programa de transferências monetárias e está a trabalhar para alargar a base de financiamento para que mais famílias vulneráveis possam beneficiar do programa Kwenda.

Dalva Ringote, que falava à imprensa à margem da cerimónia de cumprimentos de final de ano ao Presidente da República, João Lourenço, na quinta-feira, declarou que o Programa de Combate à Pobreza continua a ocupar um espaço de relevância no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2023. Referiu que no próximo ano, o Sector Social vai prestar mais atenção às famílias no meio rural para que sejam inseridas em novos projectos.

O Kwenda é um programa do Executivo que visa apoiar às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade no país. Avaliado em 420 milhões de dólares, é financiado em 320 milhões pelo Banco Mundial, sendo os restantes 100 milhões provenientes do Tesouro Nacional.

A ministra de Estado para a Área Social afirmou que na proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2023 a área social absorve importante verba para a continuidade dos projectos do Executivo.

"Esperamos que o próximo ano a nossa economia continue a consolidar-se para que o país consiga beneficiar de todos os incentivos e ganhos económicos que temos vindo a experimentar nos últimos tempos", disse, prosseguindo que, o país tem experimentado um crescimento económico aceitável, e no próximo ano vai continuar a garantir a aceleração da economia.

Ministro da Administração do Território

O Ministro da Administração do Território, Dionísio Fonseca, também falou à imprensa no final da cerimónia de cumprimentos de final de ano ao Presidente da República e ressaltou sobre a importância da Proposta da Nova Divisão Político-Administrativa.

Dionísio Fonseca anunciou o término da fase de consulta pública a nível dos Governos provinciais e Administrações municipais que realizaram os conselhos de auscultação nas comunidades.

O ministro disse que o Ministério da Administração do Território recebeu já as propostas saídas da consulta pública. Todas elas, acrescentou, deram nota positiva à proposta, "o que demonstra que a população de um modo geral aplaude a iniciativa da municipalização do Estado".

Dionísio da Fonseca que se mostrou confiante na aprovação da proposta, salientou que o documento está neste momento a ser preparado com todas as propostas para a apreciação pelo Conselho de Ministros.

O ministro aludiu que a proposta tem como objectivo a aproximação dos serviços à população, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e melhor desempenho do Executivo e da governação. Dionísio Fonseca garantiu que esta iniciativa do Executivo não vai colidir com as autarquias, uma vez que esta última deve ser realizada nos municípios apesar de a Constituição prever também autarquias de nível infra ou supramunicipal.

"Não há qualquer colisão entre o processo das autarquias e o programa de municipalização. A ideia é criar condições de melhor funcionamento das futuras autarquias", disse.

A proposta da nova Divisão Político-Administrativa do país deriva da necessidade imperiosa de uma governação cada vez mais próxima do cidadão, tendo em conta a enorme extensão do território que clama por mais províncias e municípios.

O Presidente da República, João Lourenço, sublinhou, a propósito, no seu pronunciamento, que a iniciativa do Executivo "não colidirá com o poder autárquico", reafirmando que será uma realidade.

2. MICROFINANÇAS

2.1 BPC anuncia recuperação de crédito malparado equivalente a 21 mil milhões de kz

Jornal de Angola
20 De Dezembro de 2022
Texto: Armando Sapalo

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) estabeleceu como pilares para o exercício económico do próximo ano, a recuperação do crédito malparado a nível das províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico, avaliado em 21 mil milhões de kwanzas, com as empresas e cooperativas que tinham beneficiado do crédito agrícola, bem como programas de iniciativa institucional do Ministério da Economia e Planeamento.

Segundo informou segunda-feira, o director da região Leste do BPC, Manuel Coimbra, o processo está no bom caminho, uma vez que as equipas de recuperação de crédito continuam a trabalhar com as empresas devedoras, incluindo cooperativas agro-pecuárias que por sua vez têm como fiadoras as administrações municipais.

Com base nas acções em curso, disse Manuel Coimbra, parte do crédito, já está a ser liquidado onde, para as cooperativas agro-pecuárias a responsabilidade é de pagar 20 por cento do empréstimo que lhes tinha sido concedido.

Novos financiamentos

O gestor do BPC na região Leste assegurou que com a recuperação do crédito, a instituição bancária vai estar em condições de transformar novos financiamentos para os titulares de empresas, para que estas, tenham sustentação para a geração de novos empregos.

Os outros clientes das províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico, segundo Manuel Coimbra, podem, entretanto, solicitar financiamentos no âmbito dos pacotes elegíveis e disponíveis no banco.

Depois de cerca de cinco anos sem conceder créditos, além do BPC Salário que está a ser dado num novo formato para os trabalhadores com os ordenados domiciliados no banco, foram igualmente abertas duas linhas de financiamento, disse.

De acordo com Manuel Coimbra, constam dos pacotes, o crédito automóvel e de consumo (social)

que inclui seguro para pensionistas do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), Caixa Social das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional para clientes de até 69 anos de idade.

Em caso de um eventual falecimento ou despedimento do cliente, o seguro do banco cobre os passivos, disse o responsável.

Esclareceu que o crédito ao consumo vai até 20 milhões de kwanzas, dependendo do salário que o cliente auferir, mas referiu que no valor da prestação o banco não se compromete a conceder mais de 60 por cento do ordenado.

O tempo de reembolso estipulado é de três anos, disse Manuel Coimbra, acrescentando que quanto ao BPC salário, a instituição concede ao cliente 100 por cento de quatro ordenados para serem devolvidos em doze meses.

Manuel Coimbra disse que além do plano de recuperação do crédito malparado, as acções implementadas pelo accionista do banco com realce ao incremento do capital, diminuição dos custos operacionais que levaram ao encerramento de algumas agências e descontinuidade de postos de trabalho, o BPC está fortemente apostado em resgatar a confiança dos clientes, sobretudo empresários para a disponibilização de financiamentos

2.2 Programa de apoio ao crédito desembolsa 45 mil milhões de kwanzas

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2022
Texto: Ana Paulo

A informação foi avançada pelo secretário de Estado para a Economia, Ivan dos Santos, quando procedia, ontem, em Luanda, a apresentação de mais um "briefing" semanal, de balanço às actividades do Programa de Apoio ao Crédito Reestruturado de 2022.

Ivan Marques dos Santos realçou ainda que, actualmente, aguardam pelos respectivos desembolsos um total de 714 projectos e no que toca ao global de projectos aprovados, dentro da carteira do BDA, registou-se um aumento de 49 processos em relação à primeira semana de Novembro.

Quanto à aprovação de projectos, o secretário de Estado para a Economia, Ivan Marques dos Santos, assegurou que a nível nacional se pode afirmar que

terem sido aprovados, no global, 1.807 projectos aprovados, com a província de Luanda na liderança pelas 445 aprovações. Os 1.807 projectos aprovados, até à presente data, correspondem a um valor global de mais de 71 mil milhões de kwanzas.

Em relação ao número de projectos por sectores de actividade, Ivan dos Santos destacou que a agricultura lidera com um total de 413 projectos, seguida do Comércio e Distribuição com 268. Seguem-se a Pecuária (146), Indústria Transformadora (106) e Pescas (82).

Sobre a aprovação de projectos, o secretário de Estado fez lembrar que o PAC-reestruturado tinha como meta inicial a aprovação de mil projectos. Entretanto, em função da procura de financiamento, já foram aprovados mais 807 dossiers de crédito, o que por si só revela a necessidade de mais linhas de apoio financeiro para produção interna.

Desembolso

O total de aprovação de projectos, segundo explicou Ivan Marques dos Santos, perfaz 71,9 mil milhões de kwanzas, montante acima do que foi aprovado inicialmente, que são os 41 mil milhões de kwanzas e, por sua vez, mais os 20 mil milhões adicionais que foram aprovados para o reforço do programa.

Do que foi aprovado, Luanda continua a ser a província com mais projectos em aprovação em termos numéricos, beneficiando de uma fatia de 13 mil milhões, seguida por Benguela com quatro mil milhões. A província com menos desembolsos é a Lunda-Sul, com montante em projectos aprovados de 600 milhões de kwanzas.

Os projectos financiados têm um período de carência de 15 meses. Neste processo, Ivan Marques dos Santos sublinhou que os primeiros reembolsos terão início em Agosto do próximo ano.

"A partir do próximo ano, o BDA vai proceder a visitas de acompanhamento dos projectos financiados", garantiu o secretário de Estado para a Economia.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Companhia pode absorver mão-de-obra do garimpo

Jornal de Angola
2 De Dezembro de 2022

Diamantino Azevedo pediu que a Endiama contribua para a resolução do garimpo, pela absorção da força de trabalho angolana envolvida nessas operações consideradas ilegais à luz da lei angolana.

"O que pensamos que pode ser uma solução da questão do garimpo, principalmente para os nacionais que se dedicam a essa actividade que é ilegal, é absorvermos os que estão no garimpo para que passem a fazer parte dos projectos e a trabalhar nos projectos", afirmou Diamantino Azevedo.

O ministro considerou que, "pura e simplesmente retirar os garimpeiros e deixá-los à sua mercê não se adapta ao momento em que as condições sociais das pessoas estão piores do que há um tempo atrás".

Nessa perspectiva, prosseguiu, cabe à trabalhar nos projectos mineiros "para ver como é que nós podemos absorver os garimpeiros nacionais", tomando-se "as devidas medidas" em relação aos outros, até porque a actividade mineira não é intensiva em trabalho absorvendo números limitados de empregados.

3.2 Venda informal nas imediações do São Paulo revolta moradores e logísticas

Jornal Expansão
2 De Dezembro de 2022
Texto: Horácio Bapolo

As vendedoras informais que comercializam os seus produtos nas ruas e passeios das imediações do mercado do São Paulo, em Luanda, causam perturbação aos moradores e comerciantes, a maior parte grossistas, daquela circunscrição. Passeios e ruas ficam com os acessos bloqueados, impedindo a circulação de peões e automóveis, por causa dos produtos expostos em plena rua e à entrada das lojas e dos prédios.

A invasão das vendedoras ambulantes já forçou alguns moradores a mudarem de bairro. É o caso de

Antoniél Varela, de 54 anos, que preferiu arrendar a sua residência na capital e mudar-se para o Zango-5, para evitar o bulício e a confusão que se gera na zona do São Paulo. "Tive de me retirar daqui, porque não há paz. As vendedoras ocupam toda a rua, fazem muita confusão, e há também muitos roubos, principalmente durante a noite", relatou Antoniél, que viveu na zona durante mais de 18 anos.

Outros moradores disseram ao Expansão que todos os dias enfrentam dificuldades, devido ao lixo que as vendedoras deixam para trás, ao mau cheiro nas esquinas e ao desrespeito que se faz sentir à entrada dos prédios. "Tudo isto cria-nos muitos transtornos na hora de sair e entrar em casa. O barulho é enorme, não se consegue descansar de dia e temos de deixar os carros na ponta da rua, longe da porta, porque todo o espaço está ocupado", contou Joana Zemboa.

Conforme constatou o Expansão, a fiscalização actua todos os dias e quase a toda hora, mas não serve de dissuasor. Na zona foram instalados postos móveis da polícia e um dos serviços fiscais da Administração Municipal do Sambizanga para inibir a venda ambulante. Mas, na prática, poucos resultados têm.

Fiscalização aumenta, mas...

A fiscalização aumentou nos últimos dias, depois de o governador de Luanda, Manuel Homem, ter anunciado que "vai trabalhar para acabar com a venda ambulante no casco urbano". Mas a verdade é que a venda informal não acaba, pelo contrário, aumenta. Um funcionário da administração do mercado disse que esta anarquia resulta da corrupção. Relata casos de "venda ilegal" de senhas para ocupação de espaço na rua. "Se há fiscais todos os dias a fazer ronda pelas ruas à volta do mercado porque é que isso não acaba? É porque há chefes que protegem as senhoras e, em contrapartida, ganham com isso!", disse a fonte do Expansão, afirmando que o trabalho de combate à venda informal nas imediações do São Paulo "deve ser mais profundo", porque envolve "peixe graúdo".

O Expansão constatou que os produtos comercializados na rua são os mesmos que as lojas oferecem. As vendedoras compram na loja para vender à porta do estabelecimento, nalguns casos a preços mais baixos. Se comprarem grandes quantidade têm direito a um bom desconto e, com isso, conseguem vender a um preço inferior ao tabelado.

A "rua do arriou-arriou", conhecida também como entrada da polícia, é a mais movimentada. Ali é quase impossível transitar de carro devido ao aglomerado

de pessoas, no meio da rua. Não há distinção de negócio. Vende-se quase tudo, à unidade e a grosso.

3.3 Apoio ao empreendedorismo sobre rodas

Jornal de Angola
5 De Dezembro de 2022

Em todos os cantos, encontramos produtos, desde roupa original, calçado, bijuterias, cabelos e perucas, mobília, brinquedos e até alimentos, mal acondicionados e em condições que põem em causa a saúde dos compradores.

Parceiros de negócio

Se, por um lado, a venda informal cria constrangimentos, por outro, é ela que movimenta a economia no mercado de São Paulo e nas próprias lojas. Apesar do incómodo que provocam no trânsito e na circulação de pessoas, os comerciantes não consideram as vendedoras suas concorrentes, mas sim clientes “com quem fecham parcerias de negócio” de grande volume.

“É desconfortável, principalmente na hora de estacionar para descarregar o camião. Mas, apesar disso, elas não podem sair daqui porque são nossas clientes e é com este trabalho que elas também garantem o sustento”, admitiu Kin[1]vunda Sebastião, proprietário de uma loja de cosméticos e de louça.

Na prática, o que é “anormal acaba por ser visto como normal”. Os lojistas reconhecem a condição socioeconómica do País e, por isso, chegam à conclusão de que é normal que as senhoras vendam desordenadamente, porque é a única forma de ganharem a vida. “Não basta tirá-las daqui, é preciso que o Estado organize outros espaços para poderem exercer a sua actividade”, rematou outro lojista.

O mercado do São Paulo sofreu obras de requalificação este ano, durante três meses, e foi reinaugurado em Julho, com 709 bancadas. As vendedoras dizem que “não sentem o aumento do número de bancadas no mercado”, pelo contrário, dizem que reduziu. “As pessoas que receberam bancadas depois da requalificação são as mesmas que lá estavam e o espaço onde meteram o parque de estacionamento veio reduzir ainda mais o mercado, porque muitas ficaram de fora”, atira uma vendedora.

Por causa da venda informal, as bombas de combustível da Total no São Paulo, tiveram de colocar cordas e correntes na entrada e na saída para impedir que as zungueiras e compradores invadam o

espaço. Contrataram ainda uma empresa de segurança para controlar o espaço e evitar movimento no recinto.

3.4 Vendedores do Candembe contribuem com mais de dois milhões de kwanzas

Jornal de Angola
5 De Dezembro de 2022
Texto: Flávia Massua

Candembe é o nome do maior mercado informal, situado na zona periurbana da cidade de Saurimo, na província da Lunda-Sul.

De seu pecúlio, uma receita mensal acima de dois milhões de kwanzas vai para os cofres do Estado. Aquele valor resulta da cobrança de taxas aos mais de nove mil vendedores, distribuídos em três áreas.

O administrador do Mercado do Candembe, Aníbal Icola, avançou em entrevista ao *Jornal de Economia e Finanças (JEF)*, que 30 por cento do valor arrecadado serve para dar respostas aos serviços de manutenção e outras despesas no também oficialmente denominado “Portão do Leste”.

Aníbal Icola detalhou que o tipo de negócio a ser vendido pelo cliente determina a taxa a cobrar pelo espaço que ocupa.

O valor diário para quem comercializa peças de viaturas, motorizadas, afins e alimentos, por exemplo, é de 200 kwanzas. Paga 100 kwanzas o vendedor de roupas e artigos similares, atendendo ao facto de que registam uma fraca adesão de clientes durante a jornada.

Face às restrições de acesso, forçadas pelas medidas de segurança na fase crítica da Covid-19 no país, o rendimento do mercado para os cofres públicos foi de Kz 12 milhões, praticamente pouco mais de metade se comparado aos 22 milhões depositados em 2019. Conforme detalhou, de Janeiro a Outubro deste ano, o Estado arrecadou já cerca de 27 milhões de kwanzas do espaço.

O desafio de prestar serviço num mercado informal, disse, requer muita força, determinação e firmeza, para suportar todo o tipo de vicissitudes, principalmente pelas faltas de respeito dos vendedores, que “acham que o dinheiro cobrado serve para benefício próprio”.

Constrangimentos

Entre os constrangimentos apresentados pelo gestor, o destaque recai para a desactivação do balcão do banco BPC, o que acarreta riscos ao ter que transportar, diariamente, o dinheiro para o casco urbano, onde estão instaladas as instituições financeiras, para efectivação dos respectivos depósitos”.

A pavimentação da parte frontal do mercado, erguido há oito anos, com quatro naves e uma capacidade para cerca de 2.000 bancadas, bem como a construção do primeiro mercado situado do lado oposto constam da lista de "desejos" de Aníbal Icola, que gere o espaço, há menos de seis meses.

Também é aposta a aplicação de uma pedonal para evitar os inúmeros acidentes registados, muitos dos quais resultam em danos fatais.

Em termos de segurança dos vendedores, clientes e outros frequentadores do Mercado do Candembe, apesar da garantia de um posto policial, ali instalado, a população encontra muitas dificuldades, segundo o vendedor de farinha de trigo, açúcar, fermento e enlatados, Muinga Romeu.

Disse ter assistido, recentemente, ao roubo da própria pasta, onde continha cerca de 200 mil kwanzas, da venda dos produtos, sem se poder defender.

Na perspectiva de uniformizar a ocupação formal e a informal dos empreendedores locais, através do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), Muinga Romeu beneficiou de um valor na ordem dos quatro milhões de kwanzas e vê nesta oportunidade a forma de aumentar o capital e injectar mais produtos no negócio.

Já Verónica João, por falta de espaço, espalhou no chão, para venda, louças e brinquedos usados (uma nova tendência de negócio de artigos importados da Europa e Ásia). Referiu que, diariamente, perde entre duas a quatro peças.

Para evitar mais prejuízos, teve que dobrar a atenção, contratando dois ajudantes, aos quais paga, diariamente, mil kwanzas. Por dia tem uma taxa fixada em 100 kwanzas, que, na sua óptica, quase não tem o impacto desejado de segurança e conforto, contrastando com um passado recente, onde vendiam sem se preocupar com os delinquentes.

Das vendas, em 2012, teve a "bênção de construir a casa própria, só com o dinheiro arrecadado nas vendas no Mercado do Candembe”.

Diariamente são registados 20 casos de tentativas de furto

Enquanto decorria a reportagem pelo mercado, a equipa do JEF presenciou um episódio protagonizado por um grupo de meliantes, prontamente impedidos pelos agentes da Polícia Nacional.

Acto contínuo, aproveitando a ocasião, ouvido o comandante do posto policial, João Gaspar, já depois de ter ordenado o encarceramento preventivo dos presumíveis assaltantes, avançou que, diariamente, são registados cerca de 20 casos de tentativas de furto, roubos consumados, agressões e outros tipos de crimes, com danos em média estimados em 500 mil kwanzas.

João Gaspar revelou que os casos mais graves são, normalmente, encaminhados para o piquete do Serviço de Investigação Criminal (SIC), sendo que a maioria dos casos resultam em soltura no local, a pedido das vítimas, depois de lhes serem devolvidos os bens.

Ainda no intuito de garantir conforto e segurança às populações, o administrador municipal de Saurimo, Adérito Cahanga disse que os técnicos afectos às Obras Públicas trabalham na perspectiva de reactivação do projecto da pedonal sobre a travessia de um lado para o outro, no Mercado "Portão do Leste”.

Consta também do projecto, a construção de mais quatro naves no espaço de venda de vestuários, peças de viaturas, calçados, mobílias, material de construção e barracas de confecção de comidas, onde pretendem alocar lojas, restaurantes e armazéns.

O recém-nomeado administrador da sede da província disse que o novo conceito de mercados em execução no país, com os serviços acima referidos, como o caso da Praça do S. Paulo, em Luanda, são modernas e vão ajudar as comunidades a melhorar também a imagem nas zonas adjacentes aos mercados.

À semelhança de Candembe, por sinal, o maior mercado informal da província, o administrador perspectiva que a longo prazo, o Catorze, Txicumina e Adolfo, todos em Saurimo, capital da Lunda-Sul, sejam também beneficiados com as obras de benfeitorias, para melhor acomodação dos utentes.

3.5 “Sem ‘zunga’ não somos ninguém”

Jornal de Angola

12 De Dezembro de 2023

Domingas da Cruz, residente em Luanda e que há 20 anos, vende defronte ao mercado do São Paulo, mostra-se preocupada com a decisão imposta pelas autoridades de terminar com as vendas nas ruas, alegando que, com esta medida, "o futuro está ameaçado". A vendedora queixa-se da postura da administração do mercado de São Paulo, que está a cobrar 100 mil Kwanzas para se conseguir um lugar.

"Trabalhamos com menos de 50 mil. Assim, temos de escolher entre o lugar, a vender e alimentação", disse.

A situação em que se encontram as vendedoras, nos últimos dias, foi considerada, por Domingas da Cruz, de "lamentável", em virtude de não terem dinheiro para pagar os espaços nos mercados. "Para nos tirarem da rua, deviam organizar um lugar para irmos e não sairmos de pé para a mão".

O fim da venda ambulante poderá agravar as condições de vida de muitas famílias, de acordo com a vendedora, salientando que "haverá muita miséria e pobreza", pelo que sugeriu o Governo a criação "espaços dignos" para todos. "Vamos sair, mas é preciso que haja outras alternativas para as vendas".

Maria Manuela, há mais de 15 anos a vender junto à Igreja Católica, no São Paulo, reconhece o risco da comercialização dos produtos nas ruas de forma desordenada. Mas por estar desempregada, a "Zunga", apontou, é a única forma que encontrou para sustentar a família e os estudos dos filhos.

A vendedora, que ainda tem três crianças para cuidar, diz que a medida em acabar com venda ambulante é "muito dura". É de opinião que, antes de se avançar com a aplicação da medida, o Governo encontre um local apropriado.

"Sei que existem muitos mercados vazios. Eu vivo no Sambizanga, mas não consigo vender na praça do bairro Popular, por falta de meios financeiros para suportar as despesas com o táxi", desabafou.

Telma Rodrigues, vendedora há 12 anos, disse estar preparada para acatar a decisão, desde que o governo crie as condições nos mercados de Luanda, para que as pessoas possam exercer as suas actividades. "Mas se assim não for, é melhor não arriscar para não caírem no descrédito da população", destacou.

"Na 'zunga' existem muitas senhoras que estudaram, mas a falta de oportunidade de emprego faz com que exerçam essa actividade para sustentar as famílias.

Ariane Meles, vendedora, concorda com a medida, embora possa afectar as condições sociais de muitas famílias. "É uma medida acertada da parte do Estado", realçando que a venda desordenada tem estado a descaracterizar a cidade e a provocar muita sujidade ao longo das ruas.

VENDA NA ESTRADA

A venda desordenada, principalmente na berma da estrada, para além de representar uma transgressão administrativa, é um cenário de perigo para os vendedores e compradores, como diz Domingas da Cruz.

Os automobilistas, conforme constatou a reportagem do JML, na rua Deolinda Rodrigues, para quem sai da zona das "Pedrinhas", contribuem, também, para o trânsito caótico, ao optarem por marcha lenta, a fim de comprarem produtos, o que origina uma aglomeração de vendedoras na estrada.

No Kinaxixi, algumas vendedoras juntam-se em determinados locais e nas paragens de táxis e autocarros, para expor em papelões estendidos no

3.6 Luanda em 85 mil lugares vazios nos mercados

Jornal Luanda

12 De Dezembro de 2023

Texto: Fula Martins

Província de Luanda tem disponíveis mais de 85 mil lugares livres, em 208 mercados existentes, distribuídos pelos municípios de Cacuaco (27), Cazenga (24), Talatona (14), Icolo e Bengo (12), Belas (11), Quiçama (12), Luanda (24), Kilamba Kiaxi (17) e Viana (77), estando em perspectiva a construção de mais mercados para albergar um maior número de vendedoras.

Os dados foram avançados, em declarações ao Jornal Metropolitano de Luanda, por Pedro Palata, director do Gabinete de Desenvolvimento Económico Integrado do Governo Provincial de Luanda que considerou não existir necessidade de vendedoras insistirem em comercializar os produtos em locais inapropriados.

"O governo faz grandes investimentos nos mercados para melhor acomodar os vendedores, mas estes não colaboram, o que é errado", frisando que não há burocracia para a ocupação de uma bancada num dos desses mercados. "Basta os interessados dirigirem-se à administração do mercado, com a fotocópia do BI, e solicitar o espaço."

O requerente, explicou, paga uma taxa estipulada no Decreto Presidencial 47/18, sobre o regime de taxas, licenças e outras receitas, cobradas pelos órgãos da Administração do Estado, em função dos produtos a comercializar, fixados em 35 e oitenta e oito Kwanzas por metros quadrados.

Pedro Palata destacou que o número de bancadas livres pode ser ocupado por muitas vendedoras, acrescentando que "as milhares de senhoras que vendem nas pedonais e diversas ruas podem ir para estes locais." A administração do Rangel disponibilizou, na zona das 'Pedrinhas' e no mercado dos Congolenses, dois quintais para serem transformados em mercado. "A aquisição de uma bancada nestes locais será grátis".

3.7 "O governo quer acabar com a venda desordenada"

Jornal Luanda

12 De Dezembro de 2022

PEDRO PALATA Palata disse que existem vários factores sociais que minuem a venda ambulante, mas condena todo o tipo de atitudes que colocam em perigo a vida das pessoas. 'O objectivo do Governo não é acabar com a venda ambulante, por ser uma actividade de Lei. Queremos acabar com a venda desordenada'

O director sublinhou que uma das soluções para acabar com a venda desordenada, nos diversos pontos de Luanda, passa por um trabalho articulado com vários departamentos ministeriais, tendo em conta que foram identificadas por causas de carácter estrutural, como o crescimento demográfico da província, aliados à migração elevada taxa de desemprego, em particular da juventude, níveis de pobreza, entre outras.

O Governo para mitigar a venda desordenada, citou, tem execução um conjunto de programas, como o de Reconversão da Economia Informal. Apoio à Produção, Diversificação da Economia e Substituição das Importações, Programa Integrado de Desenvolvimento do Comércio Rural. Integrado de Intervenção nos Municípios, Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza e o

Integrado de Intervenção na Província de Luanda, este último aprovado recentemente.

As administrações municipais, por orientação do Governo provincial de Luanda, levaram a cabo, a curto prazo, acções que visam assegurar a realização da venda ambulante em conformidade com a legislação. O grau de informalidade e a mobilidade, admitiu, dificultam o processo de controlo deste grupo social, pelo que se mantêm boas as relações com a Associação de Vendedores Ambulantes de Angola', no sentido de permitir o diálogo e o registo dos comerciantes, disse.

AVAL TEM 3.700 FILIADOS

A Associação dos Vendedores Ambulantes de Luanda (AVAL) controla, actualmente, 3.700 filiados, apontou José Cassoma. O presidente dessa organização estima que a proibição vai atingir milhares de famílias, salientando que essas pessoas têm como fonte de sustento a venda ambulante.

José Cassoma discorda que se termine, de maneira abrupta, a venda ambulante, alegando que 'não existe emprego para todos', exortando um maior diálogo para se encontrar uma melhor solução para esta situação social.

3.8 Carregamento de banheiras de peixe dá sustento a jovens em Cacuaco

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2022

Texto: Augusto Panzo

Os corpos franzinos e rostos de menino contrastam com a força das pernas, que usam como tracção a quatro rodas, para empurrar os pesados carros de mão, feitos de madeira, num dos becos do Bairro dos Pescadores, periferia da vila de Cacuaco, em Luanda.

Perfilados em longas filas, são jovens, maioritariamente provenientes da região Centro e Sul do país, em busca de emprego e sustento para as suas famílias.

Não têm dias definidos para o trabalho, nem horário. O único tempo disponível está reservado ao descanso no período nocturno. Assim é a vida de Segunda Amaro, de 20 anos, que diz ter chegado a Luanda há um ano, proveniente da província do Huambo, para desenrascar a vida na capital do país.

Para já, não tem um horizonte temporal para o regresso aos seus, na província do Huambo.

Por enquanto, está determinado a ganhar dinheiro e, quem sabe, adquirir algo de valor para um dia levar à família, nomeadamente, irmãos, mãe, pai e sobrinhos que ficaram nos quimbos e bairros da terra de origem.

Como todos os jovens na sua condição, a estratégia é a mesma, ou seja, chegar, ver, ouvir, estudar as oportunidades que o mercado oferece e, sem dar mais voltas, fixar residência.

Para trabalhar, Segunda Amaro escolheu o Mercado do Mundial, onde há um ano é carregador de banheiras de peixe fresco das inúmeras vendedoras que ali afluem todos os dias.

Segunda Amaro conta que percorre cerca de quatro quilómetros (ida e volta) do Mercado do Mundial, onde as senhoras adquirem o peixe, até à antiga ponte da Caterpillar, local onde poisam a mercadoria e as peixeiras apanham os carros que as levam de volta ao seu destino.

"Eu vim do Huambo em 2021 à procura de trabalho e quando cheguei, antes de me fixar, andei de bairro em bairro. Felizmente, depois de tanto andar, encontrei emprego aqui na praia de Cacucaco, no Mercado do Mundial, onde faço o meu 'kadiengue' de carregar peixe", revela Segunda Amaro.

São poucos os recursos financeiros que advêm dessa "luta diária", mas o nosso entrevistado diz que dá para sobreviver, pois tudo depende da generosidade da patroa para a qual se trabalha.

"Dá para aguentar a vida. As patroas pagam-nos entre 300 e 700 kwanzas por cada banheira de peixe, dependendo do tamanho da carga. Por dia, chegamos a levar para casa entre cinco a dez mil kwanzas. Claro que, com um valor destes e na condição de solteiro, já é um dinheiro que dá para o nosso sustento e guardar algum", diz.

Segunda Amaro conta que como o negócio já dava alguma coisa, convidou o amigo Bernabé Francisco, de 19 anos, também natural do Huambo, para que se viesse juntar a ele.

Bernabé aceitou o convite do amigo e certo dia arrumou as "bikuatas" em direcção à capital do país. Era o início de uma nova vida, mas carregada de esforço e sacrifícios. A parceria entre Bernabé Francisco e Segunda Amaro vai de vento em popa e os dois carregadores do Mercado do Mundial acreditam no milagre da multiplicação dos peixes e um dia, não muito distante, voltarem ao Huambo com dinheiro suficiente para abrir um outro negócio nas lavras da família.

Marcelino Kajila "Jojó", de 20 anos, que veio igualmente do Huambo, encontra-se em Luanda pela segunda vez, depois de já cá ter estado em 2021. Conta que levou tempo para se adaptar à nova realidade, mas acabou por ficar em Cacucaco, tendo optado, também, pelo serviço de carregar banheiras de peixe no Mercado do Mundial.

Adaptou-se a isso e fez desse trabalho o seu ganha-pão diário, depois de ser contratado pelas peixeiras que ali fazem o negócio. Como é de rotina, o rapaz caminha cerca de dois quilómetros, distância que vai do referido mercado à Via Expressa Kifangondo/Luanda a troco de 500 kzs, 700 kzs ou 800 kzs (quinhentos, setecentos ou oitocentos kwanzas), dependendo do peso.

Segundo o trio de entrevistados, o trabalho não tem dia definido, fazem-no de segunda à segunda-feira sem descanso, repousando apenas no período nocturno.

Na lista figuram, também, André Vikuanha, de 14 anos, por sinal o mais jovem do grupo, que veio a reboque de outros, em número de oito, que acabaram por se dispersar pela cidade, igualmente em busca de soluções para as suas vidas.

Conta que saiu de Bocoio, em Benguela, "arrastado" pelos amigos mais crescidos, com o propósito de vir a Luanda onde se dizia que o emprego é mais rentável, não se importando com o tipo de trabalho que iria fazer.

"Vim a Luanda num grupo de amigos que vinha procurar a vida. Faço esse trabalho porque é o emprego que encontrei com mais facilidade. Não é fácil exercer este tipo de trabalho porque é muito pesado, sobretudo para pessoas da minha idade. Mas o que fazer? Ganho pouco, mas o necessário para satisfazer as minhas necessidades básicas".

Igual a Vikuanha, mas de maior idade, Fernando Nande, tem 20 anos e veio, também, de Benguela. Sua história não difere muito da dos outros. Veio a Luanda para trabalhar, ganhar dinheiro e sustentar a sua vida.

Entrega dos trabalhadores encanta patroas

"O aparecimento desses meninos é um alívio para nós". De banheira à cabeça, carregando os haveres pessoais, Maria Teresa, 39 anos de idade, natural de Lucapa, Lunda-Norte, residente no Kicolo, em Luanda, é uma das vendedoras de peixe, que adquire no Mercado do Mundial. Reconhece nos meninos uma grande salvação para todas elas.

"É um alívio para nós, o aparecimento desses meninos. Eles estão a ajudar-nos muito. Desde que chegaram cá para fazer este trabalho nós deixámos de carregar esses pesos na cabeça. Pagamos-lhes consoante o tamanho da banheira a carregar. Às vezes, chega-se a pagar trezentos kwanzas pela carga, outras vezes muito mais que isso", conta Maria Teresa.

À semelhança de Maria Teresa, Josefa Casimiro, corpo robusto, característica própria de peixeiras, tem 42 anos de idade e vive do mesmo negócio. Narra, de forma mais extensiva, o padecimento que passam as zungueiras de peixe nesta urbe.

"Ó mano, você próprio imagina só. A maioria das vezes temos de acordar à madrugada para apanhar os primeiros candongueiros que nos levam à praia, esperar que os pescadores cheguem com o negócio e depois de comprar, procurar forma de levar as banheiras de peixe até às nossas paragens", contou Josefa Casimiro.

Moradora no conglomerado habitacional do Mayé Mayé, a nossa entrevistada enaltece o serviço prestado pelos "roboteiros" do peixe.

"Deixa só. Esses meninos são grandes batalhadores. Olha só para este rapazito ainda com aspecto de menininho, mas olha a carga que está a empurrar!!! Só foi bom eles terem deixado as suas terras para vir fazer este trabalho para nós, porque os nossos jovens de Luanda não aceitam fazer isso, são armados em finos e esquecem-se das suas necessidades. Agradeço muito a Deus o facto de ter tocado nos corações desses meninos, para virem cá em Luanda trabalhar nessa profissão".

Muito à vontade na sua fala, Josefa Casimiro diz que muitas das suas colegas já sofreram burlas, pois alguns roboteiros acabam por fugir com a carga e nunca mais voltam ao local.

Mas, conta, são ossos do ofício. O importante é que nem todos são assim. A maioria procura ganhar o seu pão de forma honesta. Roboteiros e peixeiras têm uma relação de mãe e filho.

3.9 Especuladores advertidos com processos criminais

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2023
Texto: Ana Paulo

O chefe de Departamento de Inspeção e Fiscalização das Actividades Económicas da

Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA), Edivaldo Simão, advertiu, ontem, em Luanda, que os operadores económicos que tentarem enveredar pela especulação durante a Quadra Festiva vão ser responsabilizados criminalmente.

Edivaldo Simão, que liderou o arranque de uma campanha denominada "Quadra Festiva sem Especulação de Preços", realizada em conjunto pela ANIESA e o Ministério do Interior, declarou que os serviços que dirige parceiros estão em prontidão para qualquer denúncia da parte dos consumidores e, na eventualidade de detecção de algum caso, vai ser instruído o processo criminal.

Existe especulação de preços, explicou Edivaldo Simão quando o operador económico pratica preços acima da sua margem de lucro, ou seja, aplicando margens superiores a 20 por cento da estrutura de cálculos, o que é condenável perante a lei.

Ainda com relação à especulação de preços, Edivaldo Simão defende que os operadores económicos não têm razões para o fazer, porque, este ano, diferente dos outros, as políticas macroeconómicas do Executivo têm surtido resultados positivos, garantido a estabilidade de preços a nível dos mercados formais e informais.

Esta estabilidade, destacou, Edivaldo Simão esta controlada porque hoje o operador económico tem maior facilidade na aquisição de divisas, facto este que era um dos argumentos mais alegados pelos promotores para encarecer os produtos.

Durante incursões a armazém do mercado do Quilómetro (Km) 30 terreno e o do Calemba 2, o chefe de Departamento de Inspeção e Fiscalização das Actividades Económicas da ANIESA e outros integrantes da campanha fiscalizaram os armazéns de comércio a grosso e a retalho.

"Constatamos que não há registo de especulação de preços, ao contrário, presenciamos que muitos operadores económicos, armazenistas e lojistas, têm em stock produtos suficientes para atender à procura, com maior realce para os bens da cesta básica", sublinhou Edivaldo Simão, concluindo que, como não há escassez, também não há motivo para haver especulação de preços.

"O fenómeno da especulação de preços, hoje, já não é sentido, fruto das políticas macroeconómicas adoptadas pelo Executivo que tudo fez para que os produtos da cesta básica sejam comercializados a preços baixos", frisou.

Preços variáveis

Os preços dos produtos que, ontem, foram fiscalizados nos armazéns grossistas adjacentes ao Mercado do 30 quase coincidem com os dos armazéns do Calemba 2, havendo, também, a tendência para se tornarem mais acessíveis num e outro mercado, de acordo com a qualidade.

A título de exemplo, os inspectores constataram que os produtos do Grupo Naval são oferecidos a preços acessíveis: o saco de arroz de 25 quilos de marca Glória está a ser vendido ao preço de nove mil kwanzas, o arroz de marca Garcia custa 7.700 kwanzas, o bidão de óleo de 25 litros de marca OKI 13.300 e a mesma embalagem de marca óleo Hayat custa 13.200 kwanzas.

O bidão de óleo de cinco litros o grupo Naval é oferecido ao preço de 14.700 kwanzas e a caixa de óleo de soja de 12 litros 12.700 kwanzas.

Outros preços, como o do saco de açúcar de 50 quilos da marca BIOCUM, esta a ser comercializado ao preço de 19.100 kwanzas e o saco de farinha de trigo com o Selo Feito em Angola, também de 50 quilos, custa 16.100 kwanzas.

Já nos armazéns do Calemba 2, os preços também variam em baixa e em alta, com o bidão de óleo vegetal de 25 litros de marca Dyanas a custar 12.800 kwanzas, a caixa de óleo de 12 litros da marca RosBien 9.500, o saco de arroz de 25 quilos de marca Leão a 6.900, a mesma quantidade da marca RosBien 8.200 kwanzas, o saco de açúcar de 50 quilos 19 mil, o saco de arroz Nova Vida custa 6.900 e a caixa de massa alimentar a variarem entre 3.400 a 4.100.

Depois de apurar os preços dos produtos, a equipa liderada por Edivaldo Simão realçou que "os preços estão a ser praticados dentro das margens exigidas por lei".

3.10 Defendida maior envolvimento no saneamento dos locais de venda

Jornal de Angola

24 De Dezembro 2022

Texto: Manuela Gomes

O responsável reconheceu que, devido às limitações de vária ordem, com destaque para as financeiras, tem sido feito a conjugação de esforços, com a envolvimento dos administradores do mercado, coordenadores das áreas de vendas, encarregados de

limpeza e fiscais, no sentido de uma maior e melhor organização do mercado, em termos de saneamento.

"Nos dias em que temos limpeza geral, contamos com a participação de todos os vendedores", disse, para acrescentar que os coordenadores de cada área seleccionam o pessoal que tem, especificamente, acesso ao mercado à segunda-feira, dia em que o espaço é encerrado para vendas.

Mensalmente, são feitas duas limpezas gerais com a selecção de pessoal. Mas, Rodrigues dos Santos esclareceu que, a meio da semana, são realizados outros dois trabalhos de saneamento, em que são integrados todo o pessoal da administração e vendedores.

No que toca aos contentores para a acomodação do lixo, reconheceu que o número ainda é exíguo, daí defender a necessidade de se dar uma melhor resposta neste quesito.

"Precisamos de um maior número de contentores, tendo em conta que, volta e meia, moradores das redondezas, também, fazem a deposição dos resíduos domiciliários nos reservatórios de uso exclusivo do mercado", lamentou.

Mas, como em todos os outros mercados, os vendedores dos congolezes pagam, igualmente, uma taxa diária à administração. Essa tarifa, estipuladas de 100 a 150 kwanzas, varia de acordo com a área de venda, em que estão incluídos o pagamento pela limpeza.

"Esta taxa permite que se pague os que tratam deste trabalho de limpeza e facilita a aquisição de utensílios como pás, vassouras e baldes", explicou

3.11 Mercados paralelos apostam na limpeza para atrair clientes

Jornal de Angola

24 De Dezembro 2022

Texto: Manuela Gomes

A compra de alimentos nos mercados informais, nos últimos tempos, tem sido a preferência de certas donas de casa, enquanto para muitas outras esses espaços são tidos mesmo como os únicos recursos para aquisição de produtos.

E, para quem ocorre para esses mercados paralelos, a higiene e limpeza são factores essenciais para aderir ou não às compras, embora certos compradores não tenham esse elemento como tão fundamental.

Em função do primeiro aspecto, as administrações dos mercados de Luanda estão atentas e, por isso, a limpeza costuma a ser acautelada. Alguns desses espaços de venda têm a higiene e saneamento assegurados por operadoras de recolha de resíduos, enquanto noutros os próprios vendedores, periodicamente, limpam o local.

Numa ronda feita pelo Jornal de Angola, notou-se que muitos espaços públicos de venda têm condições atractivas para a realização de compras, embora noutros a higienização ainda precisa de ser melhorada.

No conhecido Mercado do 30, localizado no município de Viana, as actividades de comércio começam cedo. Os primeiros vendedores fazem-se aos seus lugares de venda às 5h00 da manhã.

Uma das primeiras preocupações dessas vendedoras, quando chegam ao local, é limpar os lugares de exposição de produtos, para, posteriormente, iniciarem as vendas.

A senhora Maria (quis ser apenas assim identificada), uma das vendedoras, acrescentou que, diariamente, todas têm esse procedimento como regra. "Se este é o nosso local de trabalho e queremos receber clientes, então, temos que mantê-lo limpo e, assim, conseguirmos vender".

Mas, o grande trabalho de limpeza do mercado é assegurado por cerca de 200 homens, recrutados pela Administração do espaço comercial.

A administradora adjunta do mercado, Arieth Rogério, realçou que esses 200 homens estão distribuídos nas 12 áreas de comércio, onde uma dessa equipa inicia o trabalho às 5h30 da manhã, com a limpeza geral do mercado, e a outra entra em acção no final do dia, quando encerra o período das vendas.

Após a limpeza e organização do lixo, a recolha é feita por motorizadas de três rodas ou em carrinhas. Os resíduos são transportados para um aterro, localizado a poucos quilómetros do mercado.

A partir desse depósito, a empresa de saneamento Vista West recolhe e transporta o lixo ao aterro sanitário provincial, destino final dos resíduos sólidos. Este trabalho é feito duas vezes ao dia; manhã e fim do dia.

Embora Arieth Rogério não tenha precisado a quantidade recolhida, diariamente, fez saber que "é muito lixo retirado do mercado, atendendo às várias áreas de venda e a dimensão do espaço".

A administradora adjunta realçou que o grupo que faz a limpeza no Mercado do 30 tem uma coordenação, formada por jovens frequentadores do espaço comercial. Muitos desses dedicavam-se à ocupação de lugares para estacionamento de viaturas e venda de sacos no interior do mercado.

Diariamente, os vendedores do mercado pagam uma taxa, no valor de 100 kwanzas, em que está incluída a contribuição para a limpeza.

Segundo a administradora adjunta, antes da entrada deste grupo de limpeza, as condições higiénicas no mercado eram muito precárias, daí que se recebiam regularmente reclamações, quer da parte dos vendedores quer de clientes e outros frequentadores do espaço.

A responsável reconheceu que o saneamento do Mercado do 30 já esteve em estado lastimável, particularmente na época chuvosa. Pequenos charcos e amontoados de lixo eram vistos em quase todas as áreas.

Arieth Rogério garante que, durante a quadra festiva, tudo está assegurado para um melhor funcionamento, limpeza do mercado e os clientes poderão fazer as compras de forma tranquila.

Mercado dos Congolenses

No Mercado dos Congolenses, a recolha dos resíduos sólidos é feita pela operadora Kiaxi-West, no período pós-laboral. Normalmente, entre as 21 e 22 horas, período estabelecido.

Localizado no Distrito Urbano do Rangel, o mercado, que existe há mais de 40 anos, é considerado o centro de conserto de electrodomésticos e outros aparelhos electrónicos.

Logo à entrada da praça, estão instalados contentores cheios de lixo. A passagem para dar ao interior do lugar não é muito atractiva. Pelo chão encontram-se restos de objectos, desde garrafas de plástico, papéis, papelão, latas e material electrónico, entre outros.

Em declarações ao Jornal de Angola, o chefe da Área de Saneamento e Fiscalização do mercado, Rodrigues Santos, disse que manter o espaço limpo não tem sido uma tarefa fácil. Tal como acontece noutros mercados de Luanda, a limpeza nos Congolenses também é feita no final do dia, depois da actividade mercantil.

Além do trabalho feito pela operadora, em articulação com a Área dos Serviços Comunitários do Distrito Urbano do Rangel, a gestão do espaço realiza, igualmente, campanhas de limpeza.

Os vendedores do mercado têm as suas responsabilidades, que passam pela execução de pequenas limpezas antes das vendas, como acontece à segunda-feira, dia inteiramente reservado à higienização.

Pouco brilho no Asa Branca

Diferente de outros mercados, no Asa Branca, município do Cazenga, nem tudo era um "mar de rosas". No seu interior, particularmente no sector dos frescos, encontramos áreas com algum lixo espalhado.

A nossa equipa de reportagem tentou ouvir vendedoras do mercado sobre a sujidade, mas essas negaram-se a prestar qualquer declaração ao *Jornal de Angola*.

No Mercado Asa Branca, os vendedores, em cumprimento das regras administrativas desses espaços de comércio informal, também, pagam uma taxa de contribuição para a limpeza e outros serviços.

Já no Mercado do São Paulo, o espaço é limpo. As várias secções estão organizadas por tipo de produto. As vendedoras apresentam trajes de uma determinada cor que as identifica por sector.

E, apesar da grande presença de clientes, a busca por produtos é facilitada por essas características acima referidas, principalmente por pessoas que frequentam com alguma regularidade o espaço comercial.

3.12 Vendedoras da capital lamentam pela pouca procura

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2023

As vendedoras de vários mercados da capital disseram estar desapontadas, este ano, com o número reduzido de clientes à procura de produtos para usar na quadra festiva.

A vendedora Isabel da Costa, que trabalha no mercado dos Congolezes, em Luanda, lamentou, ontem, a falta de clientes e a pouca aquisição de produtos, mesmo os ligados à quadra festiva. Como comerciante de ovos, trigo e manteiga, considera anormal, para a época, estes artigos não estarem a ter saída. "Esta quadra festiva está a ser uma decepção.

O movimento está fraco. Tivemos um dia sem grandes lucros".

Para a vendedora, a fraca procura pelos produtos no mercado está além da crise económica enfrentada pelo país. "Quase não há clientes nos mercados. Muitos preferem comprar em quem vende fora", lamentou, adiantando que o mercado das Pedrinhas tem sido o principal obstáculo.

Gonga Mateus, outra vendedora do espaço, é da mesma opinião. Apesar das lamentações pela fraca procura, diz que prefere olhar para os ganhos obtidos diariamente. "A rotina deixou de ser a mesma, apesar do mercado estar cheio. Há pouquíssimos compradores a solicitar os serviços. Antes, os ingredientes do bolo e da Ceia de Natal eram dos mais requisitados nesta época. Mas, hoje nem tanto. Mesmo assim, prefiro olhar para os ganhos, já que consegui, pelo menos, vender o bacalhau, algumas uvas secas e chocolate".

São Paulo

Vendedoras do mercado de São Paulo também lamentaram a pouca procura este ano. Edna Canda, vendedora de peixe há 18 anos, disse que o movimento de pessoas ficou muito abaixo das expectativas. "Antes, quando se falava de Natal, as pessoas compravam sem se importar com o preço. Agora têm feito uma selecção dos produtos a comprar", revelou.

Muitos clientes, continuou, preferem comprar peixe, como o malundo, para substituir o tradicional bacalhau, devido ao preço.

Para Marcelina Neto, também vendedora do mercado de São Paulo, os produtos com maior procura nesta época foram o bacalhau e a carne seca.

Agitação nos Kwanzas

Ontem, o mercado dos Kwanzas registou muita agitação, dentro e fora da zona comercial. A procura por produtos para a Ceia de Natal era tanta que os passeios eram partilhados entre vendedores, clientes e transeuntes.

Devido à grande procura, os preços de muitos produtos estavam mais caros. Entre os mais solicitados constavam não só os bens alimentares, mas também roupas, calçado e brinquedos.

A vendedora Marineza Mulato disse terem registado um movimento satisfatório. "Foi surpreendente o número elevado de clientes".

Joana dos Santos, que vende carne, mostrou-se desapontada com a situação. "O Natal este ano está aquém do desejado. Nos anos anteriores, nesta altura, a procura pelos bens alimentares era maior. Devido à fraca procura, algumas vendedoras estão a pensar trabalhar no dia de Natal, pelo menos até ao meio dia", disse.

3.13 Soba da jamba defende a criação de cooperativas de exploração de ouro

Jornal O país

30 De Dezembro de 2022

Texto: João Katombela

Esta necessidade foi manifestada pelo Soba Grande do município da Jamba, Pedro Eresto Liandamo, tendo afirmado que a falta de cooperativas para a exploração de ouro tem vindo a causar morte por deslizamento de terras no seio dos exploradores artesanais.

A autoridade tradicional informou que desde o início das chuvas cinco pessoas perderam a vida no garimpo de ouro. Por outro lado, o Soba Grande do município da Jamba disse que o garimpo de ouro na localidade se deve à falta de empresas organizadas, que poderiam empregar os jovens da zona que não vêem outra saída senão garimpar ouro.

"Os nossos jovens não têm emprego, por isso vão às minas de ouro para explorar, mas muitos acabam por morrer, porque não têm equipamentos para o efeito, outros são presos e para serem soltos, os familiares são obrigados a pagar 50 mil kwanzas. Afinal, as riquezas do município não podem beneficiar os seus filhos? Para quem vai afinal as nossas riquezas?", Questionou.

Na sua opinião, se tivessem sido criadas as cooperativas, as detenções e mortes teriam sido evitadas e o Estado sairia a ganhar também. "Quero pedir um grande favor ao Governo, não queremos ver mais alguém preso pelo garimpo de ouro, ou alguém morto soterrado, vamos criar cooperativas porque o ouro é de Deus e deve beneficiar a todos", disse.

Entretanto, recentemente, o governador provincial da Huíla, Nuno Mahapi Dala, anunciou a aquisição de um kit de equipamentos composto de 20 unidades para a transformação do granito em cubo.

Segundo o governante, com a aquisição do referido equipamento pretende-se criar cooperativas de jovens, principalmente mulheres para a exploração e

transformação do granito na província da Huíla. Questionado se poderia fazer-se mesmo com a exploração de ouro no município da Jamba, tendo em conta o pedido das autoridades tradicionais, Nuno Mahapi Dala disse que a permissão para o efeito não depende do Governo Provincial.

"Eu não gosto me pronunciar sobre a estratégia do ministério da tutela, mas, enquanto governante, acho que além dos recursos naturais, o mais importante são os homens. Por isso, é necessário que se criem escolas de formação técnico-profissional para transformação destas riquezas de que se reclama ao serviço da população", disse.

Apesar de ter sido denunciado pelo administrador comunal da Cassinga, a existência de uma empresa "fantasma" a explorar ouro no Mupopo, o homólogo da Jamba, Abel Wandí André, disse que existe apenas uma empresa que está a fazer trabalho de prospecção.

"Há uma empresa que está a fazer prospecção, nesta altura está a montar os seus laboratórios e escritórios, uma escola de formação técnica, portanto só eles podem dizer quando é que entram para a fase de exploração", disse.

O município da Jamba localiza-se no extremo Leste da província da Huíla, distando do Lubango 315 quilómetros, com uma população estimada em 105 mil e 90 habitantes.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 OGE 2023 vai refletir autonomia financeira dos municípios

Jornal de Angola
2 De Dezembro de 2022

O orçamento Geral do Estado para este ano deverá reflectir a visão estratégica do Estado sobre um amplo aprofundamento da desconcentração administrativa e financeira.

Este desafio foi apresentado, ontem, em Luanda, pelo Presidente da República, João Lourenço, na abertura do Fórum das Cidades e Municípios de Angola.

Para o Chefe de Estado, a desconcentração financeira é uma condição imprescindível para que os municípios tenham real capacidade de dar resposta satisfatória às necessidades dos cidadãos e das empresas.

"Precisamos trabalhar mais no processo de arrecadação de receitas municipais, explorando o enorme potencial que existe em todos os municípios", disse.

João Lourenço reconheceu que o processo de desconcentração administrativa e financeira conta com assinaláveis ganhos, designada mente no domínio da autonomia financeira das administrações municipais, através do mecanismo de arrecadação e retorno célere da receita pelo Portal do Município, estando em curso o retorno do Imposto Predial aos municípios, nos termos do novo da receita proveniente da Administração Central. Afirmou que os mesmos devem promover o desenvolvimento local efectivo, prestar melhores serviços e criar condições para a atracção do investimento privado.

Acção governativa

O balanço da acção governativa referente ao mandato 2017-2022 demonstrou que o conjunto de iniciativas do Executivo, sobretudo nos domínios do desenvolvimento local, corresponderam de um modo geral aos anseios da população, embora nem todos os projectos tenham sido concluídos,

"Esse voto de confiança deve resultar em maior prontidão para o trabalho, em mais audácia e perspicácia na busca de soluções para resolver os problemas da população, assim como em melhor interação e comunicação com os municípios, com as organizações da sociedade civil, com as igrejas, com os empresários e outras instituições privadas, ouvindo-os e acolhendo as suas ideias e iniciativas que contribuam para a garantia da paz social e do desenvolvimento económico e social das comunidades", afirmou.

De acordo com o Presidente da República, os desafios da governação local, no contexto actual, reclamam uma nova forma de ser e de estar do Estado.

Por isso, disse, está-se a trabalhar no sentido de uma administração pública mais ágil, mais desconcentrada para que possamos administrar melhor o território e implementar projectos que mais se adequam às reais necessidades e prioridades das províncias e dos municípios.

Nessa perspectiva, avançou o Chefe do Executivo, os departamentos ministeriais devem se focar cada vez mais na sua missão de conceber e propor as políticas públicas, capacitar os órgãos locais para as executar, supervisionar a implementação, assegurar o cumprimento dos objectivos preconizados e limitar-se a executar apenas os projectos cuja dimensão e complexidade o justifiquem.

"É chegado o momento de implementar-se uma desconcentração administrativa e financeira efectiva, que transforme os municípios no centro do desenvolvimento nacional, a qual venha a ser a antecâmara fiável e segura para a institucionalização do poder local autárquico", disse.

João Lourenço afirmou que quando foi lançado o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), em 2019, reinava o cepticismo sobre a capacidade técnica e o grau de preparação das administrações municipais para implementar satisfatoriamente o plano. Os 2.689 projectos, dos quais 869 encontram-se concluídos e 669 com uma execução física acima de 70 por cento, os mais de 3.000 postos de trabalho temporários gerados, confirmam o quão infundada foi a relutância em não transferir-se, há mais tempo, mais poderes aos municípios, indicou.

4.2 Dotação orçamental para 2023 incrementada em 7,0 por cento

Jornal de Angola

9 DE Dezembro de 2022

Texto: Weza Pascoal

O Cuando Cubango tem inscrita uma verba de 68 mil milhões de kwanzas na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano de 2023, em receitas que representam um incremento de 7,0 por cento face às do ano em curso, mais de metade das quais vão beneficiar os sectores da Educação e Saúde, soube o Jornal de Angola, em Menongue, de fonte do Governo Provincial.

O secretário-geral do Governo Provincial do Cuando Cubango, Edgar Catito, disse á nossa reportagem, no fim do 1º Conselho Provincial Ordinário de Concertação Social, realizado terça-feira, que 30 por cento da verba total é empregue em acções do sector da Educação e 23 por cento à Saúde, abarcando o pagamento de salários, bem como a construção, reabilitação e apetrechamento de infra-estruturas.

Edgar Catito adiantou que 23 por cento da verba é empregue nos Serviços Públicos Gerais, 16 por cento na Habitação e Serviços Comunitários, com 6,0 por cento a serem absorvidos pelos assuntos económicos e em 1,0 por cento pela Protecção Social e pelos sectores institucionais ligados recreação, cultura e religião.

O secretário-geral indicou que os gastos da actividade básica do Governo Provincial absorvem mais de 43 mil milhões de kwanzas, ou 63 por cento do total, os Projectos de Investimento Público 18 mil milhões (27 por cento) e as Despesas de Apoio ao Desenvolvimento sete mil milhões (10 por cento).

A gestão de 35 por cento do OGE de 2023 é executada pelo Governo Provincial, com a Gabinete Provincial da Educação da encarregar de 18 por cento, a Administração Municipal de Menongue 10 por cento, com o Hospital-Geral de Menongue e a Administração Municipal do Cuito Cuanavale a encarregarem-se de 5,0 por cento.

Os municípios do Dirico, Mavinga, Calai, Cuchi e Rivungo têm acometidos 4,0 por cento cada, Nancova 3,0, com Cuangar e o Gabinete Provincial da Saúde com 2,0 por cento para a execução de actividades básicas.

Participantes ao encontro afirmaram que o OGE para o ano de 2023 vai permitir o desenvolvimento da província com a conclusão de projectos

paralisados e não concluídos neste ano e melhorar a prestação dos serviços públicos.

O Governo entrega à Assembleia Nacional a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2023 até 15 de Dezembro próximo, decorrendo trabalhos técnicos para a elaboração do documento, em articulação com os órgãos do sistema orçamental, de acordo com uma nota divulgada pelo Ministério das Finanças, em fins de Novembro.

O documento refere que, em 2023, a título excepcional, a Assembleia Nacional deverá votar a Proposta do OGE anual até 15 de Fevereiro. Para a realização das despesas, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2023, o Executivo vai reconduzir o orçamento em vigor, aplicando-se as regras duodecimos sobre a gestão orçamental durante o período de recondução automática.

4.3 MPLA aposta na administração pública transparente

Jornal de Angola

9 De Dezembro de 2022

Texto: Nilza Massango

O MPLA considerou, quinta-feira, em Luanda, importante a existência de uma administração pública transparente, responsável, desburocratizada, com autoridade e justiça ao serviço do cidadão, das comunidades e das empresas, para o desenvolvimento do país.

Ao intervir na abertura da divulgação do Programa Simplifica, Luís Vicente, membro da Comissão Executiva e secretário do Departamento de Mobilização e Organização do Comité Provincial do MPLA em Luanda, reafirmou o posicionamento do partido no poder durante a actividade realizada na capital do país e prestigiada pelo secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado, Pedro Fiete.

"A implementação do Simplifica ainda conhece algumas dificuldades por parte de alguns agentes dos serviços públicos, essencialmente, por desconhecimento. É neste sentido que o Comité Provincial do MPLA em Luanda junta esforços com o Executivo Central para divulgar ainda mais o Programa Simplifica, uma vez que tem como objectivo desburocratizar, unificar documentos e procedimentos", esclareceu.

O político acredita que o processo de divulgação do Simplifica que o Comité Provincial do MPLA em Luanda dá início com o acto promovido, envolvendo directamente o seu Comité de Especialidade dos Juristas, faz jus à responsabilidade e ao compromisso do partido com o bem-estar dos cidadãos para transformar Angola, dotando-a de uma governação eficiente.

"Lembramos que o Programa de Governação do partido no poder, apresentado aos eleitores em 2017 e agora em 2022, teve sempre como prioridade garantir a reforma do Estado, a boa governação e o combate à corrupção", frisou.

Já o secretário do Presidente da República para a Reforma do Estado fez a apresentação do programa, apontando os principais actos do Simplifica I e II, que passam pelo alargamento dos prazos do Bilhete de Identidade, Carta de Condução, passaportes e outros, como a eliminação da declaração de homologação de certificados pelo Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior (INAAREES).

Questionado sobre os grandes ganhos do Simplifica, Pedro Fiete disse que se reflectem na facilitação da vida dos cidadãos, em particular, e das empresas, em geral, na promoção do melhor ambiente de negócios, na medida em que determinadas actividades ficam isentas de licenciamentos.

O secretário referiu que o acto de divulgação no Comité Provincial do MPLA em Luanda inscreve-se, também, no plano de divulgação e acompanhamento do Simplifica, que agora se torna uma actividade que será levada a cabo pelo comité e vai replicar a mensagem nos vários ciclos da sociedade, municípios, igrejas, tudo para assegurar o cumprimento efectivo do programa.

"O acto de divulgação do Simplifica, uma iniciativa do Comité Provincial do partido em Luanda que visa disseminar em vários estratos da sociedade, é oportuna, importante, considerando os desafios que ainda se impõem no quadro da materialização e implementação efectiva das medidas em todos os serviços públicos", sublinhou.

Participaram no acto de divulgação membros dos comités do MPLA de Especialidade e municipais.

4.4 O próximo OGE

Jornal de Economia e Finanças
9 De Dezembro 2022

O Governo apreciou, ontem, em reunião de Conselho de Ministras, realizada no Palácio Presidencial à Cidade Alta, a proposta de OGE para 2023 e nele salta à vista uma clara aposta na prioridade contínua aos sectores social e económico.

Também não pôde passar despercebida a redução do peso do serviço da dívida, sinal de que cantos públicas estão mais folgadas. A esses indicadores, acresce-se o facto de o preço de referência do petróleo (75 dólares pelo barril) ser prudente, uma vez que as projecções internacionais oscilam numa banda entre 75 e 85 dólares para o Brent, negociado em Londres. Ora bem, avançada a proposta que vai guiar

Ora bem, avançada a proposta que vai guiar as nossas receitas e despesas para o próximo ano, caberá aos diversos sectores uma cuidada programação e mais do que simples exercício de levantar o cheque e gastar, a racionalização na despesa pública pode significar; necessariamente, revisão de prioridades locais e alocação efectiva para ali onde é necessariamente necessário.

No OGE, participamos todos de forma directa e indirecta, porquanto é aos cidadãos que se destina o produto final da governação: satisfação das necessidades essenciais e uma equitativa divisão dos recursos para a concretização dos planos.

Mais do que isso, também participamos na questão do orçamento ao permitirmos que o ciclo de investimento seja concretizado. Para tal, cada dinheiro recebido deve ser bem gasto, reinvestido ou mesmo, quando não, aplicado em depositas à prazo ou titulas, para permitir que no caso dos depósitos os bancas transformem estas poupanças em mais e novos créditos e para os papéis do Estado se possa refinarciar; internamente, as várias actividades sem recurso o ao exterior. Aliás, com mais de cinco biliões de kwanzas em relação a 2022, o próximo OGE é uma aposta na estabilidade social e no investimento produtivo na economia nacional.

4.5 Proposta de OGE-2023 fixa despesas em mais de 20 biliões de kwanzas

Jornal de Angola

9 De Dezembro de 2022

Texto: Garrido Fragoso

O Executivo apreciou, esta quinta-feira, em Luanda, a Proposta de Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 2023 (OGE-2023), que comporta receitas estimadas em mais de 20.104.207.404.872.00 (vinte biliões, cento e quatro mil, duzentos e sete milhões, quatrocentos e quatro mil e oitocentos e setenta e dois kwanzas) e despesas fixadas em igual montante para o mesmo período. O documento é entregue, hoje, à Assembleia Nacional, para posterior discussão, na generalidade.

A proposta do instrumento de garantia da sustentabilidade das finanças públicas do país prevê um preço de referência de 75 dólares por barril de petróleo, uma produção petrolífera média de 1,18 milhões de barris e perspectiva uma taxa de inflação de 11,1 por cento, bem como a recuperação da economia, com um crescimento do PIB real de 3,3 por cento, face ao crescimento de 2,7 por cento prognosticado para 2022.

Orçamento equilibrado

Em declarações à imprensa, no final da sessão do Conselho de Ministros, a ministra das Finanças, Vera Daves, considerou "equilibrado" o orçamento que dedica prioridade aos sectores Social e Económico.

Falou da previsão da realização de "um grande investimento", por via de capitalização do Banco de Fomento de Angola e do Fundo Activo de Capital de Risco (FACRA), com vista à dinamização do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI) e dos planos de fomento da pecuária, pesca e grão, para o aumento da receita fiscal não-petrolífera.

Vera Daves também falou dos juros da dívida pública e das prestações de capital a pagar. Salientou que o peso do sector Social sobre a despesa total do orçamento é de 23,9 por cento, serviços públicos de 12,5 por cento, sector Económico 10,1, enquanto a Defesa, Segurança e Ordem Pública representam um peso de 8,6 por cento.

"Os restantes 45,1 por cento destinam-se a operações de dívida", declarou a ministra, realçando que a proposta traz 1,5 biliões de kwanzas para o sector da Educação e 1,3 biliões para o da Saúde.

Petróleo e Gás

No domínio do Petróleo e Gás, os membros do Executivo apreciaram a Proposta de Lei que autoriza o Titular do Poder Executivo a legislar sobre a alteração do Regime Jurídico Especial, incluindo os aspectos de natureza fiscal, aplicável à concessão petrolífera da Zona Marítima de Cabinda (Bloco 0), de modo a adequá-la a um quadro económico e de incentivos fiscais diversificados que promovam a optimização da produção e acautele a sua rentabilidade.

O Conselho de Ministros avaliou, igualmente, o Decreto Legislativo Presidencial que altera o Regime Fiscal aplicável à concessão petrolífera da Zona Marítima de Cabinda, com vista a garantir o aumento da produção de petróleo e gás em todo o território nacional, através da concessão de incentivos fiscais.

Organizações Não-Governamentais

Para envio à Assembleia Nacional, o Conselho apreciou a Proposta de Lei das Organizações Não-Governamentais (ONG), de modo a adequar o quadro jurídico de regulação do exercício das actividades das mesmas (organizações) ao actual contexto de crescimento económico do país.

Com a medida, o Executivo pretende ainda reforçar a relação de parceria do Estado com as ONG, valorizar e incentivar estas organizações a participar no processo de crescimento do país, efectuando-as como parceiras para o desenvolvimento de programas e projectos sociais e assegurar o controlo administrativo da sua actividade.

Fomento da pecuária

Na sessão de ontem, o Conselho de Ministros aprovou, igualmente, o Plano Nacional de Fomento e Desenvolvimento da Pecuária (PLANAPECUÁRIA 2023-2025), que se enquadra num conjunto de medidas de políticas estratégicas do Governo, que visam fomentar e desenvolver a produção de carne, leite e ovos, de modo a garantir a auto-suficiência alimentar e nutricional das populações.

Combater a fome e a pobreza, aumentar os rendimentos dos produtores pecuaristas e de outros intervenientes ao longo das cadeias de valor de produção pecuária nacional na satisfação das necessidades de consumo interno, nas exportações e no PIB do país, também constam das metas do Plano.

O Conselho de Ministros aprovou, também, o Despacho Presidencial que cria a Comissão Multisectorial de Supervisão do Plano Nacional de

Fomento das Pescas, coordenada pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica e que integra os titulares da Agricultura e Florestas, Economia e Planeamento, Finanças, Administração do Território, Indústria e Comércio, Transportes, Energia e Águas, Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Educação, Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

4.6 Proposta do OGE para 2023 é de 20,1 biliões kwanzas

Jornal Economia e Finanças
9 De Dezembro 2022

O Conselho de Ministros apreciou, ontem, em Luanda, a proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023, com receitas e despesas estimadas em 20,1 biliões de kwanzas.

O documento que segue ainda hoje para a Assembleia Nacional é considerado de "equilibrado", de acordo com a ministra das Finanças, Vera Daves de Sousa.

Em declarações à imprensa, no final da reunião orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, a ministra Vera Daves de Sousa disse que a proposta do OGE, com um preço de referência de 75 dólares por barril de petróleo e uma produção petrolífera média de 1,18 milhões de barris, "está equilibrado", com 0,9 por cento de saldo positivo.

Esta proposta de orçamento para o exercício económico de 2023 prioriza o sector social, com um peso sobre a despesa total do OGE de 23,9 por cento, os serviços públicos, com 12,5, o sector económico, com 10,1 e o sector da defesa, segurança e ordem pública, com 8,6 por cento, respectivamente.

Os restantes 45,1 por cento são destinados a operações de dívida. "A proposta vem assim, com um 1,5 biliões de kwanzas para a educação e de 1,3 biliões de kwanzas para a saúde", informou a ministra.

A par do sector social, realçou a ministra, é também priorizado o sector económico. "Prevê-se fazer um grande investimento por via de capitalização no Banco de Desenvolvimento de Angola e no FRACA (Fundo Activo de Capital de Risco Angolano) para dinamizar o PRODESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações) e implementar o PLANAPECUÁRIA, o PLANAPESCAS e o PLANAGRÃO e por essa via contribuímos para o aumento da receita fiscal não petrolífera", referiu Vera Daves de Sousa.

No documento, está em perspectiva uma taxa de inflação de 11,1 por cento, no final do período, bem como uma recuperação da economia, com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real de 3,3 por cento, face ao crescimento de 2.7 por cento prognosticado para 2022.

4.7 A fatia no OGE investida no sistema educativo em Angola

Jornal Expansão
16 De Dezembro 2022
Texto: António Braça

O foco seria atender a um aspecto fundamental da melhoria das condições sociais e o relacionamento entre as nações. A educação para todos visa também atender à necessidade de maior comunicação entre as pessoas, de entendimento das questões sociais, políticas e culturais. A exigência de modernização do sistema educacional e a intenção do governo angolano de dar educação a todos pressupõem maior rigor e empenho das entidades governamentais na gestão dos recursos. A guerra que assolou o país e os longos anos do colonialismo são tidos como factores que impediram o progresso e desenvolvimento do sistema educacional.

A actuação do Estado, em toda a sua variedade e dificuldade, tem domínio e consequências nos componentes que formam o método de desenvolvimento de um país. As políticas económicas na educação são fontes de acção sobre o processo do desenvolvimento e, devido à sua variedade, elemento irradiador de uma sucessão de conexões e dependências. Por forma a potencializar o crescimento, a produtividade e as mudanças no aparato institucional são necessárias políticas, desde as políticas educativas ligadas ao tecido social, com vista à ampliação da justiça e coesão social, até às interacções com as políticas económicas espelhadas no Orçamento Geral do Estado.

Após a institucionalização de uma nova orientação do Estado, pela Lei Constitucional de 1991, que instituiu no Estado Angolano um Regime Democrático de Direito, em alternativa ao Regime Socialista vigente até aí, opera-se um recorte até 2001, caracterizado pela generalização da reforma de todo o sistema educativo angolano.

Para compreendermos o processo histórico da construção dos desafios determinados na política educativa. De acordo com a Constituição da República de Angola (2010), a educação é considerada um direito fundamental. Também a Declaração Universal dos Direitos Humanos

estabelece a educação como "a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais".

O artigo 26.º da Declaração estabelece a instrução elementar gratuita, obrigatória e universal. O seu cumprimento concentra-se na concretização da política educativa de cada país, cuja visão estratégica está claramente reflectida em três pilares: o acesso, a equidade e a qualidade educativas como prioridades. Após a descrição das políticas educacionais angolanas, resultantes de fóruns regionais e internacionais sobre educação para todos, bem como dos planos do Governo angolano para a educação e para a presente reflexão, verifica-se que os elementos estruturantes da política educacional em Angola emergem a partir da Conferência de Jomtien (ano de 1990), antes do Quadro de Acção de Dakar (ano de 2000), tornando-se mais visíveis após a realização da Mesa Redonda de Educação Para Todos, em 1991.

Os objectivos estratégicos para a educação nos programas do Governo foi formar e enquadrar quadros, muitos em fuga, durante décadas, devido à guerra como condição principal, por melhores situações de trabalho, incorporar novos candidatos à docência com apropriado perfil de entrada e ordenado socialmente atraente, acesso imediato ao alto passivo de crianças em idade escolar fora das instituições de ensino.

O objectivo maior da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aliado aos planos do Governo, foi o de reafirmar que cada pessoa, criança, jovem ou adulto deveria ter acesso às oportunidades educativas direccionadas para a satisfação das suas necessidades básicas de aprendizagem. E estas foram definidas do seguinte modo: - Aquisição de instrumentos essenciais para a aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas).

Por outro lado, e relativo às principais medidas políticas económicas para a educação, verifica-se a não observância dos acordos manifestados pelas agências financiadoras, que, sobretudo, no fórum de educação para todos, declararam que "nenhum país que se compromettesse seriamente com a educação básica se sentiria frustrado na vitória desse fim por falta de recursos".

A tudo isto, adiciona-se um inexato conceito ao desenvolvimento em Angola, o crescimento de juros em relação à dívida externa, que desequilibra a balança de pagamentos, com menos recursos financeiros para realização de despesas públicas (Orçamento para Educação), a imposição de programas de ajustamento estruturante da educação e

a desaceleração do apoio às políticas educativas em Angola.

4.8 O Processo de Orçamento e transparência em Angola

Novo Jornal

16 De Dezembro 2022

Num momento em que estão identificadas as várias deficiências no processo orçamental em Angola, a proposta de OGE-2023 do Executivo, que não foi discutida publicamente, foi entregue à Presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Iúnior conforme exigência da lei. À semelhança do que tem sido habitual, tudo indica que os nossos representantes na Assembleia Nacional irão debater e, posteriormente, aprovar este importante documento sem terem tido a oportunidade de receber muito antes algum documento pré-orçamento, como recomenda as boas práticas ao redor do mundo.

Como se não bastasse, vamos assistir a um debate eleitoral, onde via da regra os nossos representantes se apresentam mais disponíveis por defender a orientação do seu partido ou formação política em relação ao documento do que as aspirações dos cidadãos em relação ao Orçamento Geral do Estado. De resto, um debate que para muitos cidadãos deveria ser muito mais rico, caso referido documento apresentasse também comparações entre a despesa orçamentada e os seus resultados concretos, e os nossos representantes tivessem igualmente o cuidado de olhar para as questões levantadas ou recomendações existentes na Conta Geral do Estado, que é somente o relatório de auditoria às contas do Orçamento Geral do Estado. Como tem sido habitual, este chega sempre tarde, não se encontra facilmente disponível ao público o que não deixa de ser lamentável.

Além disso, vamos certamente ouvir reclamações em relação ao volume de verba dedicado a um e outro sector, sem, contudo, sentir os devidos questionamentos ou as correspondentes respostas por parte do Executivo em relação ao facto de normalmente a execução do orçamento ser problemática, porque em Angola temos a velha prática muito comum nas nossas de finanças públicas, em que a verba pode ser aprovada orçamento, mas não é disponibilizada de facto, dando a impressão de que o Orçamento Geral do Estado é uma lei que pode não ser cumprida.

Tudo isto só acontece não apenas porque as instituições de Estado envolvidas de um documento tão importante como o Orçamento Geral do Estado as autoridades angolanas demonstram não aceitar integralmente o papel e a voz da sociedade civil recomendações e sugestões, estas instituições recusam-se a dar lugar a melhorias, pouco se faz em termos de aprendizagem e reformas, em particular no Ministério das Finanças, na Comissão de Finanças do parlamento e no Tribunal de Contas, que é a instituição responsável pela auditoria.

Não é apenas uma questão de instituições fracas ou não existentes. Apesar de por vezes existir o reconhecimento destas deficiências e até assumirem-se compromissos, muitos destes não são postos em prática.

Outro problema prende-se com a inexistência de dados e por consequência situações há em que as atribuições de fundos do orçamento não parecem se basear em dados fiáveis. Basta acompanhar a maneira como as administrações locais e provinciais enfrentam graves constrangimentos devido as suas conhecidas deficiências, tanto em legitimidade como em capacidade profissional para colectar dados, analisar dados e com base nestes efectivar a prestação de um serviço público de qualidade.

Enquanto em outras paragens durante a preparação do orçamento as organizações da sociedade civil, as comunidades locais e pessoas interessadas nestes assuntos podem debater políticas e relatórios, e comentar com o Executivo nos diferentes níveis, em Angola estes espaços e oportunidades são raros.

Facto que limita as iniciativas da sociedade civil que visam contribuir para evitar problemas tais como o esbanjamento, desvios, corrupção e fugas de capital, práticas por diversas vezes denunciadas até pelo próprio Titular do Poder Executivo.

Porém, em Angola a sociedade civil tem historicamente emitido pareceres e participado nas consultas sobre o Orçamento Geral do Estado quando convidada pela Assembleia Nacional, só não entendemos a razão pela qual o seu espaço junto do Executivo para abordar as questões do Orçamento Geral do Estado seja tão limitado.

Como vamos comunicar melhor se em matéria de um documento tão importante como o Orçamento Geral do Estado as autoridades angolanas demonstram não aceitar integralmente o papel e a voz da sociedade civil, bem como as suas funções de vigilância é controlo?

4.9 Verbas para o sector social crescem 33% mas "faltam" 4,1 biliões Kz para Saúde e Educação

Jornal Expansão

16 De Dezembro 2022

Texto: Joaquim José Reis

Angola continua longe de cumprir as metas assumidas lá fora, fundamentais para o desenvolvimento sócioeconómico. Para cumprir com a meta da Educação as verbas teriam de subir 159%, passando de quase 1,6 biliões Kz para 4,0 biliões. Já as da Saúde teriam de crescer 125%, passando de 1,3 biliões Kz para 3,0 biliões.

Verbas para o sector social crescem 33% mas "faltam" 4,1 biliões Kz para Saúde e Educação

As verbas programadas para o sector social na proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) 2023 dispararam 33% face às que foram inscritas no planeamento para 2022 mas, ainda assim, a Educação fica apenas com 8% do total do orçamento e a Saúde com 7%, longe dos 20% e 15% que foram as metas que o Governo se propôs cumprir não só a nível internacional mas também no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Aquele que é o primeiro orçamento do segundo mandato de João Lourenço "engorda" quase 1,4 biliões face ao OGE ainda em execução, mais 7%, passando de 18,7 biliões Kz para 20,1 biliões. De acordo com o documento entregue na semana passada à Assembleia Nacional, na óptica das despesas por função foi inscrito um crescimento de 33% para a área social face ao OGE 2022 para 4,8 biliões Kz.

Essa subida resulta, essencialmente, do crescimento das verbas a distribuir para a Educação (+25%), Saúde (+45%) e 58% na Habitação e serviços comunitários (ver tabelas). Para Defesa e Segurança estão previstos 1,7 biliões Kz, um aumento de 9% face ao OGE ainda em vigor, equivalente a 8,5% do total do orçamento. Desde que João Lourenço assumiu os destinos do País, no final de 2017, as verbas inscritas nos OGE para Educação e Saúde praticamente triplicaram enquanto para a Defesa e Segurança "apenas" duplicaram.

Mas o que é orçamentado praticamente nunca tem sido executado, o que tem permitido que a Defesa e Segurança continue a receber mais verbas que a Educação e Saúde.

Só em 2019 é que, pela primeira vez, foram inscritas em orçamento mais verbas para estes dois sectores sociais do que para polícias e militares. Só que como não foram executadas na totalidade, o sector da Defesa e Segurança acabou por superar estes sectores sociais.

Só em 2021 o cenário de Saúde e Educação ultrapassarem militares e polícias esteve perto de acontecer. Apesar de o orçamento de escolas e hospitais ser superior em 508 mil milhões Kz, depois a execução da despesa acabou por equilibrar as contas, garantindo que Defesa e Segurança (111% de execução da despesa) permaneceram à frente de Educação e Saúde juntas (82% de execução) em termos de despesas por função.

O Expansão fez as contas e apurou que desde 2017 a execução orçamental de Defesa e Segurança esteve sempre acima dos 100%: 113% em 2017, 120% em 2018, 128% em 2019, 136% em 2020 e os 111% em 2021. Já a Educação e Saúde juntas viram a execução orçamental ser de 76% em 2017, 72% em 2018, 71% em 2019, 73% em 2020 e os 82% de 2021. E para 2022 tudo indica que a tendência se deverá manter, já que de acordo com os últimos dados de execução orçamentais publicados pelo MinFin, relativos ao I e II trimestres deste ano, nos primeiros seis meses foram já executadas 73% das despesas para esta área, o que pressupõe que nos restantes seis meses a verba destinada para todo o ano será ultrapassada, enquanto na Educação e Saúde apenas foram executadas 38% das despesas orçamentadas.

Ao não executar as despesas orçamentadas para Educação e Saúde, estas duas áreas acabam por "consumir" uma percentagem mais baixa do total do OGE do que aquilo que tem sido anunciado publicamente. Assim, a inscrição destas previsões de despesas nos sucessivos OGE tem servido apenas para manter um discurso político de que o País está a mudar a forma como encara o sector social, porque depois na prática continua a estar mais atento à segurança. "Estes orçamentos são cada vez mais apenas o cumprir de uma formalidade", adiantou um economista, solicitando anonimato.

Por outro lado, uma fonte do Governo disse ao Expansão que a questão da orçamentação/execução resulta, na maioria dos casos, da desorganização e capacidade de alguns ministérios em executar a sua despesa. "Há ministérios que conseguem executar melhor a despesa do que outros. A culpa não é do Ministério das Finanças, os ministérios têm as suas despesas cabimentadas mas depois não as executam", adiantou.

4.10 OGE 2023 mais prudente, mas aguarda-se por maior execução em relação ao de 2022

Jornal O País

23 De Dezembro de 2022

Texto: Milton Manaça

Se comparado com os programas anteriores, na opinião e especialistas, o problema da actual proposta do Executivo reside na taxa de câmbio utilizada para converter as receitas fiscais minerais diamantíferas, petrolíferas e de gás, de dólares para kwanzas, assim como a falta de explicação ao público sobre a taxa de câmbio nas duas moedas para se converter o serviço da dívida pública externa.

Nesta referida proposta do OGE, também chama a atenção uma alteração o serviço da dívida pública inscrito sobre o total da despesa, assim como a decisão do Executivo em ter no orçamento uma variação do aumento do stock da dívida maior que a variação de diminuição do stock da dívida.

Nota-se uma mudança na estratégia de gestão do stock de dívida pública, sendo a destacar que o OGE 2023 prevê manter o rácio stock da dívida pública sobre o PIE próximo dos 65%.

O 'fosso' entre a despesa e a execução constitui um dos problemas que volta a ser levantado quando se olha para o aumento ou diminuição da despesa do OGE 2023, em comparação ao que foi executado em diversas rubricas do OGE 2022.

Economistas ouvidos por este jornal apontam, por exemplo, a despesa no apoio social directo em que o Estado gastou 2,7%, quando estavam contemplados 5,3%. Para o OGE 2023 esta percentagem baixa para 5,1% e a expectativa é saber como será executada.

Aliás, a verba atribuída ao sector social, apesar de ter conhecido importante melhoria (10,0% em 2022 para 11,5% em 2023 na educação, e 7,4% em 2022 para 9,9% em 2023 na saúde), continua a ser contestada por se situar abaixo do recomendado por instituições em que Angola ratificou documentos.

A habitação, com uma previsão de 13,4 no OGE de 2023, continua a ser um problema social, e uma das Soluções apontadas pelos especialistas é que o Estado deixe de fazer centralidades e se dedique à habitação social.

Desta forma, sublinham, o Estado deixará de impedir o desenvolvimento do mercado imobiliário, permitindo que este resolva o problema da habitação da classe média e cumpra a sua obrigação, destinando os recursos públicos exclusivamente à resolução do problema de habitação dos mais necessitados.

Neste OGE, conforme mostra o gráfico, os Recursos Ordinários do Tesouro continuarão a ser a principal fonte do OGE com 11.552.152.050.638,00, representando 57,46%. De seguida vem os Financiamentos Externos com 3.525.622.442.398,00 (17,54%) e os Financiamentos Internos com 3.096.960.723.801,00 (15,40%).

4.11 Parlamento esclarece atribuição da verba

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2023

A Assembleia Nacional esclarece que a verba atribuída à instituição pelo Orçamento Geral do Estado 2023, é de 92,71%, de um valor global de Akz 54.145.327.618,50, partilhado, igualmente, com a Provedoria de Justiça, com 4,89%, e a Entidade Reguladora da Comunicação Social, com 2,40%.

O Orçamento de 2022, esclarece em nota os serviços administrativos da Assembleia Nacional a que o *Jornal de Angola* teve acesso ontem, não é de Akz 474 432 885,00, mas sim de Akz 39 360 223 579,00, e a variação de aumento registado na verba da Assembleia Nacional o ano 2023 é de Akz 10 836 186 327,31, cujo índice é 0,2756, e não de 10 (vezes) mais como foi interpretado.

Assim, o montante destinado ao funcionamento da Assembleia Nacional é de 50 196 409 906,31, distribuído por categorias de despesa, da seguinte forma: despesas com pessoal está orçada em 47,55%; contribuição da Entidade Empregador é de 2,99%; despesas em bens e serviços é de 23,05%; subsídios de transferências correntes é 4,33%; e os gastos com as despesas de capital orçadas em 22,08%.

Os serviços administrativos da Assembleia Nacional acrescentam, a propósito, que na categoria de Despesas com o Pessoal o aumento de recursos visa assegurar o pagamento das remunerações dos deputados, ex-deputados, funcionários e agentes parlamentares, assistentes e funcionários dos Grupos Parlamentares, bem como a promoção dos funcionários e agentes parlamentares.

Enquanto na categoria de Bens e Serviços, os recursos previstos visam assegurar os encargos com o

funcionamento dos serviços, manutenção das instalações do edifício Palácio da Assembleia Nacional, dos edifícios e Gabinetes Locais em dezassete províncias, manutenção das viaturas protocolares, assistência médica e medicamentosa, encargos com a realização das reuniões plenárias e o pagamento dos subsídios de deslocação oficiais dos deputados no interior e exterior do país.

Os serviços administrativos da Assembleia Nacional sublinham, ainda, que na categoria de Despesas de Capital o aumento de recursos serve para garantir os direitos e regalias aos deputados da IV Legislatura, previstos nos termos da alínea k) do artigo 18, da Lei n.º 17/12, de 16 de Maio – Lei Orgânica que aprova o Estatuto do Deputado.

Nesta ordem, o mesmo serve para elucidar a tramitação na categoria de Transferências Correntes, em que foram previstos recursos para assegurar os encargos com as subvenções dos partidos políticos com assento parlamentar, subvenções aos Grupos Parlamentares e quotas às Organizações Internacionais de que a Assembleia Nacional é membro.

No entanto, a nota retoma que Assembleia Nacional enquanto órgão de soberania, com a função legislativa e guardiã das leis continuará a velar pelo cumprimento das regras orçamentais vigentes, com lisura, transparência financeira e alto sentido de responsabilidade.

4.12 OGE 2023 mais prudente, mas aguarda-se por maior execução em relação ao de 2022

Jornal O País
23 De Dezembro de 2022
Texto: Milton Manança

Se comparado com os programas anteriores, na opinião de especialistas, o problema da actual proposta do Executivo reside na taxa de câmbio utilizada para converter as receitas fiscais minerais diamantíferas, petrolíferas e de gás, de dólares para kwanzas, assim como a falta de explicação ao público sobre a taxa de câmbio nas duas moedas para se converter o serviço da dívida pública externa.

Nesta referida proposta do OGE, também chama a atenção uma alteração o serviço da dívida pública inscrito sobre o total da despesa, assim como a decisão do Executivo em ter no orçamento uma variação do aumento do stock da dívida maior que a variação de diminuição do stock da dívida.

Nota-se uma mudança na estratégia de gestão do stock de dívida pública, sendo a destacar que o OGE 2023 prevê manter o rácio stock da dívida pública sobre o PIB próximo dos 65%.

O ‘fosso’ entre a despesa e a execução constitui um dos problemas que volta a ser levantado quando se olha para o aumento ou a diminuição da despesa do OGE 2023, em comparação ao que foi executado em diversas rubricas do OGE 2022.

Economistas ouvidos por este jornal apontam, por exemplo, a despesa no apoio social directo em que o Estado gastou 2,7%, quando estavam contemplados 5,3%. Para o OGE 2023 esta percentagem baixa para 5,1% e a expectativa é saber como será executada.

Aliás, a verba atribuída ao sector social, apesar de ter conhecido importante melhoria (10,0% em 2022 para 11,5% em 2023 na educação, e 7,4% em 2022 para 9,9% em 2023 na saúde), continua a ser contestada por se situar abaixo do recomendado por instituições em que Angola ratificou documentos.

A habitação, com uma previsão de 13,4 no OGE de 2023, continua a ser um problema social, e uma das soluções apontadas pelos especialistas é que o Estado deixe de fazer centralidades e se dedique à habitação social.

Desta forma, sublinham, o Estado deixará de impedir o desenvolvimento do mercado imobiliário, permitindo que este resolva o problema da habitação da classe média e cumpra a sua obrigação, destinando os recursos públicos exclusivamente à resolução do problema de habitação dos mais necessitados.

Neste OGE, conforme mostra o gráfico, os Recursos Ordinários do Tesouro continuarão a ser a principal fonte do OGE com 11.552.152.050.638,00, representando 57,46%. De seguida vem os Financiamentos Externos com 3.525.622.442.398,00 (17,54%) e os Financiamentos Internos com 3.096.960.723.801,00 (15,40%).

4.13 Proposta de OGE prioriza investimentos públicos

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2022

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para a província do Huambo, referente ao ano económico 2023, prevê despesas na ordem dos 130 mil milhões, 728 milhões, 764 mil e 59 kwanzas, um aumento de cerca de 9 mil milhões, em comparação com o presente exercício económico, sendo parte significativa destinada para o Programa de

Investimentos Públicos, através da operacionalização do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Os dados constam da proposta orçamental elaborada pelo Governo provincial do Huambo, a que Angop teve acesso, segunda-feira. De acordo com a proposta da província, em comparação com o presente ano económico, estima-se um aumento de nove mil milhões, 892 milhões, 687 mil e 834 kwanzas, por ter se previsto uma despesa na ordem dos 120 mil milhões, 836 milhões, 076 mil e 225.

Entretanto, o documento indica que o Governo da província contou, no presente exercício económico, com um limite em termos de despesas orçamentais, na ordem de 114 mil milhões, 770 milhões, 853 mil e 810 kwanzas.

Destes, lê-se, dez mil milhões, 404 milhões, 476 mil e 547 foram aplicados no Programa de Investimentos Públicos, com a construção e conclusão de várias infra-estruturas sociais, registando-se um aumento de 43,9 por cento, comparativamente ao exercício económico 2021.

Relativamente ao total das despesas orçamentais para 2023, detalha que 112. 407.274.044 são correntes e 18.321.490.015 de capitais, dos quais, 10. 819.082.547 serão destinados para o Programa de Investimentos Públicos, através da operacionalização do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Neste capítulo, segundo o documento, prevê-se a execução de vários projectos, com destaque para a conclusão de várias infra-estruturas sociais, a construção de outras novas, a asfaltagem, reciclagem e terraplanagem de vias de acesso, bem como a construção de pontes e pontecos.

Em termos de receitas, o Governo provincial do Huambo prevê arrecadar, localmente, em 2023, um total de dez mil milhões, 101 milhões, 025 mil e 453, sendo 9.425.434.038, através do sector industrial, 568.962.788 da prestação de serviços e 106.628.627 por fontes diversas.

Na proposta orçamental o Governo informa que estes valores serão utilizados para suportar parte das despesas previstas no documento, enquanto as demais serão executadas com recursos que serão disponibilizados pelos órgãos centrais. Com uma extensão territorial de 35 mil 771 quilómetros quadrados e uma densidade populacional acima dos dois milhões 600 mil habitantes, a província do Huambo é composta, administrativamente, por 11 municípios, 37 comunas e três mil 387 aldeias.

SME aumenta emissão de passaportes

Mil 637 passaportes ordinários e de serviço foram emitidos, este ano, pelo Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) na província do Huambo, contra 743 comparativamente a 2021. A porta-voz deste órgão do Ministério do Interior na província do Huambo, inspector-chefe de migração Marlene Matokissa, disse à Angop que dos passaportes emitidos, mil 629 são ordinários e oito de serviço.

Explicou que o aumento resultou, essencialmente, da redução dos casos da pandemia da Covid-19, pois os cidadãos deixaram de estar limitados para emissão do documento, para além do projecto Simplifica 1.0, que acabou com a burocracia nas acções administrativas do Estado.

A oficial de migração Marlene Matokissa apontou o tratamento médico, a formação académica, as questões de negócio e turismo, como os principais motivos da emissão do passaporte pelos cidadãos, entre zero e 75 anos de idade.

Relativamente aos actos migratórios para os estrangeiros, informou terem sido realizados 804, nomeadamente 285 vistos de turismo, 171 de permanência temporária, 159 de trabalho, dois de curta duração e emitidos 102 cartões de residência e 85 declarações provisórias para refugiados.

Fez saber que, dos documentos já emitidos pelo SME na província do Huambo, mil 389 passaportes estão por levantar no guichet da instituição, com maior destaque para os ordinários.

Segundo a responsável, em conformidade com o projecto Simplifica 1.0, para a emissão do passaporte ordinário, os cidadãos devem se fazer acompanhar da cópia colorida do Bilhete de Identidade, atestado de residência ou cópia do cartão de munícipe, 4 fotografias e 30 mil e 500 Kwanzas de emolumentos.

Revelou que a província do Huambo não tem o registo de cidadãos estrangeiros ilegais, pela sua posição geográfica, mas apenas expatriados em situação migratória irregular, que entram de forma legal e, por motivos desconhecidos, acomodam-se, acabando por extrapolar os prazos pré-estabelecidos por lei.

Em caso de infracções, disse, para além serem obrigados ao pagamento de uma multa correspondente aos dias de permanência ilegal, são, igualmente, convidados a abandonar o país.

A responsável informou que o SME na província do Huambo controla, actualmente, mil 397 cidadãos

estrangeiros de diversas nacionalidades, dos quais mil 122 homens e 275 mulheres.

Fundado em Abril de 1976, o SME é o órgão do Ministério do Interior vocacionado para a execução das políticas e medidas legislativas e regulamentares relacionadas à entrada, trânsito, saída, controlo da permanência e das actividades de cidadãos estrangeiros em Angola.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Fórum das Cidades e Municípios discute governação participativa

Jornal de Angola

1 De Dezembro de 2022

Texto: Santos Rosa

O Presidente da República, João Lourenço, procede, hoje, à abertura da oitava edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, um encontro que visa discutir a desconcentração administrativa e a governação participativa.

Organizado pelo Ministério da Administração do Território, o evento, que junta ministros de Estado, ministros, governadores provinciais e administradores municipais, vai também discutir assuntos relacionados com o Poder Local.

O director Nacional do Poder Local, do Ministério da Administração do Território, Vadim Dêlcio Manuel João, afirmou que a governação participativa tem sido uma das grandes preocupações do Presidente da República, João Lourenço, e por isso pretende estabelecer a política da governação mais próxima dos cidadãos.

O dirigente salientou que uma das inovações trazidas pelo Fórum dos Municípios e Cidades de Angola tem a ver com a reodinamização das comissões de moradores em todo o país. “Hoje, o cidadão angolano que vive num determinado município, organizado, através das comissões de moradores, participa directamente na gestão do orçamento da circunscrição e propõe projectos que têm de ser prioritários para a população”, disse.

Vadim Dêlcio Manuel João disse que a participação dos cidadãos decorre também no âmbito da elaboração do orçamento do município e este orçamento é denominado por orçamento participado da administração municipal. “São esses e outros temas que são implementados a nível local que serão discutidos a nível dos municípios e cidades de Angola”, disse.

No Fórum sobre Municípios e Cidades de Angola vão ser abordadas questões sobre o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), e vai ser feita a apresentação de um relatório sobre a situação real do país.

“A administração local irá reagir em função daquilo que for apresentado pela administração central, isto é, pelos departamentos ministeriais”, disse.

O responsável adiantou que há outra preocupação do Executivo angolano relacionada com a questão da protecção social e assistência às famílias mais vulneráveis nos municípios, tendo anunciado para breve a apresentação do relatório sobre os progressos do programa de fortalecimento da protecção social, conduzido pelo Executivo, denominado Kwenda.

Os participantes no Fórum dos Municípios e Cidades de Angola vão fazer, também, um balanço do processo de transferência de competências aos municípios e a sua execução prática pelas administrações municipais.

5.2 A vida é feita nos municípios

Jornal de Angola

2 De Dezembro de 2022

A desconcentração administrativa é um princípio cada vez mais aplicado pelos Estados, pelas vantagens que traz à rápida resolução dos problemas da população.

O tema esteve, ontem, em abordagem na oitava edição do Fórum das Cidades e Municípios. Trata-se de um assunto pertinente, sobretudo neste período em que se preparam as condições para a implementação das autarquias.

A desconcentração administrativa tem a vantagem de libertar o governo central de tarefas que podem ser executadas pelos governos provinciais e pelas administrações municipais, ficando a ganharem os cidadãos que podem ver melhorada a sua qualidade de vida.

O Presidente João Lourenço afirmou, ontem, na abertura do fórum, que os desafios da governação local, no contexto actual, reclamam “uma nova forma de ser e de estar do Estado”. Por isso, disse estar-se a trabalhar no sentido de termos uma administração pública mais ágil, mais desconcentrada, “para que possamos administrar melhor o território e implementar projectos que mais se adequam às reais necessidades e prioridades das províncias e dos municípios”.

O Titular do Poder Executivo fez um balanço positivo sobre o processo de desconcentração administrativa e financeira, designadamente no domínio da autonomia financeira das administrações municipais. Mas deixou claro não estar satisfeito com os ganhos até aqui alcançados. Disse ter chegado o

momento de implementar-se uma desconcentração administrativa e financeira efectiva, que transforme os municípios no centro do desenvolvimento nacional, a qual venham a ser a antecâmara fiável e segura para a institucionalização do poder local autárquico.

João Lourenço lançou o desafio no sentido de fazer-se de tudo para que o município seja, de facto, o centro do desenvolvimento nacional e a unidade primária de organização do território. Assim pensamos que vai justificar-se o slogan segundo o qual "a vida faz-se nos municípios!".

5.3 Administradores municipais e adjuntos vão custar mais 3,7 mil milhões Kz por ano

Jornal Expansão

2 De Dezembro de 2022

Texto: Faustino Diogo

A proposta segue para AN e traça o caminho para a sua implementação em 2024. Mas implementar esta reforma sairá caro aos cofres públicos, não só em salários, mas também em infraestruturas e em mordomias, como carros ou casas. Proposta não foi bem recebida no Ministério das Finanças, apurou o *Expansão*.

A proposta preliminar de lei de divisão político-administrativa, que prevê a criação de 518 municípios no País, vai triplicar os custos com o pagamento de salários e despesas de representação dos administradores e seus adjuntos, para cerca de 5,5 mil milhões Kz por ano. Contas do *Expansão*, com base no Decreto Legislativo Presidencial n.º3/22, de 12 de Maio, que define os salários e suplementos remuneratórios da função pública, nomeadamente os cargos de direcção e chefia da administração central e local do Estado, indicam que com os actuais 164 municípios, os ordenados e despesas de representação dos administradores e seus auxiliares rondam um pouco menos de 1,8 mil milhões Kz e vão passar a valer cerca de 5,5 mil milhões Kz.

Contas feitas, serão mais 3,7 mil milhões Kz por ano. À taxa de câmbio média desta quarta-feira no BNA, esta despesa sai de cerca de 3,3 milhões USD para 10,3 milhões USD. De acordo com uma fonte do Ministério das Finanças este tipo de reorganização não faz qualquer sentido porque penaliza demasiado as finanças públicas. "Não se trata só de salários dos administradores municipais, porque também triplica o número de funcionários e há que ter em conta a

eventual constituição de mais sedes municipais", disse.

Mas os desafios não são só em termos financeiros. O ministro de Estado e chefe da casa civil do Presidente da República, Adão de Almeida, admitiu que esta alteração é um "desafio grande" já que existem questões que terão que ser consideradas, até 2024, altura prevista para a entrada em cena da nova divisão político-administrativa do País, caso seja aprovada no parlamento. "Naturalmente que este é um desafio grande que envolve um trabalho gigante e há um conjunto de questões neste processo que terão de ser consideradas. Desde questões ligadas a pessoal, reforço de competências, instalações e também questões ligadas à dimensão orçamental destas unidades", disse Adão de Almeida, no final da reunião do Conselho de Ministros que analisou o documento.

Preocupado está também o consultor Arsénio Domingos, pela forma como esta divisão vai aumentar os custos do Estado. "Não se trata apenas de salários. Todos sabemos de outras condições que os administradores têm. Desde viaturas, motoristas, habitação, despesas correntes... Esta factura vai sobrar para o Estado, que vai passar a gastar mais, quando deveria conter despesas", disse.

Também o demógrafo Lucas Miguel olha para esta divisão com alguma preocupação. "Estou preocupado porque não sei se esta divisão vai de facto ajudar a desenvolver o País. Esta criação de mais províncias e municípios não resolve a questão da desigualdade territorial", admite.

O documento que já foi apreciado pelo Conselho de Ministros eleva para vinte o número total de províncias, contra as actuais 18. Ou seja, o País vai contar com mais duas províncias que resultam da separação das províncias do Moxico e Cuando Cubango que são as maiores de Angola e deixam de existir. Nascem, assim, as províncias do Moxico Oeste e Moxico Leste, bem como as províncias Cuando e Cubango.

5.4 OGE 2023 vai refletir autonomia financeira dos municípios

Jornal de Angola

2 De Dezembro de 2022

O orçamento Geral do Estado para este ano deverá reflectir a visão estratégica do Estado sobre um amplo aprofundamento da desconcentração administrativa e financeira.

Este desafio foi apresentado, ontem, em Luanda, pelo Presidente da República, João Lourenço, na abertura do Fórum das Cidades e Municípios de Angola.

Para o Chefe de Estado, a desconcentração financeira é uma condição imprescindível para que os municípios tenham real capacidade de dar resposta satisfatória às necessidades dos cidadãos e das empresas.

"Precisamos trabalhar mais no processo de arrecadação de receitas municipais, explorando o enorme potencial que existe em todos os municípios", disse.

João Lourenço reconheceu que o processo de desconcentração administrativa e financeira conta com assinaláveis ganhos, designada mente no domínio da autonomia financeira das administrações municipais, através do mecanismo de arrecadação e retorno célere da receita pelo Portal do Município, estando em curso o retorno do Imposto Predial aos municípios, nos termos do novo da receita proveniente da Administração Central afirmou que os mesmos devem promover o desenvolvimento local efectivo, prestar melhores serviços e criar condições para a atracção do investimento privado.

Acção governativa

O balanço da acção governativa referente ao mandato 2017-2022 demonstrou que o conjunto de iniciativas do Executivo, sobretudo nos domínios do desenvolvimento local, corresponderam de um modo geral aos anseios da população, embora nem todos os projectos tenham sido concluídos,

"Esse voto de confiança deve resultar em maior prontidão para o trabalho, em mais audácia e perspicácia na busca de soluções para resolver os problemas da população, assim como em melhor interacção e comunicação com os munícipes, com as organizações da sociedade civil, com as igrejas, com os empresários e outras instituições privadas, ouvindo-os e acolhendo as suas ideias e iniciativas que contribuam para a garantia da paz social e do desenvolvimento económico e social das comunidades", afirmou.

De acordo com o Presidente da República, os desafios da governação local, no contexto actual, reclamam uma nova forma de ser e de estar do Estado.

Por isso, disse, está-se a trabalhar no sentido de uma administração pública mais ágil, mais desconcentrada para que possamos administrar melhor o território e implementar projectos que mais se adequam às reais

necessidades e prioridades das províncias e dos municípios.

Nessa perspectiva, avançou o Chefe do Executivo, os departamentos ministeriais devem se focar cada vez mais na sua missão de conceber e propor as políticas públicas, capacitar os órgãos locais para as executar, supervisionar a implementação, assegurar o cumprimento dos objectivos preconizados e limitar-se a executar apenas os projectos cuja dimensão e complexidade o justifiquem.

"É chegado o momento de implementar-se uma desconcentração administrativa e financeira efectiva, que transforme os municípios no centro do desenvolvimento nacional, a qual venha a ser a antecâmara fiável e segura para a institucionalização do poder local autárquico", disse.

João Lourenço afirmou que quando foi lançado o Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), em 2019, reinava o cepticismo sobre a capacidade técnica e o grau de preparação das administrações municipais para implementar satisfatoriamente o plano. Os 2.689 projectos, dos quais 869 encontram-se concluídos e 669 com uma execução física acima de 70 por cento, os mais de 3º.000 postos de trabalho temporários gerados, confirmam o quão infundada foi a relutância em não transferir-se, há mais tempo, mais poderes aos municípios, indicou.

5.5 PR considera fundamental transferência de competências para os municípios

Jornal O País

2 De Dezembro de 2022

Texto: João Feliciano

O Presidente da República João Lourenço afirmou que os desafios da governação local no contexto actual reclamam uma nova forma de ser e de estar do Estado, e, por isso, o Governo tem estado a trabalhar no sentido de se ter uma administração pública mais ágil e mais concentrada a fim de administrar melhor o território e implementar projectos que mais se adequam às reais necessidades e prioridades das províncias e dos municípios. O Titular do Poder Executivo, que falava à margem da 8ª. Edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, (FMCA), realizado em Luanda, referiu que, nesta perspectiva, os departamentos ministeriais devem focar-se cada vez mais na sua missão de conceber e propor políticas públicas, capacitar os órgãos locais para os executar, supervisionar a sua implementação,

assegurar o cumprimento dos objectivos preconizados, limitado a executar apenas os projectos cuja dimensão e complexidade justifiquem.

“É chegado o momento de se implementar a desconcentração administrativa e financeira efectiva que transforme os municípios no centro do desenvolvimento nacional, da qual venha a ser antecâmara fiável e segura para a institucionalização do poder local autárquico”, afirmou João Lourenço. Para o Presidente da República, o processo de desconcentração administrativa e financeira conta com assinaláveis ganhos, designadamente no domínio da autonomia financeira das administrações municipais, através de mecanismos de arrecadação e retorno célere das receitas pelo portal do município, estando em curso o retorno do imposto predial aos municípios, nos termos do novo código do imposto predial.

João Lourenço considerou ainda que o principal instrumento em que deve ficar reflectida a visão estratégica dum amplo aprofundamento da desconcentração administrativa e financeira deve ser o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico 2023, bem como dos orçamentos dos anos seguintes. A desconcentração financeira, de acordo com o Presidente, é uma condição imprescindível para que os municípios tenham real capacidade de dar resposta satisfatória às necessidades dos cidadãos e das empresas. “Precisamos trabalhar mais no processo de arrecadação de receitas municipais explorando o enorme potencial que existe em todos os municípios”, defendeu. Municípios devem produzir mais. Na óptica do Presidente da República, os municípios têm que fazer mais e não ficar apenas à espera das receitas provenientes da administração central. Devem ainda promover o desenvolvimento local efectivo, prestar melhores serviços e criar condições para atracção do investimento privado.

Mais de 800 projectos do PIIM concluídos em todo o país

No que toca ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), o Presidente da República referiu que aquando do lançamento do projecto, em 2019, reinava o ceticismo sobre a capacidade técnica e o grau de preparação das administrações municipais para se implementar satisfatoriamente este plano.

Volvidos cerca de quatro anos, sublinhou, dos 2 mil e 689 projectos, dos quais 869 encontram-se concluídos, e 669 com uma execução física acima dos 70 por cento, permitiu a criação de mais de 30 mil postos de trabalhos temporário.

“Isto só vem confirmar o quão infundada foi a nossa relutância em transferir, há mais tempo, mais poderes aos municípios”, salientou. O PIIM, disse João Lourenço, tem sido para as administrações municipais uma verdadeira escola de aprendizagem e de valores, no que concerne ao rigor da execução orçamental, até ao ponto de não se ter quaisquer dúvidas relativas à sua continuidade, estando neste momento o Executivo à procura de soluções de financiamento seguro para a segunda fase do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), da qual se espera sejam geradas mais linhas de apoio à produção local e ao desenvolvimento urbano em função do perfil e potencial de cada município.

Programas de combate à pobreza já consumiram mais de 30 mil milhões de kwanzas

João Lourenço referiu também que o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza, bem como o Programa de Fortalecimento da Protecção Social (Kwenda) constituem hoje uma referência para programas de combate a situações de vulnerabilidades sociais e promoção do desenvolvimento local.

Até ao momento, disse, estão cadastrados 835 mil e 365 agregados familiares e 56 municípios e 8386 aldeias, tendo sido desembolsados já mais de 30 mil milhões de kwanzas.

O Presidente da República advertiu que “o kwenda não deve ser visto como um mero programa de assistência estatal tendente a gerar dependência dos beneficiados em relação ao Estado”, ainda que a prática tem demonstrado que os beneficiados tem investido parte do dinheiro das transferências sociais monetárias em pequenos negócios locais, o que motiva o Executivo a reafirma a continuidade da execução do mesmo programa aos demais municípios. A 8ª Edição do Fórum dos Municípios e Cidades de Angola, (FMCA), que decorreu no auditório da Academia Diplomática Venâncio de Moura, sob o lema: “A vida faz-se nos municípios”, contou com a presença dos 164 municípios das 18 províncias do país.

5.6 Alteração da Divisão Política Administrativa vai à consulta

Jornal de Angola

13 De Dezembro de 2022

Texto: Luísa Victoriano

A proposta de alteração da Divisão Político-Administrativa do país e da província de Malanje, em particular, foi submetida, ontem, à consulta pública

naquela cidade, em acto orientado pelo governador Marcos Nhunga. Os debates decorreram na sala de conferências do Hotel Palanca, que contou com a presença de membros do Governo de Malanje, autoridades tradicionais, religiosas, professores e estudantes universitários, assim como membros da sociedade civil.

O governante disse que o objectivo é assegurar que todos participem nos debates, emitindo opiniões favoráveis e assegurar que o processo da alteração da Divisão Político-Administrativa seja feito em estreita colaboração com a população.

Marcos Nhunga acrescentou que a proposta de lei, de iniciativa do Titular do Poder Executivo, visa essencialmente tornar mais fácil a gestão dos municípios, tendo em conta a extensão do território nacional. "Por mais capacidade que tenhamos, há sempre dificuldade em solucionar todos os problemas das populações", disse.

Segundo o governante, a proposta de lei que é apresentada não é um documento acabado e foi colocada à disposição, para apresentação das contribuições, de acordo com a realidade que as comunidades evidenciam e os resultados da auscultação serão submetidos ao Executivo que, posteriormente, os remeterá à Assembleia Nacional.

"Menos território permite melhor planificação e execução de projectos que poderão combater as assimetrias do nosso país e da região de Malanje, em particular", sublinhou, reafirmando que a sua aprovação em Angola vai facilitar a criação das bases para uma melhor gestão das comunidades.

De acordo ainda com o governador provincial, o que se pretende é que se tenha uma lei que reflecta a vontade da maioria dos angolanos e pediu uma participação activa de todos, com vista a garantir um futuro próspero para Malanje.

Por sua vez, o chefe do Gabinete Jurídico e do Intercâmbio do Governo Provincial de Malanje, Marcos Gabriel, explicou que a perspectiva jurídico-legal do processo da Divisão Político-Administrativa encontra fundamentos, essencialmente, nas projecções de crescimento da população angolana, extensão territorial e de criação de condições de combate às assimetrias para que o modelo de organização administrativa do país esteja ajustado à taxa de natalidade e se evite o distanciamento considerável que existe entre os serviços públicos e os cidadãos administrados, destinatários dos serviços.

"O actual modelo de divisão política administrativa do país deixou de ser capaz de responder aos desafios

da actualidade e não garante condições para prestação de serviços públicos aos cidadãos de forma pontual e eficaz", venceu.

Referiu que as localidades que registam um crescimento demográfico notável e relevantes níveis de actividades económicas, concretamente, como as comunas do Lombe, Cota, Sautar e outras localidades passarão a ser municípios, caso a proposta prevaleça.

As restantes comunas do país e de Malanje, em particular, têm poucos espaços de intervenção, porque a resolução dos problemas do cidadão está centrada na sede municipal, referiu.

A proposta de alteração da Divisão Político-Administrativa, de iniciativa do Presidente da República, prevê a criação de 20 províncias e 581 municípios.

Para a província de Malanje, os limites geográficos continuam a ser os mesmos e prevê-se a elevação de algumas comunas a municípios, como Cateco-Cangola, Cabombo, Talamungongo, Sautar, Cota, Quinbango, Lombe, Mangando, Cuale, Mbanji ya Ngola, Quizenga, Bembo, Ngola-Luiji, Cambaxe, Pungo-a-Ndongo e Quiuhu.

Constam ainda das comunas que serão elevadas à categoria de município Quiquegue, Xandel, Moma, Bângalas, Cambo Suinginge, Milando, Quipata, Dumba Cabango, Capunda, Dombo wa Zanga, Culamagia, Catala, Caxinga, Muquixe, Lemba Micanda, Mufuma, Cunga-Palanga, Rimba, Soqueco e Caribo.

A actual Divisão Político-Administrativa na República de Angola foi aprovada pela Lei número 18/16, de 17 de Outubro, com o objectivo de redefinir a Divisão Político-Administrativa e o modelo organizacional do território nacional de forma a garantir uma capacidade de resposta adequada à prestação de um serviço público mais eficiente às populações.

5.7 Angola com mais municípios entre sete países e o dobro da África do Sul

Jornal Expansão

16 De Dezembro 2022

Texto: Isabel Costa Bordalo

Angola com mais municípios entre sete países e o dobro da África do Sul.

Caso a proposta de lei de divisão político-administrativa vingue, Angola passa a ser o país com mais municípios num conjunto de sete países da região de África Austral analisados pelo Expansão e que inclui, além de Angola, África do Sul, Botswana, Namíbia, Moçambique, Zâmbia e Zimbabué. A manter-se o desenho da proposta, que está em consulta pública até final de 2023, Angola ganha duas novas províncias, ficando com um total de 20, e passa dos actuais 164 municípios para 518, o dobro dos 275 municípios de África do Sul, e oito vezes mais do que os 65 municípios que Moçambique passa a ter, em 2023, quando for implementada a reforma que está em discussão no Parlamento.

Mas a comparação com África do Sul, o segundo país com mais municípios nos sete analisados pelo Expansão, deve ser acompanhada do alerta de Aslak Orre, investigador sénior do Chr. Michelsen Institute (CMI), um instituto independente de investigação de desenvolvimento sediado em Bergen, na Noruega. "Não confundir o "município" de Angola com o de "municipality" que existe na África do Sul. Este não é um ponto trivial: o "município" sul-africano é uma autarquia, exactamente aquilo que o município angolano não é, por enquanto", adverte o cientista político norueguês, que há mais de duas décadas centra a sua investigação em Angola e Moçambique.

Orre tem também desempenhado um papel de liderança no programa de cooperação do CMI com a Universidade Católica de Angola (UCAN), o que atesta o seu conhecimento sobre o País e o olhar crítico que lança à actual reforma político-administrativa, se ela não estiver amarrada à implementação das autarquias.

Evitar a descentralização

"Quanto mais estudo Angola, mais fica claro que o actual modelo de governação do território é um obstáculo ao desenvolvimento do país. A principal prioridade do governo deve ser, nas palavras de [Agostinho] Neto, resolver os problemas do povo. A presente proposta - pelo seu conteúdo e pela forma não participativa como está a ser apresentada - parece ter como objectivo manter o poder nas mãos dos que actualmente o detêm e evitar a descentralização democrática, mais do que resolver os principais problemas", escreve Aslak, em resposta a questões colocadas pelo Expansão. Orre lembra que a Constituição de 2010 "exige que as autarquias sejam implementadas" para "desenvolver a governação territorial", mas receia que esta nova legislação sirva para "atrasar esse processo".

O investigador norueguês, que actualmente coordena um projecto de investigação sobre a guerra no Norte

de Moçambique, considera, pois, que o problema "não está no número" e que o aumento do número de divisões territoriais e de unidades administrativas pode até ser "racional, eficiente e necessário", no caso de Angola. O problema está, sim, no conteúdo. "Parece perfeitamente racional para Angola aumentar o número de servidores públicos, mas, novamente, o ponto é que eles devem ser competentes, recrutados por mérito e devem trabalhar para a prestação de serviços públicos e desenvolvimento ordenado e sustentável. Se a reforma for sobre a distribuição de empregos como recompensa para os seguidores leais do partido no poder, ela se revelará um fracasso caro", sintetiza.

Evitar o erro de Moçambique

Aslak Orre receia a forma e o modo como o governo tem estado a redesenhar a divisão administrativa do país e considera que falta explicar "porque é que isso era mais urgente" do que implementar as autarquias. "Se o plano agora é ostensivamente criar administrações municipais fortes para prestar serviços aos cidadãos, por que não fazer o mesmo para autarquias com liderança eleita, prestando contas à população local?", indaga, aproveitando para perguntar aos juristas "se esta reforma contradiz a Constituição angolana", já que ela "exige descentralização e autarquias".

Por último, o investigador aconselha Angola a não cometer o mesmo erro que Moçambique, país onde a autarquização "começou mal", porque o gradualismo tem "sido uma arma de manipulação nas mãos da Frelimo para garantir o seu controlo político", já que deixou de fora zonas de influência da Renamo (o maior partido da oposição) e ainda não chegou aos distritos onde vive a maioria da população.

Um problema que Moçambique tenta mitigar com a proposta de criação de 12 municípios, que deu entrada na Assembleia Nacional, em Novembro. Com a sua aprovação, o país passará dos actuais 53 para 65 municípios. "Se a autarquização for vista pelos detentores do poder apenas como um mecanismo a ser manipulado para manter o poder a todo custo, a reforma fracassará. Felizmente, Angola tem a chance de aprender com os erros de Moçambique, e implementar de boa-fé as autarquias como ferramenta de desenvolvimento, sustentabilidade e democratização", remata Aslak Orre.

5.8 Eleições para o poder local são a matriz nos países da região de África Austral

Jornal Expansão

16 De Dezembro 2022

Texto: Isabel Costa Bordalo

A Namíbia é o país menos dividido territorialmente dos 7 analisados pelo Expansão. O país tem uma divisão administrativa, que se subdivide em 14 conselhos regionais e 57 autoridades locais unitárias. Ao contrário das eleições regionais, as eleições locais são determinadas pelo partido e não por indivíduos. Havia 57 autoridades locais a serem eleitas.

No Botswana, o governo local compreende 16 distritos administrativos (10 rurais e seis urbanos) e 23 sub-distritos, incluindo quatro autoridades administrativas. O poder local coabita com um sistema tradicional de aldeias chefiadas por um kgosi (chefe) que trabalha em cooperação com outras instituições distritais.

A Tanzânia é uma república unitária democrática com um governo central e um governo autónomo em Zanzibar. Na Tanzânia continental existem 25 regiões, 40 conselhos urbanos e 132 conselhos distritais rurais, enquanto em Zanzibar existem cinco regiões, quatro autoridades urbanas e sete conselhos distritais rurais. As autoridades governamentais locais (LGAs) são eleitas em regime de multipartidarismo desde 1995.

Na Zâmbia, há 99 autoridades locais supervisionadas pelo Ministério da Administração Local e Habitação e que consistem em quatro câmaras municipais, 15 câmaras municipais e 84 câmaras distritais. Existem também 10 províncias, que são puramente administrativas. O poder divide-se em duas esferas: nacional e o local. O governo local é eleito desde 1992, com base na Lei do Governo Local de 1992.

O Zimbabué é um país unitário com dois níveis de governos subnacionais, composto por 10 províncias e conselhos metropolitanos e 86 conselhos locais. De acordo com a Constituição de 2013, os conselhos provinciais/metropolitanos recebem mais poderes e maior independência do governo central, e 10 membros dos conselhos provinciais, bem como os seus presidentes, são agora eleitos democraticamente.

5.9 Executivo prepara agenda para digitalização da Administração Pública

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2022

Texto: Adelina Inácio

O Executivo está a preparar a agenda para a digitalização da Administração Pública, para garantir um serviço público de qualidade, como um direito humano, universal, íntegro e qualitativo, com base em políticas que reduzam as desigualdades sociais e territoriais, garantiu, ontem, em Luanda, o director do Instituto de Modernização Administrativa (IMA).

Meick Afonso, que falava durante o lançamento da 2ª Edição da Conferência de Transição Digital da Administração Pública "Governo.ao", adiantou que o Executivo está a elaborar um plano de acção com um conjunto de projectos que tem como objectivo a melhoria da prestação de serviços na Função Pública.

Segundo o responsável, a Conferência sobre Transição Digital da Administração Pública visa promover a discussão, diálogo, participação e a criação de soluções para a melhoria da prestação de serviços públicos, para impulsionar a efectivação dos princípios e directrizes para a digitalização da Administração Pública, mobilizar e estabelecer o diálogo com a sociedade sobre os desafios de transição digital do serviço público.

O evento, que decorrerá em Junho do próximo ano, visa também promover o diálogo, avaliar e apresentar propostas para as medidas e projectos da Agenda de Transição Digital do Serviço da Administração Pública, fortalecer a participação e o controlo social dos processos da Reforma do Estado, além de expor potencialidades e elevar o nome de Angola no cenário mundial.

A Conferência Governo.ao enquadra-se no conjunto de acções no âmbito da transição digital da Administração Pública, visando a melhoria dos serviços públicos e criar um espaço de debate que permita a participação social na resolução dos problemas.

Os dois dias do evento serão facilitados pelo Instituto de Modernização Administrativa (IMA), que vai compreender exposições e debates com individualidades nacionais e internacionais, líderes do sector público e privado, bem como representantes de todo o ecossistema das tecnologias de informação e comunicação, para debater, disseminar e apresentar soluções e propostas para a transição digital no país.

A conferência pretende ser um espaço de auscultação, identificação de problemas, abordagens, estudos de soluções e colecta de contribuições para que, em sede de processo de elaboração da Agenda, se tenha em conta a opinião de especialistas nacionais e internacionais, de acordo com a realidade angolana, segundo Meick Afonso, director do Instituto de Modernização Administrativa (IMA).

Os principais objectivos são a afirmação e o posicionamento de um conjunto de diretrizes para a digitalização da Administração Pública, mobilização da sociedade para o diálogo, avaliação e propostas de medidas para actualização digital, fortalecimento da reforma do Estado, exposição de potencialidades e notoriedade, bem como dar visibilidade a Angola.

O director Meick Afonso lembrou que a primeira edição teve mais de 6 mil participantes e 77 oradores nacionais e internacionais, com presença de países como Estónia, Polónia, Cabo Verde e Portugal e permitiu trazer contribuições para o projecto Simplifica 1.0 e 2.0 e a implementação de novas medidas. Permitiu, também, a recepção de contribuições para a institucionalização do Portal Único de Serviços Públicos.

A primeira edição teve como principal recomendação o combate à fome e à pobreza, a utilização da tecnologia para a saúde e bem-estar, educação, desenvolvimento da indústria e infraestrutura, maior agilidade na Administração Pública e a inclusão digital.

O evento pretende congrega mais de 8000 individualidades, representantes de empresas públicas e privadas e da sociedade em geral.

5.10 Nova divisão político-administrativa desequilibra as contas públicas

Jornal Expansão
16 De Dezembro de 2022

A nova proposta de lei de divisão político-administrativa divulgada pelo Governo em Dezembro prevê a criação de 518 municípios no País,

o que de acordo com cálculos do Expansão vai triplicar os custos com o pagamento de salários e despesas de representação dos administradores e seus adjuntos, para cerca de 5,5 mil milhões Kz por ano. Esta proposta tem feito correr muita tinta na sociedade civil, com várias associações a queixarem-se de terem sido surpreendidas já que consideram que deveria ter sido alvo de uma consulta pública para encontrar consensos sobre um assunto fundamental para o desenvolvimento do país e das suas regiões.

O Executivo pretende aumentar de 18 para 20 províncias, dividindo o Moxico e Cuando Cubango em duas províncias, e aumentar de 164 para 518 os municípios do País, acabando com as comunas e distritos urbanos. Contas do Expansão, com base no Decreto Legislativo Presidencial n.º3/22, de 12 de Maio, que define os salários e suplementos remuneratórios da função pública, nomeadamente os cargos de direcção e chefia da administração central e local do Estado, indicam que com os actuais 164 municípios, os ordenados e despesas de representação dos administradores e seus auxiliares rondam um pouco menos de 1,8 mil milhões Kz e vão passar a valer cerca de 5,5 mil milhões Kz.

Contas feitas, serão mais 3,7 mil milhões Kz por ano. Mas os desafios não são só os salários que vão aumentar a despesa pública caso esta reforma avance nestes moldes, já que há outros gastos acrescidos em infraestruturas e em mordomias como carros ou casas. E ao que o Expansão apurou a proposta não caiu bem no MinFin. Segundo uma fonte deste ministério, este tipo de reorganização não faz qualquer sentido porque penaliza demasiado as finanças públicas. "Não se trata só de salários dos administradores municipais, porque também triplica o número de funcionários e há que ter em conta a eventual constituição de mais sedes municipais", disse.

Já o Governo diz que esta proposta é um "desafio grande", conforme avançou o ministro de Estado e chefe da casa civil do Presidente da República, Adão de Almeida, já que existem questões que terão que ser consideradas até 2024, altura prevista para a entrada em cena da nova divisão político-administrativa do País, caso seja aprovada no parlamento. "Naturalmente que este é um desafio grande que envolve um trabalho gigante e há um conjunto de questões neste processo que terão de ser consideradas. Desde questões ligadas a pessoal, reforço de competências, instalações e também questões ligadas à dimensão orçamental destas unidades", disse Adão de Almeida, no final da reunião do Conselho de Ministros que analisou o documento.

Esta alteração também é justificada pelas projecções de crescimento da população nacional até 2033. "Crescemos de cerca de 26 milhões de habitantes, em 2015, para uma projecção de 34 milhões em 2023. E daqui a 10 anos, em 2033, estas projecções colocam Angola numa posição de cerca de 45 milhões de habitantes. Aqui o princípio inicial é verificar as projecções de crescimento da população para que o modelo de organização administrativa esteja ajustado a essas projecções", avançou Adão de Almeida.

5.11 Habitantes do Zaire favoráveis à criação de 25 municípios

Jornal de Angola

18 De Dezembro de 2022

Texto: Fernando Neto

O Conselho de Auscultação e Concertação Social do Zaire manifestou-se, sexta-feira, na cidade de Mbanza Kongo, favorável com a proposta da Divisão Político-Administrativa da província que prevê elevar as actuais 25 comunas à categoria de município.

A sessão presidida pelo governador do Zaire, Adriano Mendes de Carvalho, decorreu no anfiteatro do II Edifício do Governo, cujos presentes tomaram conhecimento da proposta geral que prevê a divisão das províncias do Moxico e do Cuando Cubango, bem como a criação de mais municípios, perfazendo um total de 581, com o objectivo de torná-los centros de decisão, assegurar o equilíbrio demográfico, acelerar a organização administrativa, económica e social.

O governador frisou que a actual Divisão Político-Administrativa do país apresenta-se desajustada em relação à necessidade de se criar condições para o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, aproximar os serviços e assegurar o equilíbrio demográfico entre as diversas unidades territoriais.

"A proposta de Divisão Político-Administrativa que prevê a elevação das actuais comunas em municípios trará muitos benefícios, uma delas é a defesa e a soberania nacional, respeito pelos limites fronteiriços, assim como garantir melhor controlo em relação à imigração ilegal. Vai também acelerar a organização administrativa social e económica dos municípios, por esta via atrair novos investimentos e acelerar as transacções comerciais", disse.

Por sua vez, os membros do Conselho Provincial de Auscultação e Concertação solicitaram, na ocasião, que seja respeitada a língua kikongo ao estabelecer-se a grafia dos novos municípios.

O coordenador do Lumbo e representante da corte do antigo Reino do Kongo, Afonso Mendes, manifestou a satisfação sobre a proposta, na medida em que vai facilitar a resolução dos principais problemas das comunidades. "A ideia da nova proposta de Divisão Político-Administrativa é boa, pois eleva o número de municípios na província do Zaire para melhorar a situação destes territórios. Também sugiro que a comuna de Serra de Kanda, após a sua elevação à categoria de município, seja denominada de Mongo a Kanda, para adequar a língua kikongo, o que significa armadilha tradicional para caçar ratos", frisou.

Já o reverendo Isaiás Ngombe Timóteo Delfino, da Igreja Evangélica Assembleia Cristã, acredita que a aprovação da proposta de lei vai melhorar a vida dos habitantes dos novos municípios, desde que o Executivo solucione os problemas das estradas, abastecimento de água e energia eléctrica.

"O ante-projecto é positivo, mas o importante é analisar a realidade dos actuais 164 municípios que vivem ainda inúmeras dificuldades em relação ao provimento dos equipamentos sociais básicos. Então os novos devem ser melhor equipados com estradas, escolas, hospitais, água, energia eléctrica e residências para garantir o desenvolvimento destas regiões", disse.

O soba Mbamba Marcelino, do município do Nóqui, saudou a iniciativa, mas se mostrou preocupado com o comportamento dos administradores em resolver, de facto, os problemas candentes das comunidades.

"Vamos ter novos municípios, mas precisa-se de administradores com boa-fé. Caso contrário, os problemas das comunidades ficarão sem resolução na mesma, associado a isso a falta de vias de acesso. Por exemplo, a comuna do Lufico, mesmo que passe à categoria de município, se não for asfaltada a estrada, o administrador não terá condições de resolver os problemas da população local", alertou.

5.12 Escola de Administração Pública forma mais de oito mil agentes

Jornal de Angola

19 De Dezembro

Texto: Alberto Quiluta

A secretária de Estado para Administração Pública informou, em Luanda, que a Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP) formou este ano 8.224 funcionários públicos.

Amélia Augusto Varela realçou, no final de semana, no acto de encerramento do ano formativo 2022, que os números, apesar de animadores, ainda não satisfazem, por estarem além das expectativas, em função do número de funcionários públicos existentes.

"O próximo ano, a ENAPP vai capacitar mais de 14.000 funcionários públicos e agentes administrativos, porque a formação de quadros continua a ser uma das prioridades do Executivo, por ser das principais vias para construir o perfil do funcionário público de modo a promover mais qualidade nos serviços", assegurou.

A ENAPP, lembrou, tem como missão a harmonização da formação de quadros na administração pública, no sector empresarial público e privado, com enfoque na excelência para investigação e qualificação de quadros eficazes e eficientes alinhados nos planos estratégicos de desenvolvimento do país.

Amélia Augusto Varela reiterou que o Executivo tem implementado um conjunto de reformas estruturais, nas quais a administração pública ocupa um lugar de destaque, como forma de criar um perfil do funcionário público capaz de responder aos desafios de gestão moderna.

A secretaria de Estado explicou que a formação se apresenta como base para a construção de uma administração mais eficiente, com capacidade para materializar as necessidades colectivas dos cidadãos.

A presidente do Conselho de Administração da Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), Sandra Rodrigues Alves disse que a instituição formou, durante o quinquênio 2018-2022, mais de 44 mil quadros em diferentes áreas.

A presidente do conselho de administração explicou que a instituição previa formar 34 mil quadros, mas conseguiram 44 mil. "Atingimos a meta que esperava-se alcançar".

O foco da instituição, recordou, é o desenvolvimento do capital humano, por meio de acções de formação, capacitação, especialização e o desenvolvimento das carreiras dos quadros da administração pública.

As formações, adiantou, enquadram-se no Plano Desenvolvimento Nacional (PND) e servem para dinamização dos centros regionais e a formação de quadros destinados aos órgãos da administração central e local do Estado.

Durante o acto de encerramento do ano formativo houve a entrega de menções honrosas aos parceiros e

empresas formadas na instituição, entre as quais a Administração Geral Tributária (AGT), Governo Provincial de Luanda (GPL), Ministério da Economia, a caixa de providência dos Serviços de Inteligência e Segurança de Estado (SINSE), Hospital Geral Especializado do Kilamba-kiaxi, empresa portuária do Soyo e a Sonagás.

5.13 Autarquias vs divisão político-administrativa

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2022

O Presidente da República concedeu uma entrevista à Voz da América, na ressaca da recente Cimeira Estados- Unidos África.

Durante a conversa, retomada na edição de ontem do Jornal de Angola, foram abordados vários assuntos, entre os quais os discutidos na Cimeira, o combate à corrupção e a implementação das autarquias em Angola. É sobre o último tema que pretendemos reflectir.

Alguns líderes da oposição e comentadores sobre a política nacional têm, de forma recorrente, defendido que as autarquias sejam implementadas no próximo ano.

Alguns pronunciamentos têm ido no sentido de que as eleições autarquias não se realizam por falta de vontade política do Presidente da República ou do MPLA, partido que tem a maioria na Assembleia Nacional.

Na entrevista já referida, o Presidente João Lourenço deixou claro que não tem qualquer interferência no processo de implementação do poder autárquico, lembrando, aliás, que foi ele quem teve a iniciativa de falar da necessidade das autarquias, em sede do Conselho da República.

O Chefe de Estado lembrou que as autarquias não são implementadas até agora por imperativos legais, pois Angola é um Estado de Direito, no qual se defende o primado da lei. Ou seja, não deve haver eleições autárquicas enquanto não se conclui, no Parlamento, a discussão e a aprovação do pacote legislativo autárquico.

O impasse para a não conclusão do pacote reside na questão do gradualismo. O MPLA entende que é muito mais seguro começar a implementação das autarquias com um certo número de municípios, enquanto a oposição é pela implantação do poder autárquico em todos os municípios do país. Cabe, agora, ao Parlamento decidir.

Outra questão que, em alguns círculos, sobretudo da oposição, tem levantado dúvidas quanto à implementação, a curto prazo, das autarquias tem a ver com a apresentação da proposta de nova divisão político-administrativa, que já se encontra em consulta pública.

O Presidente João Lourenço disse não saber que processo vai acontecer primeiro, mas deixou claro que uma coisa (divisão político-administrativa) não impede a outra (autarquias). Ou seja, a divisão administrativa que é o poder do Estado não vem para substituir as autarquias poder local, até porque são duas coisas que, com o tempo, vão coexistir.

5.14 Província de Luanda pode contar com 55 municípios

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2023

Texto: Edna Mussalo

A província de Luanda pode contar com 55 municípios, ao contrário dos actuais nove, com vista a atender a demanda face ao crescimento populacional, demográfico, de infra-estruturas, limites geográficos e territoriais, e visando garantir a prestação de serviços mais próximos à população. A proposta foi analisada num encontro de auscultação da comunidade sobre a divisão político-administrativa e o modelo organizacional da província, realizado, quarta-feira, no Salão Nobre do Governo, sob orientação do governador Manuel Homem.

O vice-governador para o Sector Político e Social, Manuel Gonçalves, avançou que o encontro serviu para colher contribuições de administradores, sociedade civil e o Conselho de Concertação da Comunidade a nível da província.

Manuel Gonçalves referiu ainda que a reunião serviu também para abordar sobre a divisão política administrativa proposta pela Comissão Multisectorial com base na realidade específica de Luanda.

"A proposta apresentada pela Comissão Multisectorial com a orientação do Ministério da Administração e do Território é de 55 municípios, elevando-se os actuais distritos e comunas da província para a categoria de municípios", salientou.

O governante frisou, no entanto, a necessidade de uma análise baseada na realidade da província, mas também em questões históricas.

Para o governante, o novo modelo organizacional da província contribuirá para a preservação de questões históricas, de infra-estruturas sociais e económicas, harmonização urbanística, tendo adiantado que todas as propostas colhidas serão analisadas e apresentadas dentro dos órgãos que estão a trabalhar no projecto.

Por seu lado, o administrador de Viana, Demétrio Sepúlveda, disse que a nível da circunscrição que dirige está-se plenamente de acordo com a nova divisão administrativa, uma vez que a vida é feita nos municípios.

Para o responsável, a criação de novos municípios permitirá melhores condições e apresentação de melhores serviços, salientando que cada distrito e comuna de Viana tem população suficiente e extensão territorial para se tornar um município.

"Neste momento, faltam muitos serviços como energia, água, estradas e infra-estruturas administrativas, mas quando se tornarem municípios, mais facilmente esses serviços serão colocados à disposição da comunidade e os outros aspectos de ordem sócio-económica, política e até antropológica serão resolvidos com o tempo", destacou.

O administrador de Talatona, Rui Duarte, referiu que a reunião foi importante e tomou-se em conta os comentários e contribuições pertinentes que cada membro pôde fazer.

Relativamente ao município do Talatona, disse, todas as contribuições foram bem anotadas e levadas em consideração e ao nível da circunscrição está-se também a realizar uma auscultação de forma a colher sugestões, contribuições e algumas inquietações que possam surgir.

O administrador avançou que face à nova divisão, o município, composto por seis distritos e uma comuna, passará a ter sete municípios o que considerou ser vantajoso para as zonas e territórios que têm um aglomerado populacional elevado e que precisam ter todas as condições e valências para atender as necessidades das populações.

Reacções dos participantes

A líder da igreja Teosófica Espírita, profetiza Suzete João, disse que as propostas levantadas pelos sobas, organizações como Quiçama, Icolo e Bengo são importantes na medida em que vão permitir a criação de melhor serviço para elevar a condição de vida das populações, havendo mais serviços de saúde e educação.

"Penso que se deve levar a informação às populações para se sensibilizar sobre as vantagens e desvantagens da divisão territorial e continuar a auscultar outras individualidades e organizações para se acabar com alguns maus entendidos sobre a identidade ou história de Angola", frisou.

O cantor Dionísio Rocha lembrou Luanda antiga e disse estar preocupado com a "demolição da parte bonita da cidade", visando erguer uma cidade de prédios.

Não obstante, o autor de "Minha cidade linda" realçou a necessidade da nova divisão política administrativa da capital do país, dada a actual densidade populacional e proporcionar um melhor desenvolvimento territorial.

"Eu nunca vi tanta gente em Luanda como tem agora. Quando conheci a vila de Viana, esta começava no Grafanil e terminava pouco depois da Estalagem, mas hoje o município já se estende até ao Zango e é necessário que isso seja revisto", destacou.

Dionísio Rocha referiu que a medida do Governo visa estruturar o território para melhor gestão dos serviços e a cidade de Luanda não foge à regra.

5.15 Governo retoma pagamento dos subsídios aos sobas

Jornal de Angola
24 De Dezembro de 2022
Texto: Alberto Quiluta

O Governo da Província de Luanda anunciou, quinta-feira, a retoma do pagamento dos subsídios às autoridades tradicionais, depois de dois anos de interregno.

O anúncio foi feito pela directora provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos, Tatiana Mbuta, no final de um encontro com representantes das autoridades tradicionais da província de Luanda, que tem nove municípios e 127 sobas reconhecidos.

Tatiana Mbuta explicou que a principal preocupação apresentada tem a ver com a situação dos subsídios que muitos não recebiam há dois anos e as outras estão relacionadas com a habitação condigna e transporte, que serão resolvidas paulatinamente.

"O problema dos subsídios está resolvido, os sobas de Luanda começaram a receber os seus subsídios do corrente ano", informou.

Reconhecendo a importância do trabalho das autoridades tradicionais, a responsável da Cultura

disse: "Precisamos que os sobas trabalhem com as comunidades de modo a evitar casos de violência doméstica, violência sexual e o surgimento de mercados em qualquer esquina da capital".

Lembrou que os sobas são reservas morais de qualquer sociedade e têm uma palavra a dizer como parte do poder local. "Temos que estar junto deles, ouvi-los, apoiá-los e percebermos como é o dia-a-dia deles, as dificuldades que enfrentam e uma delas passa pelos transportes", referiu.

A directora provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos reconhece ser necessário dignificar as autoridades tradicionais para se construir uma Luanda melhor.

Tatiana Mbuta defende um reconhecimento do estatuto das autoridades tradicionais e espera que a Assembleia Nacional aprove o respectivo diploma, de modo a dar mais dignidades aos sobas a nível nacional.

Informou que as contribuições recebidas serão remetidas ao governador da província, acreditando que serão uma mais-valia para a governação.

O secretário-geral das autoridades tradicionais da província de Luanda, João Adão, considerou o encontro "bastante benéfico" e espera que venha resolver os problemas da classe e não seja o único.

"Nunca deixamos de trabalhar em prol das comunidades, daí a necessidade de o Governo nos dar mais dignidade", apelou.

João Adão disse ainda que a resolução do problema dos subsídios "é um ganho para os sobas". Acrescentou que os problemas expostos no encontro são antigos e espera a resolução dos mesmos.

5.16 Bengo pode contar com 24 municípios

Jornal de Angola
25 De Dezembro de 2023

Um total de 24 municípios, contra seis actuais, poderão ser criados na província do Bengo, no âmbito da proposta de Lei sobre a Nova Divisão Político-Administrativa.

De acordo com o Projecto de Diploma, o acréscimo de municipalidades tem origem em 23 comunas que poderão ser elevadas à categoria de municípios.

Esta informação, segundo a Angop, vem expressa no comunicado final da sessão extraordinária do

Conselho Provincial de Auscultação das Comunidades orientado pela governadora da província, Maria Antónia Nelumba, que teve por objectivo finalizar a discussão sobre a proposta de Lei da nova Divisão Político-Administrativa.

Os participantes aprovaram a proposta com algumas alterações na nomenclatura de certos municípios.

Nesta proposta, a principal novidade recai para a localidade do Panguila que devido a sua configuração geográfica e a densidade populacional também será elevada a município.

Assim, a província do Bengo poderá passar a contar com os municípios de Caxito, Quibaxi, Muxaluando, Ambriz, Pango Aluquém, Barra do Dande, Cancassala, Piri, Quicunzo, Cazuangongo, Quixico, Nambuanguo, Cage Mazumbo, Zala, Bela Vista, Mabubas, Quicabo, Úcua, Paredes, Coxe, Tabi e Panguila.

Segundo os participantes, a presente divisão poderá trazer para a região mais desenvolvimento, emprego, serviços próximos das populações e infra-estruturas.

O Conselho Provincial de Auscultação das Comunidade é composto pelos membros do Governo Provincial, administradores municipais e comunais e representantes de várias franjas da sociedade civil.

Prevenção contra sinistralidade rodoviária

A governadora provincial do Bengo, Maria Antónia Nelumba, chamou, sexta-feira, em Caxito, a atenção da Polícia Nacional para o reforço das medidas de prevenção contra a sinistralidade rodoviária, na quadra festiva, época em que há tendência de aumento do número de casos.

A governante que falava durante a cerimónia de formatura geral da corporação, sublinhou que o Bengo é uma rota de passagem para outras províncias como Luanda, Uíge e Zaire, pelo que a Polícia Nacional deve estar preparada para desempenhar com dignidade o seu trabalho nessa altura do ano.

Maria Antónia Nelumba manifestou a sua satisfação com os meios apresentados pela Polícia Nacional e reiterou a disponibilidade do Governo Provincial em apoiar naquilo que for necessário.

"Após ver a exposição fiquei com a noção de que aquilo que o Governo gasta para os órgãos de Defesa e Segurança não é tanto dinheiro como se diz, pois os meios são caros, desde a farda até os meios que dispõe para exercer com dignidade o seu trabalho", ressaltou.

O comandante provincial da Polícia Nacional no Bengo, Delfim Kalulu Inácio, reafirmou o compromisso do efectivo dos diferentes órgãos do Ministério do Interior no asseguramento da quadra festiva na província do Bengo.

Referiu que foram mobilizados mais de três mil efectivos determinados a fazer com que a quadra festiva decorra num ambiente de paz e tranquilidade.

Apesar das dificuldades, disse, a Polícia Nacional tem sabido andar de acordo com as normas, manifestando a abertura da corporação às críticas e denúncias sobre mau comportamento do efectivo.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Ordem denuncia incumprimento curricular de Universidades do país

Jornal de Angola

4 De Dezembro de 2022

Texto: Edivaldo Cristóvão

O bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola, Celestino Chitonho, denunciou, terça-feira, em Luanda, que algumas Universidades do país não cumprem com o programa curricular estabelecido pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação.

Celestino Chitonho, que falava durante a quarta cerimónia de outorga de carteiras profissionais a 43 arquitectos, admitidos recentemente, defendeu que as Universidades devem passar a olhar para o ensino de maneira diferente, principalmente agora que muitas instituições académicas apresentam ao ministério de tutela uma determinada grelha curricular, mas, na prática, não a cumprem.

Por exemplo, uma das situações que considerou "escandalosa" é o facto de existir arquitectos formados, que não sabem nada sobre a legislação ligada ao sector. Com isso, explicou, nos exames de acesso à Ordem, os avaliados acabam surpresos com as matérias ligadas à Lei de Arquitectura e Construção, aos assuntos jurídicos, estatutos, Código de Ética e Deontologia Profissional, bem como do regulamento disciplinar.

"Notamos que muitos estudantes desconhecem essas matérias, por causa do programa curricular das Universidades", disse o bastonário, ao anunciar que já existe uma estatística das universidades que cumprem o programa curricular, sendo essas as que têm mais estudantes a entrar na Ordem.

Neste momento, avançou, existem no país 23 Universidades que leccionam o curso de Arquitectura. Os formados nesses estabelecimentos, para serem admitidos na Ordem, devem ser submetidos a um exame de acesso, que lhes permite receber as carteiras profissionais e depois estarem inseridos no mercado de trabalho.

Explicou que os exames de acesso são realizados duas vezes por ano, sendo um no mês de Fevereiro e o outro entre Outubro e Novembro, enquanto a

entrega de carteiras serve para que os formados não se sintam abandonados e disporem de ferramentas necessárias para o exercício da profissão, bem como aumentar o nível da classe.

Celestino Chitonho realçou que devem concorrer para a carteira profissional alunos que terminaram o curso superior de Arquitectura, que tem cinco anos de formação, e fazer chegar à Ordem outros documentos exigidos para o efeito.

Neste ano, participaram do exame de acesso para as carteiras profissionais 183 arquitectos e apenas 43 foram aprovados, o que o bastonário considera um número muito baixo, uma vez corresponder apenas a 23 por cento dos candidatos, quando a meta era atingir mais de 50%.

Celestino Chitonho esclareceu que os 43 arquitectos admitidos, na terça-feira, à Ordem são das províncias de Cabinda, Luanda, Benguela, Huíla e Uíge.

Actualmente, a Ordem dos Arquitectos de Angola controla um total de 1.712 profissionais em todo o país.

6.2 Mulheres são incentivadas à autoconstrução dirigida

Jornal de Angola

6 De Dezembro de 2022

Texto: Helma Reis

O Distrito Urbano do Sequele, em Cacuaco, província de Luanda, tem disponíveis 300 parcelas de terreno para a construção de residências para empregadas domésticas, vendedoras de bancada/mercado e ambulantes, cujas interessadas podem começar a inscrever-se a partir de hoje.

Segundo a diretora de Marketing e Vendas da Empresa de Gestão de Terrenos Infraestruturados (EGTI), as parcelas destinam-se exclusivamente à construção de habitações para mulheres que exercem as suas actividades laborais no Distrito Urbano do Sequele.

Jaqueline Coelho informou que os terrenos já infra-estruturados, com rede de água e energia eléctrica, esgotos e iluminação pública, estão localizados entre a Cidade do Sequele e a Urbanização Mayé-Mayé, numa dimensão de 150 metros quadrados, e estão avaliados em 90 mil kwanzas cada.

Deu a conhecer que a moradia deverá ser construída numa área de 75 metros quadrados e o pagamento ser feito em prestações, dependendo da condição de cada candidata.

A diretora de Marketing e Vendas da EGTI afirmou que o projecto piloto vai promover, numa primeira fase, a venda de 150 parcelas. Acrescentou, ainda, que os terrenos têm todas as condições para que as obras possam iniciar, por forma a tornar a zona autossustentável.

"A ideia é permitir que as beneficiárias estejam mais próximas do local de trabalho e desta forma melhorar a sua qualidade de vida, "evitando chegar tarde ao local de trabalho, como se verifica diariamente", disse Jaqueline Coelho.

Sobre os critérios de acesso, disse que as candidatas deverão apresentar um documento da actividade que desempenham, nunca ter sido beneficiadas em projectos de habitação social do Estado e ter um rendimento mensal mínimo de dez mil kwanzas (ambulantes), 40 (empregadas domésticas) e 60 (vendedoras de bancada/mercado).

O processo de candidaturas terá lugar na Urbanização Mayé-Mayé, com a recepção, até quinta-feira, de processos das zungueiras, vendedoras de bancada/mercado e empregadas domésticas, respectivamente.

6.3 Província do Zaire vai retomar a construção de infra-estruturas

Jornal de Angola

12 De Dezembro de 2022

Texto: Kayila Silvina, Fernando Neto e Júlio Gaiano

O primeiro-secretário provincial do Zaire do MPLA, Adriano Mendes de Carvalho, anunciou, em Mbanza Kongo, que a região vai, nos próximos tempos, conhecer melhorias significativas no domínio da construção de novas infra-estruturas, como escolas, hospitais e estradas.

Falando, sábado, no acto provincial da celebração do 10 de Dezembro, data da fundação do MPLA, Adriano Mendes de Carvalho pediu a participação dos militantes nas acções a serem desenvolvidas, lembrando, ainda, que é preciso trabalhar mais e comunicar melhor, para que se possa alcançar os objectivos traçados.

"E estamos a precisar comunicar melhor. Por isso, chamo atenção a todos os militantes, primeiros-secretários municipais, à OMA, e JMPLA e aos amigos e simpatizantes do MPLA para mobilizar cada vez mais e passar a mensagem concreta e correcta das acções levadas a cabo pelo partido", disse.

Frisou, por outro lado, que as últimas Eleições Gerais serviram para a população renovar a confiança no MPLA e no Presidente João Lourenço.

"Enquanto Presidente da República, João Lourenço tem liderado a luta cerrada contra a corrupção, o nepotismo, a impunidade, a bajulação, o tráfico de influência, entre outros males que atrasam o desenvolvimento do país", referiu.

Para Adriano Mendes de Carvalho, o combate a estes males criou condições para a implementação de políticas económicas e sociais, visando a diversificação da economia e a melhoria do ambiente de negócios.

O primeiro-secretário provincial do Zaire do MPLA notou, ainda, que o aniversário do partido é celebrado num momento em que se regista no país avanços significativos no exercício dos direitos fundamentais, como a liberdade de opinião, de expressão, de imprensa, de reunião e manifestação, essenciais para a afirmação de um Estado Democrático e de Direito.

"A luta armada de libertação nacional, a proclamação da Independência, a defesa da integridade territorial, a conquista da paz e a consolidação da democracia fazem parte do percurso que o MPLA, como partido melhor preparado, tem sabido interpretar os mais nobres anseios do povo angolano", disse.

Durante o acto, o político rendeu uma homenagem aos "camaradas" que contribuíram para o surgimento do partido, como Elídio Machado, António Jacinto e Viriato da Cruz: "Mas aqui na província do Zaire houve, também, camaradas que se destacaram na luta de libertação nacional como o general Ndozi".

Destacado papel dos nacionalistas na luta pela Independência

Os feitos protagonizados pelos nacionalistas angolanos, na luta pelo alcance da Independência e soberania nacional foram destacados no acto político de massas, presidido pelo segundo-secretário provincial do MPLA, em Benguela, António Kapewa Kalianguila, no sábado, no município da Catumbela.

O pavilhão polidesportivo da União Desportiva e Recreativa da Catumbela acolheu o evento que juntou milhares de militantes, simpatizantes e amigos do partido.

Durante o certame inserido nas festas comemorativas à data da fundação daquela organização partidária, a 10 de Dezembro de 1956, num dos bairros da cidade capital (Luanda), o político disse que o seu partido esteve sempre do lado certo da história, na busca de soluções para o bem-comum das populações, independentemente, da raça, etnia, cor partidária e religião.

"A liberdade que, hoje, desfrutamos é consequência da luta heróica travada pelo MPLA contra a discriminação social e cultural movida pelo regime colonial português durante cinco séculos, submetendo os autóctones na condição de indigenato", lembrou António Kaliyanguila, para quem, em face dessas e outras realidades vividas pelos angolanos, nasceu, entre os nacionalistas, a necessidade da criação de um movimento à altura de responder o clamor do povo, exigindo a sua autodeterminação e Independência.

O segundo secretário dos camaradas lamentou que, a princípio, essa pretensão foi mal percebida por determinadas franjas da sociedade de então, que tudo fizeram para inviabilizar o processo começado por Ilídio Machado, Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade e concluído pelo Presidente António Agostinho Neto, com a proclamação de uma Angola livre e soberana, no contexto das nações.

"Relatos de nacionalistas que, também, fizeram parte dessa luta, por outros movimentos de libertação, confirmam que o nosso partido, enquanto movimento, esteve sempre do lado do povo, tanto nos momentos difíceis, como nas fases de glória. Prova disso, foi o reconhecimento da Independência celebrada em Luanda pela comunidade internacional" salientou.

6.4 Obras da centralidade decorrem a bom ritmo

Jornal de Angola
16 De Dezembro de 2022
Texto: Bernardo Capita

As obras de construção da futura Centralidade de Cabinda, com 2.940 habitações de tipo T3, 180 lojas e diversos serviços sociais decorem a ritmo, apesar de não se conhecer ainda a data provável da sua conclusão.

O projecto comporta edifícios de dois e três andares e está a ser erguido na localidade de Chibodo 2, a 13 quilómetros a nordeste da cidade de Cabinda, numa área total de 50 mil metros quadrados.

A centralidade, além dos apartamentos, vai dispor ainda de um conjunto de equipamentos sociais ligados, por exemplo, à Educação e Saúde.

Entre os equipamentos sociais destacam-se dois centros infantis, igual número de escolas primárias e de jardins-de-infância, uma escola secundária, igual número de institutos técnicos profissionais, posto policial e centro de saúde para os cerca de 21 mil moradores.

A governadora da província, Mara Quiosa, visitou, quarta-feira, o projecto e manifestou-se satisfeita pela evolução dos trabalhos.

Mara Quiosa considerou a futura Centralidade de Cabinda "um ganho incomensurável para a população, uma vez que vai resolver a gritante falta de habitação que se regista na região".

Mara Quiosa garantiu que, depois da conclusão das obras, far-se-á a distribuição das moradias de acordo com as quotas estabelecidas por lei, mas com maior privilégio para a juventude, a franja que mais precisa de casa própria.

"No final dos trabalhos, faremos a distribuição das moradias, respeitando as quotas estabelecidas por lei, mas com maior tendência para a juventude, que é a camada da sociedade que mais precisa deste bem", reiterou.

6.5 Preços dos imóveis descem e oferecem mais oportunidades de investimento imobiliário

Jornal Economia e Finanças
16 De Dezembro de 2022

Angola emergiu, em 2021, de cinco anos de recessão. O ambiente empresarial em Angola regista melhorias significativas desde 2018, o que é um factor chave para atrair novos investimentos e para incentivar o regresso de grandes empresas multinacionais.

Além disso, no início deste ano, a Nigéria perdeu a sua posição como o maior produtor africano de crude, uma vez que Angola ultrapassou o país pela primeira vez mais de cinco anos.

O comportamento da economia e do mercado imobiliário espelham-se muitas vezes um ao outro.

Em 2017, antes da recessão, a capital angolana, Luanda posicionava-se como a cidade mais cara do mundo para expatriados, à frente de cidades como Tóquio, Zurique e Singapura. Os preços imobiliários

da capital classificaram-se como os mais altos em África e entre os mais elevados a nível mundial.

Entretanto, nos últimos anos, os preços dos imóveis desceram e oferecem agora imensas oportunidades de investimento imobiliário - Luanda está no bom caminho para se tornar a próxima Mega Cidade de África uma cidade com mais de 10 milhões de pessoas.

Na sua maioria, os fluxos de investimento directo estrangeiro para África têm sido, geralmente, atribuídos a cinco factores. Estes são os regulamentos (facilidade de fazer negócios), o clima geral de investimento, reformas económicas mais amplas, comunicação de informação e desenvolvimento tecnológico, e melhorias nas infra-estruturas.

Angola está a fazer melhorias em todas as frentes acima mencionadas e está a receber um elevado nível de interesse, enquanto destino de investimento por parte de investidores de todo o mundo. O interesse no país tem aumentado, com todas as dezasseis províncias a serem consideradas para investimento e uma gama mais vasta de indústrias a serem consideradas.

Os investidores, contudo, continuam a enfrentar desafios na análise do mercado angolano devido a uma ausência geral de dados para análise financeira.

O relatório escrito em inglês da Prestige Properties fornece aos investidores internacionais uma visão das oportunidades de investimento imobiliário e da melhoria do clima económico em Angola.

O relatório foca-se em quatro áreas-chave: Um novo investimento imobiliário de 400 milhões de USD, a melhoria da classificação de Angola por parte da Moody's, projectos imobiliários em destaque e a melhoria das políticas habitacionais necessárias Investimento privado :

A Broima Investimentos Lda. uma empresa especializada no mercado imobiliário, subsidiária da H&S China Huashi, e tem mais de 17 anos de experiência no mercado angolano.

Actualmente, supervisiona a construção do primeiro empreendimento privado Orlando Residencial, um ambicioso projecto de 400 milhões de dólares, que pretende transformar a zona do Kilamba, em Luanda.

O Distrito do Kilamba serve como o centro administrativo do município de Belas e uma grande urbanização a 30 km de Luanda.

6.6 Realojadas mais 225 famílias

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2022

Texto: Francisco Curibingana

Um total de 225 famílias residentes no bairro Carmoma, província de Malanje, foi alojado, até quinta-feira, em zonas com melhores condições de habitabilidade, na sequência do projecto das "500 Casas", promovido pelo Governo Provincial.

O processo de realojamento enquadra-se no programa do Governo Provincial que visa realojar todas as famílias que residem em condições precárias.

José Martins, um dos beneficiários, disse, ontem, ao *Jornal de Angola*, estar satisfeito pela casa nova, "diferente daquela onde vivia, no bairro Camoma, onde o sono não era tranquilo, pois quando chovesse o pior podia acontecer".

A anciã Lúcia Junqueira, visivelmente satisfeita, confessou que há muito tempo aguardava pelo anúncio da sua transferência para uma zona mais segura. "Vivíamos mal, em condições insuportáveis e risco de morte".

A sexagenária, que vai morar com dois netos, espera que outros moradores que ainda vivem em condições difíceis sejam contemplados.

Nascimento Zua, outro beneficiário, disse que sempre teve o sonho de morar nas 500 Casas. "Estamos muito felizes, vamos deixar de ficar acordados quando chove".

Valente Francisco, antigo residente da zona 3, do bairro Camoma, lembrou que as condições onde vivia não eram das melhores e que há muito aguardava pela mudança. "Vivíamos numa zona de alto risco e as nossas casas eram feitas de adobe (material de barro). Agradecemos os esforços do Governo".

Os contemplados foram alojados em residências do tipo T2 e T3. No mesmo processo foram entregues 100 casas a jovens retirados dos edifícios do Gamek e Livegum, por estarem em mau estado. O governador da província de Malanje, Marcos Nhunga, visitou o projecto habitacional das "500 Casas", tendo, antes, passado pelo bairro Camoma.

Marco Nhunga interagiu com os novos moradores e deixou algumas orientações no que toca à boa convivência e manifestou-se satisfeito pela qualidade das residências atribuídas à população. Visitou, igualmente, as obras da Centralidade de Malanje.

6.7 Mercado imobiliário em Luanda regista queda nos preços

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2022

Angola emergiu, em 2021, de cinco anos de recessão. O ambiente empresarial em Angola regista melhorias significativas desde 2018, o que é um factor chave para atrair novos investimentos e para incentivar o regresso de grandes empresas multinacionais.

Além disso, no início deste ano, a Nigéria perdeu a sua posição como o maior produtor africano de crude, uma vez que Angola ultrapassou o país pela primeira vez em mais de cinco anos.

O comportamento da economia e do mercado imobiliário espelham-se muitas vezes um ao outro.

Em 2017, antes da recessão, a capital angolana, Luanda posicionava-se como a cidade mais cara do mundo para expatriados, à frente de cidades como Tóquio, Zurique e Singapura. Os preços imobiliários da capital classificaram-se como os mais altos em África e entre os mais elevados a nível mundial.

Entretanto, nos últimos anos, os preços dos imóveis desceram e oferecem agora imensas oportunidades de investimento imobiliário - Luanda está no bom caminho para se tornar a próxima Mega Cidade de África - Uma cidade com mais de 10 milhões de pessoas.

Angola está a fazer melhorias em todas as frentes acima mencionadas e está a receber um elevado nível de interesse, enquanto destino de investimento por parte de investidores de todo o mundo. O interesse no país tem aumentado, com todas as dezoito províncias a serem consideradas para investimento e uma gama mais vasta de indústrias a serem consideradas. Os investidores, contudo, continuam a enfrentar desafios na análise dos mercados angolanos devido a uma ausência geral de dados para análise financeira.

O relatório escrito em inglês da Prestige Properties fornece aos investidores internacionais uma visão das oportunidades de investimento imobiliário e da melhoria do clima económico em Angola.

Investimento

A Broima Investimentos Lda. é uma empresa especializada no mercado imobiliário, subsidiária da H&S China Huashi, e tem mais de 17 anos de experiência no mercado angolano.

Actualmente, supervisiona a construção do primeiro empreendimento privado Orlando Residencial, um ambicioso projecto de USD 400 milhões, que pretende transformar a zona do Kilamba, em Luanda. O Distrito do Kilamba serve como o centro administrativo do Município de Belas e uma grande urbanização a 30 km de Luanda.

7. TERRA

7.1 Mulheres rurais capacitadas para a criação de cooperativas

Jornal de Angola
2 De Dezembro de 2022

Mais de 20 mulheres residentes em zonas rurais foram capacitadas sobre o acesso à terra, usufruto dos rendimentos do trabalho e criação de cooperativas agrícolas.

A formação, promovida pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género (FMJIG), teve como objectivo informar as participantes sobre os seus direitos no que toca ao acesso à terra e sobre os passos a seguir para a legalização de parcelas de terra.

Participaram na formação, que decorreu sexta-feira e sábado, na comuna da Funda, município de Cacuaco, mulheres residentes em zonas rurais das províncias de Benguela, Cuanza-Sul, Huíla, Huambo e Luanda.

Foram abordados temas como "Legalização de terrenos nas zonas rurais", "Criação e gestão de cooperativas agrícolas", "Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e o seu impacto no desenvolvimento social", "Direito à terra e a inclusão económica e social das mulheres" e "Inclusão económica e social das mulheres, a motivação e a união das mulheres como factor de mudança".

A coordenadora do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género, Milena Costa, encorajou as participantes a partilharem os conhecimentos obtidos com as demais mulheres nas zonas de origem.

O FMJIG entende que apesar de a Constituição da República consagrar direitos iguais para homens e mulheres, as normas tradicionais e patriarcais continuam a discriminar as mulheres em várias questões, incluindo o acesso à terra e aos rendimentos do trabalho.

7.2 Prestar contas sobre os negócios fundiários no País

Jornal Expansão
16 De Dezembro 2022

A venda de terrenos é ilegal, porque, como se sabe, a cedência é uma faculdade que assiste ao Estado ou às entidades públicas a quem o Estado tiver concedido direitos para a concessão de terras.

Prestar contas sobre os negócios fundiários no País

Quer na urbanização do Nova Vida, como na do Kífica, na de Talatona ou ainda na urbanização do Lar do Patriota e noutras da cidade de Luanda é fácil encontrar outdoors de renomadas imobiliárias internacionais que operam no mercado angolano a anunciar a venda de terrenos ou os também chamados tecnicamente de prédios rústicos.

Estes outdoors que publicitam as vendas feitas por estas renomadas sociedades imobiliárias não se referem apenas a prédios urbanos, que são bens do domínio privado, mas também a prédios rústicos, que são também bens do domínio privado do Estado. Ora, diz a Constituição da República de Angola que "A Terra é propriedade originária do Estado" (vide art.º 15.º da Constituição da República de Angola).

Consequentemente, os cidadãos quando têm acesso à terra por intermédio de um acto de concessão ficam condicionados aos princípios e regras legais que norteiam o seu uso e fruição; quer o acesso à terra se materialize por intermédio do direito de propriedade, domínio útil consuetudinário, domínio útil civil, direito de superfície ou mesmo direito de ocupação precária (vide art.º 34 da Lei de Terras).

Dentre esses princípios, destacamos o do aproveitamento útil e efectivo da terra (vide art.º 7 da Lei de Terras), assim como o princípio da capacidade adequada (vide art.º 45 da Lei de Terras). O primeiro princípio diz que "os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos, nos termos da presente lei, extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis anos interpolados, qualquer que seja o motivo".

Ou seja, cedida a terra ao particular, esta não pode ficar desaproveitada, dentro daquele período de tempo. O terreno tem de ser explorado; o particular deve retirar as devidas utilidades económicas da terra, sob pena de violar o princípio do aproveitamento útil e efectivo da terra. Se assim acontecer o Estado pode provocar a extinção do direito concedido, através da figura da reversão; pois a terra é propriedade exclusiva do Estado. E o particular tem de respeitar os compromissos assumidos com o Estado aquando da recepção do direito fundiário que lhe fora concedido pelo Estado.

Tendo em conta o acima dito, muitos juristas e não só entendem que a "venda de terrenos" é ilícita; quer seja a venda de terrenos, como tal, quer ainda se use de forma eufemística a figura da "cedência da posição contratual". A venda de terrenos é ilegal, porque, como se sabe, a cedência é uma faculdade que assiste

ao Estado ou às entidades públicas a quem o Estado tiver concedido direitos para a concessão de terras.

Concessão de Terras (Decreto n.º 58/07 de 13 de Julho).

A verdade, porém, inegável, é que os terrenos são "vendidos" à luz do dia, sob o olhar silencioso de quem tem a obrigação de impor e fazer cumprir a Lei. É, pois, necessário e urgente uma definição clara de como se realizam os negócios fundiários, no nosso país, tendo em conta a importância transversal da terra para a satisfação das necessidades públicas, por um lado. E, por outro lado, atenta à necessidade de se respeitar as legítimas expectativas dos agentes económicos, concedendo-lhes a devida segurança e certeza jurídicas.

Luanda, aos 28 de Novembro de 2022.

7.3 Comunicado

Jornal de Angola
20 De Dezembro de 2022

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-Estruturados, EGTI.E.P., com vista a prosseguir as finalidades de gestão e comercialização dos terrenos infra-estruturados do domínio público e privado do Estado, que lhe sejam atribuídos por legislação específica;

Atendendo que, ao longo da sua gestão, foram publicados no Jornal de Angola, os Editais referentes aos lotes de terrenos, sítios na Cidade do Camama (Edital n.º 02/EGTI/2018, de 16 de Maio), Cidade do Kilamba (Edital n.º 3/EGTI/2018, de 12 de Setembro) e Cidade do Sequele (Edital n.º 04/EGTIL2019, de 6 de Maio), solicitando a comparência de todos os entes públicos e privados, para que em um prazo de dez (10) dias úteis, a contar da data de publicação dos referidos editais, pudessem apresentar provas da sua situação jurídica, referentes aos lotes que ocupam nas referidas circunscrições;

Volvidos que vão largos anos das referidas publicações, e tendo o prazo para a devida reclamação expirado, não obtivemos respostas daqueles entes, públicos e privados, mencionados nos Editais, justificando assim o encerramento dos mesmos.

Neste diapasão, somos a comunicar que doravante, os lotes em causa passam para a esfera jurídica do Estado e sob gestão da EGTI.E.P., sem desprimor daqueles que possuem algum título constitutivo válido (Direito de Superfície) que carecerão de Reversão, por falta de aproveitamento útil e efectivo, conforme dispostos nos contratos, outrora assinados e nos dispositivos legais existentes, conforme dispostos no art.7.º e art. 64.º da Lei de Terras (Lei n.º 9/04 de 9 de Novembro) combinado com os art. 78.º; 128.º e 189.º, ambos do Regulamento Geral de

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 EPAL é uma indesejável empresa que pouco ou nada tem, de público

Jornal de Angola
2 De Dezembro 2022

Há pouco mais de dezena e meia de meses eu assistia o telejornal da minha Televisão PÚBLICA; e, porventura, constatei a aberrante informação, segundo a qual um grande número de clientes deviam à tesouraria da EPAL, qualquer coisa como 92 mil milhões de kwanzas. Confesso que a referida notícia deixou - me com o queixo caído porque sei que, a própria natureza deu-nos, de presente, uma grande quantidade de rios, riachos, afluentes e lagos, bem como todo aquele extenso mar, de 1600 quilómetros (de Cabinda ao Cunene).

Logo pensei que morrer a sede (e mesmo a fome) num extenso país com isso tudo que Deus nos deu, é já obra do acaso porque [até] a nossa própria MOEDA que remete os cidadãos à pobreza franciscana e a uma choruda dívida de noventa e dois mil milhões de kwanzas -, deveria ser (ela) também FORTE, a julgar pelo excessivo peso d'OURO que os tentamos, para nada. E desculpe-me a ignorância mas eu gostaria de saber (ao certo), de quantos zeros se constitui o numerário 1 mil milhão 9 ou 12 já que não tenho informação exacta porque são números que só começamos a ouvir, desde que se fizeram os desvios de GRANDES SOMAS em Angola.

A propósito do supracitado recurso, acabo de lembrar-me que o 'puto' Danny Boy foi perder a vida no Ghana, após ter-se deslocado para lá com o desejo de negociar algumas "barrinhas" d'OURO. Eram tão finas que nada se pareciam às que Pancho Vila ou Fernando Sacho, dois actores Western americanos em anos idos tudo faziam para telas a qualquer custo; roubando ou matando guardiões.

E repito que, o 'kandengue' deslocou-se 'sorrteiramente' para República do Ghana, 'em um negócio' d'OURO mas acabou perdendo sua vida sem explicação com um conteúdo plausível. De que lhe valeu [então] a apetência? Eis a questão. Mas, lembro-me também que nesse longínquo tempo, aliás anterior aos estragos feitos pelo CORONAVIRUS, as redes sociais fizeram circular uma matéria cujo protagonista era um destemido cidadão angolano que escolheu a República do Congo para esconder quantidades industriais d'OURO surripiado no nosso país. Não imagino a

quantidade de barras ou quanto pesava cada uma delas. Mas eram iguais às verdadeiras. O tal indivíduo, uma espécie de ourives ou mero BARÃO DO GAMANÇO - bradou aos 7 ventos intenções macabras, relativamente ao recurso que o mesmo só terá conseguido na base de um sofisticado desvio bilionário. Incrível! E não me refiro mais aos DODÓS ali tranca- dos naquelas malas [e maletas] de zinco grosso, iguais as dos antigos cofres em bancos, láno 'farwest'.

Penso nas inúmeras barras DOURADAS que meus olhos testemunharam através das imagens que circularam a uma velocidade estonteante no WhatsApp, produto DOURADO que só via quantidades enormes em filmes de cow- boys. Uhf! Quanta 'bofunfa' retirada dos cofres do Estado para sentirem-se simplesmente orgulhosos por um dinheiro completamente roubado! Uma pergunta: foi para isso que nos batemos contra o colonialismo? E a resposta é certamente: nãoooooooooo!!! Mas POPULAR noventa e dois mil milhões de Kwanzas, que se subdividida por umas oito dezenas de rios e mais o mar que desce desde Cabinda até Cunene, o HERÓICO e GENEROSO povo não deveria pagar um tusto, por os recursos hídricos pertencerem unicamente ao dono; o angolano. Serve pois a presente reflexão uma chamada de atenção à quem de direito pelos inconcebíveis impostos aplicados aos governados, sem que se tenha em conta o ESTADO DE PROVIDENCIA, o FUNDO DE DESEMPREGO, O MAGRO SALÁRIO MÍNIMO e PENSÃO PARA REFORMADOS e ex-militares. Como pode ser isso possível, se Angola é um dos países mais ricos em água? Em condição normal os angolanos deveriam beneficiar do precioso líquido sem que lhe fosse cobrado um tostão, a julgar pela natureza que decidiu espalhar essas bacias hidrográficas no vasto país, cujo território nunca teve fortes calamidades naturais; Angola não conhece uma tempestade ou a revolta de um oceano furioso. Apenas uma calma CALEMA, e uma ou outra RAVINA que preocupa os camionistas. Só isso! E é pois essa sorte que nos permite viver imensamente tranquilos. Pena não termos tido governantes honestos, pois senão, a dívida com a EPAL, seria já saldada pelo próprio Estado, em vez de retirarem-nos [mais] o pouco que guardamos para essa escassa e paupérrima alimentação proveniente dessa triste cesta básica.

Há poucos dias, fui obrigado a fazer um cálculo fora da regra, e tudo por causa desse tipo de cobranças astronómicas que têm levado os técnicos da EPAL a cortarem a distribuição d'água nalgumas casas cidade de Luanda. E fazem no a bel-prazer! Isto é; desloquei-me para uma dependência da referida

EMPRESA PÚBLICA, e o que vi foi deveras assustador. Um contentor azul e branco por cima de um monte de terra batida que fazia contraste com todo aquele dinheiro cobrado ao pacato cidadão. A propósito disso, eu escrevi no Facebook o seguinte título: "A EPAL E SEU ESTADO LASTIMÁVEL". Mas aqui vai o teor desta curta matéria; "Vejam [ainda] o estado degradado desta triste dependência da EPAL [no interior do Jardim do Éden]. QUE POUCA VERGONHA! Com tanto dinheiro arrecadado dos consumidores, não consegue a empresa ter uma imagem decente? Para onde vai todo este dinheiro que ganham INDEVIDAMENTE dos pobres do- nos de toda a água? Esta empresa cobra mensalmente rios de dinheiro pelo consumo de água que Deus AGRACIOU a todos angolanos.

ENTÃO POR QUE SE PAGA A ÁGUA? E a quem cobram a grande quantidade de água [do rio] que se perde no mar? Senhores da EPAL esse triste semblante tem esta- do a DESEMBELEZAR o jardim do Éden. O QUÉ ISSO, Sr. Milton Seitas? Sente-se bem aí ou foi forçado a trabalhar em contentor de ZINCO nesse clima abrasador, de mais de 32° Celsius. Alô EPAL, p'ra onde vai todo dinheiro que sugam deste humilde povo?", fim de citação. Apenas exerci o meu direito de um cidadão descontente com o que paga, à uma dita EMPRESA PÚBLICA. E foi na sua única vinda para Angola que o cantor internacional, Julio Iglesias, dissera-me sentir-se feliz, por encontrar-se pela primeira vez, num país Rico EM ÁGUA. Confesso ter ficado perplexo por essa manifestação do cantor, mas eu já muitas vezes lera que Angola era e ainda é detentora de um sem número de recursos que nunca mais acabarão. E uma grande verdade sobre o Curoca é que por lá existem diamantes mas a população residente morre de fome e sede. Enfim... Não entendo! A propósito, alguém me tivera dito que o colono calculava todos os preços de produtos através do salário mínimo. Mesmo a tabela salarial circundava nas 10 vezes mais ou 10 vezes menos. Não havia cá ciência nem PhD's em economia.

À época, os SALAZARISTAS eram analfabetos,"analfabritos", matarruanos', mesquinhos, 'buzugos' e invejosos, mas elevaram este território, à um verdadeiro território de produção mundial. Aliás, recordo-me que, em 1973, Angola tinha um avanço de 10 anos, relativamente a Portugal. Enfim! E agora como será 2023? Igual, melhor ou pior? Mesmo ao nível dessas chuvas que já têm estado a cair desde os últimos dias do passado mês de Novembro? E como se prepararam para travar essas dificuldades? Haverá novo ano e vida pacífica, ou continuará a não haver perspectivas? Já agora mais uma pergunta: O salário mínimo

continuará a ser o mesmo; muito abaixo de 40 mil kwanzas? Que país sobrar para os angolanos que também aguardam por alguma caridade? Sei que os angolanos sentem sem- pre o sofrimento dos outros povos... mas o nosso quem haverá de olhar, para resolve-lo no ano que vem? Que tal se ninguém mais pagasse água e o Executivo subvencionasse o bem precioso com o dinheiro do petróleo? Então de que vale sermos o segundo maior produtor, PETROLÍFERO, do continente berço? Ou é falácia?!

8.2 Estado garante financiamento para ampliar o abastecimento de água

Jornal de Angola

3 De Dezembro de 2022

Texto: Mazarino da Cunha

A Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, assegurou, sexta-feira, em Luanda, que estão criadas as condições jurídicas, administrativas, técnicas e financeiras para o lançamento dos projectos que vão garantir o acesso universal à água potável às populações de Angola.

Falando na 7ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Águas (CNA), Esperança da Costa disse que diante da importância que os recursos hídricos assumem na vida de todos é urgente articular os diferentes sectores envolvidos nas questões de planeamento, gestão e utilização desses recursos, com vista a satisfação das necessidades da população, especialmente, as das zonas rurais.

O quinquénio 2023-2027, frisou a Vice-Presidente da República, exige um conjunto de tarefas que visam o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos, que se afiguram, cada vez mais, valiosos e indispensáveis para o desenvolvimento dos sectores produtivos e o bem-estar de todos.

Esperança da Costa referiu que é necessário e essencial uma redobrada atenção para as populações ribeirinhas, cuja vida está dependente da qualidade da água do rio, dos recursos naturais e dos serviços ecossistémicos que oferecem estabilidade íntegra.

O CNA, juntamente com os demais sectores e organizações, disse a Vice-Presidente da República, deve continuar a trabalhar para uma utilização cada vez mais equitativa dos recursos hídricos no seio das comunidades rurais, bem como a continuidade em empreender esforços para mitigar a seca no Sul de Angola.

De acordo com a também coordenadora do CNA, os documentos apreciados e aprovados, terão, certamente, de proporcionar as condições para o lançamento do trabalho que vai permitir às populações terem acesso universal à água potável.

A realização da 7ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Águas, a primeira presidida por Esperança da Costa, é uma plataforma institucional permanente e de consulta técnica do Titular do Poder Executivo que impõe uma adequada concertação com os diferentes sectores.

"Ciente das limitações financeiras que o país enfrenta, estamos confiantes que, por via do conselho, trabalharemos todos para encontrar as melhores soluções no sentido de mitigar os inúmeros problemas que limitam o acesso à água e à busca de segurança hídrica, no quadro das alterações climáticas", realçou.

Gestão Hídrica

O Conselho Nacional de Águas, citou a Vice-Presidente da República, deve ser reforçado na sua posição, no quadro da gestão hídrica, tendo em conta que Angola apresenta um mapa hidrográfico complexo, rico e também vulnerável, quer no contexto das alterações climáticas, como no âmbito dos factores geopolíticos.

Segundo a coordenadora do CNA, os eventos de "stress hídrico", como a seca severa no Sul do país, devem merecer toda atenção, enfatizando que os projectos estruturantes de combate à seca implementados na província do Cunene estão a dar resultados satisfatórios nas populações afectadas.

A construção do sistema de transferência de águas a partir do rio Cunene para a Bacia Hidrográfica do Cuvelai, a construção das barragens do rio Calucuve e rio Ndúe, bem como os respectivos canais, a concretização do Projecto do Cafu é hoje um exemplo do que é recomendável fazer em situações de seca extrema.

Na 7ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Águas, reiterou a Vice-Presidente da República, foi feito, no essencial, o balanço do exercício do período 2017-2022 e também perspectiva para a organização e funcionamento do CNA, dando especial atenção às linhas orientadoras deste órgão especializado para os próximos cinco anos.

8.3 Luanda tem plano de acção para mitigar efeitos da chuva

Jornal de Angola

8 De Dezembro de 2022

Texto: Mário Clemente

A província de Luanda conta, desde esta quarta-feira, com um plano de acção de emergência para a época chuvosa.

Durante a reunião orientada pelo governador Manuel Homem foi reactivada a Comissão Provincial de Protecção Civil.

O referido plano, criado durante uma reunião entre o Governo Provincial e o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, visa minimizar os efeitos das chuvas e desastres naturais nos próximos cinco anos.

No final do encontro, a Diretora da Unidade Técnica de Gestão de Saneamento de Luanda, Zenilda Mandinga, disse que, depois das fortes chuvas que se abateram, nos últimos dias, sobre a cidade de Luanda, o Governo começou a executar o plano de limpeza e reperfilamento das principais valas e linhas de água, bem como tratamento de algumas bacias de retenção.

O objectivo, referiu, é minimizar o impacto das chuvas. Acrescentou que Luanda está desprovida de infra-estruturas de drenagem de águas residuais e pluviais, "o que tem feito com que, várias vezes, quando chove, com média ou grande intensidade, se registem vários incidentes".

De acordo com Zenilda Mandinga, o Governo aposta na infraestruturização do território e reforço de redes e sistemas de drenagem da água da chuva nos bairros.

"Há um plano de mitigação dos efeitos das chuvas, que vai andar em simultâneo com o da infraestruturização, que, em princípio, terá início no primeiro trimestre de 2023. O de mitigação dos efeitos das chuvas é contínuo. Enquanto não termos o território infraestruturado, é importante executar todas as medidas de prevenção, que estão no primeiro plano", referiu.

Deu a conhecer que grande parte das valas de drenagem coincide com as linhas de água natural, que têm a função principal de drenar toda a água da chuva até ao mar.

Segundo Zenilda Mandinga, as últimas chuvas afectaram mais os municípios da Samba, Rangel, bairro Operário e Cazenga, ao passo que as zonas críticas e de risco estão localizadas na Boavista e em Cacucaco, onde a população constrói em linhas de águas ou de pressão natural.

Exemplificou que algumas casas foram construídas em zonas de risco, na área da Comarca, zona da vala do Suroca, onde existem várias habitações feitas abaixo do nível do mar, "o que significa que mesmo quando não ocorrer chuva as casas ficam inundadas".

Apelou a sociedade no sentido de se abrigar convenientemente quando estiver a chover, evitando ficar em locais públicos e manusear equipamentos electrónicos. A reunião contou com a participação de administradores municipais, directores provinciais e representantes da Direcção Provincial da Protecção Civil e Bombeiros.

8.4 Governo de Luanda traça plano para atenuar efeitos das chuvas

Jornal Luanda

12 De Dezembro de 2022

O Governo Provincial de Luanda começou já a executar o plano de limpeza e reperfilamento das principais va- las de drenagem, linhas de água, bem como de tratamento de algumas bacias de retenção com vista a minimizar o impacto das chuvas.

A directora da Unidade Técnica de Gestão de Saneamento de Luanda, Zenilda Mandinga, que falava à imprensa, na quinta-feira, reconheceu que a falta de infra-estruturas para a drenagem de águas pluviais têm contribuído para o registo dos incidentes quando ocorrem grandes chuvas.

De acordo com Zenilda Mandiga, há um plano de mitigação dos efeitos da chuva que será implementado em simultâneo com o plano de infra-estruturação que terá início no segundo trimestre de 2023. O referido plano, de acordo com a fonte, passa pela construção de dois sistemas com rede metálica para drenagem das águas das chuvas e de esgotos.

Segundo a fonte, o plano de mitigação dos efeitos da chuva é contínuo, " porque enquanto não haver infra-estrutura é importante que sejam tomadas todas as medidas de prevenção" disse.

Por seu turno, o Comandante Provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda, Flávio Chimbundi, adiantou que a corporação está preparada para acudir qualquer situação, mas lembrou

que protecção civil é uma actividade transversal que envolve vários departamentos ministeriais.

Apelou os cidadãos a adoptar as medidas de prevenção, abrigar-se quando estiver a chover e evitando construções em cursos de água.

8.5 Desmentido envenenamento da água consumida em Cazengo

Jornal de Angola

20 Dezembro de 2022

Texto: Marcelo Manuel

A água consumida na capital do Cuanza-norte é de fontes naturais, proveniente de dois sistemas hidráulicos e recebe tratamento específico para a sua purificação, antes de ser distribuída à população.

A garantia foi dada, ontem, pelo presidente do Conselho de Administração da Empresa de Águas e Saneamento da cidade de Ndalatando, Xavier Augusto, que esclarecia, em conferência de imprensa, uma polémica nas redes sociais, durante o final de semana, sobre o possível envenenamento das águas consumidas pela população do Cazengo.

Segundo Xavier Augusto, os boatos de uma possível contaminação da água surgiram na sequência de uma roptura na tubagem de transporte, no bairro Kilembeketa, zona Noroeste de Ndalatando, que coincidiu com o surgimento de 20 casos de diarreia.

"A população deve ficar descansada e consumir a água sem qualquer receio", disse, acrescentando que a região possui 8.400 consumidores registados, sem contar com os habitantes que beneficiam do abastecimento por chafarizes.

O director municipal da Saúde de Cazengo, Wote Kibulukuto, confirmou a ocorrência de 20 casos de diarreia, em moradores do referido bairro, que foram prontamente atendidos, sem necessidade de internamento.

Fez saber que uma equipa do Departamento de Epidemiologia do Gabinete Provincial da Saúde deslocou-se ao local para a recolha de amostras, já enviadas a Luanda, para se aferir as causas dos casos de diarreia.

Segundo Wote Kibulukuto, em tempo de chuva é normal o surgimento de casos de diarreia, desde que não sejam de natureza gravosa.

8.6 Empresas de saneamento da capital garantem ruas limpas no Natal e Ano Novo

Jornal de Angola
24 De Dezembro 2022

As empresas de saneamento básico de Luanda garantiram, através de quadros directivos das instituições, terem todas as condições, humanas e técnicas, para limparem condignamente a cidade capital, durante a quadra festiva.

Numa ronda efectuada por algumas destas operadoras, os entrevistados disseram ter noção do aumento dos focos de lixo nesta época, em especial no Natal e Ano Novo, e estão em condições de responder à altura.

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) tem, de acordo com o director de Marketing da instituição, um total de dois mil homens, mobilizados com equipamentos necessários para atender qualquer necessidade, em particular em certos bairros onde os casos têm sido alarmantes nesta altura.

Manuel Pascoal informou que, neste período, tendo em conta o aumento dos resíduos sólidos, a empresa vai reforçar a recolha do lixo nos municípios. "Porém, é fundamental que as pessoas tenham mais sensibilidade com esta questão e deixem de mandar as crianças depositarem o lixo nos contentores, ou vandalizem estes bens".

Outro aspecto importante para o director de Marketing é o respeito das pessoas pelos horários de deposição do lixo nos contentores. "Geralmente, deve ser das 18h00 às 20h00.

Depois desta hora, fizemos a recolha. É preciso também evitar a colocação de restos de sobras ou resíduos vegetais nos contentores, por causarem muitos transtornos, assim como a deposição de lixo no chão", aconselhou Manuel Pascoal.

A Elisal, disse, é uma empresa adstrita ao Governo da Província de Luanda, cujo objecto social é precisamente a gestão do sistema de limpeza e tratamento de fluentes de águas residuais na capital, nos municípios de Luanda, Talatona, Cacuaco, Cazenga, Kilamba Kiaxi, Quiçama e Icolo e Bengo.

Bairros específicos

O director da cooperativa Nedlib Saneamento, Eduardo Pedro, disse que a empresa está pronta para garantir a limpeza das ruas dos bairros Calemba 2, Camama, Golf 2 e Kimbango. "Temos uma equipa de 110 homens e equipamentos para atender a população. O pessoal está preparado e motivado a dar o melhor. Iremos trabalhar de forma coordenada com a Elisal", disse.

No município de Cacuaco, concretamente no distrito do Sequele e na comuna da Funda, a Cooperativa de Saneamento Básico "Decsu", tem condições preparadas para acudir a população durante a quadra festiva. A empresa adoptou medidas especiais de trabalho, que incluem os finais de semana.

O presidente da cooperativa, Manuel Salvador, afirmou que, fruto do contrato de prestação de serviços de limpeza com a Elisal, a empresa vai manter fiscais ambientais ao lado dos contentores, para impedir qualquer mal comportamento dos munícipes.

A cooperativa, realçou, conta com 100 colaboradores directos. "Este número vai ser dividido em dois grupos, de 50 homens cada, que trabalharão especialmente no Natal e Ano Novo, das 7h00 até às 15h00", contou.

Aos munícipes de Cacuaco, alertou, para evitarem deitar os resíduos no chão, a fim de facilitar o trabalho das operadoras.

Trabalho nocturno

A cooperativa Ambiental Cidades Brilhantes, que actua no bairro Boa Vista e na Avenida Ngola Kiluanji, optou, neste Natal, trabalhar nos períodos nocturnos, como forma de conseguir acudir a demanda da população da zona onde actua.

O director da empresa, Jovani Gabriel, disse terem já o pessoal e os materiais preparados para dar uma resposta eficaz aos problemas de saneamento básico nestes pontos da capital. Mas, pediu às famílias destas localidades, para terem o máximo cuidado na deposição dos detritos sólidos

8.7 Valas de drenagem e pavimentação das ruas

Jornal Metropolitano de Luanda
26 De Dezembro de 2022

O ANTIGO PRESIDENTE da Comissão de Moradores do Bairro Honga. Fernando Muanza. Defende que, antes da construção das casas deviam ter sido feitas valas de drenagem para acautelar estas situações. Por outro lado considera que se as ruas estivessem todas pavimentadas a situação seria outra visto que as águas iriam para o rio Cambamba.

"Infelizmente, situações adversas fazem com que as águas que descem do Patriota encontrem escapatória aqui mesmo nesta rua da pracinha, por isso aqui tem esta enorme quantidade de areia".

Fernando Muanza lembra que, no ano passado todas moradias da parte baixa do bairro tiveram "danos terríveis" devido à chuva que muitos moradores decidiram mudar de bairro.

"Aquilo parecia uma chuva miúda, mas que começou a aumentar a intensidade que todas as casas da parte baixa sofrem da nos terríveis, a situação era tão traumatizante, que muitos de- pois de uns meses mudaram de bairro". Conta.

Este foi o caso de Domingas de Fátima. Embora continue a viver no bairro ela perdeu todos os bens. Revelou em declarações à reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda que teve de se pendurar numa árvore do quintal para não ser arrastada pela correnteza. "A chuva começou lentamente mas de repente só assustamos a água entrou na casa e estragou tudo. Tive de se pendurar nesta árvore para não morrer". Salientou.

Domingas de Fátima conta ter assistido à electrocução de vizinho, que na tentativa de se salvar, pegou num fio terra de energia e morreu diante de outras pessoas que nada podiam fazer. "Enquanto tentavam impedir que o carro do vizinho fosse arrastado pela correnteza.um cadáver flutuava aqui mesmo na rua". Disse.

8.8 Construção do canal de água a partir do rio Cunene leva à concentração de ado 'unto dos bebedouros nas aldeias

Jornal de Angola
31 De Dezembro de 2022

Texto: Leonel Kassana

O Jornal de Angola reportou, em 2022, com grande destaque, os efeitos da dramática e prolongada estiagem, de que havia registo no país, com destaque para Cafu, definitivamente o mais emblemático projecto de iniciativa presidencial, que permite a transferência de água do rio Cunene para várias regiões da mesma província, atenuando grande sofrimento da população.

Num outro extremo, em Cabinda, o projecto Cadeias de Valores Agrícolas promete revolucionar a economia local, no Cuanza-Norte, todas as vilas estão conectados à rede nacional de electricidade, no Camíssombo, Lunda-Norte, reabriu uma mina de diamantes, enquanto Quilengues, no corredor da SADC está no topo da gestão do orçamento participativo, com a abertura de uma chimpaca, que já recebe água, para gáudio dos criadores de gado.

O transvase de água, desde o rio Cunene, na sua margem direita, para quem vem Ondjiva, em direcção às zonas mais críticas como Ombala yo Mungo, Namacunde e Ndombondola, já fronteira com a República da Namíbia, colocou, definitivamente, no mapa mundial a pacata localidade do Cafu, no município de Ombandja, pelo pioneirismo desse projecto, que está a mudar a da vida das populações. No que se pode considerar uma grande obra de engenharia, o esquema desenhada para tirar a água da bacia hidrográfica do Cunene para zonas onde era menos disponível, para o consumo humano, de animais e para a prática agrícola é já um caso de estudo, depois de várias décadas de prolongada seca, com as consequências conhecidas.

Hoje, esse cenário já começa a fazer parte do passado, terminaram as longas caminhadas, à procura de locais com garantia do mínimo de segurança alimentar para o gado, a principal riqueza da região do Cunene. São, agora, raros os relatos de mortes de animais por sede e cansaço são raras, com a disponibilidade de água próximo das aldeias e povoações, na esteira do Programa de Combate aos Efeitos da Seca no Sul de Angola (PCESSA).

Estruturado ao detalhe, o Projecto Cafu, que foi inaugurado, em Abril pelo Presidente da República João Lourenço, assume-se, assim, como uma resposta contundente do Governo de Angola para/acabar, em definitivo, com os efeitos dramáticos da seca no Cunene. É algo que nunca tinha sido feito desde que Angola é independente.

No passado, foram ensaiados, sem muito sucesso, outras estratégias, como a abertura de furos artesianos e chimpadas, para armazenar águas pluviais.

Dados disponíveis apontam para abertura de mais de 70 furos em toda a província do Cunene, que estiveram muito longe de aliviar a crescente carência de água. Mas, dados técnicos, reveladores da imponentia do Projecto Cafu, que iniciou 2019. No limite, espera-se o transvase de seis metros cúbicos de água por segundo, contra os actuais dois metros, devido às condições hidrológicas do rio Cunene. Possui uma tubagem pressurizada, com cerca de dez quilómetros, um canal condutor geral de quarenta e sete quilómetros.

A seguir, no lote 1, há uma bifurcação com os canais Leste e o Oeste, o primeiro para levar a água até Namacunde, estando aqui a falar de uma extensão de cerca de cinquenta e cinco quilómetros.

Já o Oeste, com a mesma dimensão do primeiro, segue para a localidade de Ndombondola. Estão disponíveis cerca de reservatórios de água, denominados chimpadas e noventa e (reservatórios de água) e 93 bebedouros para as pessoas. Cerca de cem metros de comprimento, cinquenta de largura, cinco a seis de profundidade são as dimensões de cada reservatório, para armazenar entre vinte e cinco a trinta mil metros cúbicos de água. O Projecto Cafu, um investimento colossal de cerca de 136 milhões de dólares, é de iniciativa presidencial. No dia em que foi aberto, João Lourenço ordenou o aumento para mais cinco quilómetros e uma chimpada, para agrado de uma comunidade próxima de Ndombondola.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 População angolana desconhece real conceito de violência

Jornal de Angola

9 De Dezembro de 2022

Texto: Mazarino da Cunha

Uma parte considerável da população angolana quer instruída ou não desconhece o verdadeiro conceito de violência física, sexual e psicológica e muito menos das suas consequências que as vítimas passam, explicou, ontem, em Luanda, a psicóloga do Ministério da Saúde.

Massoxi Vigário, ao intervir no Workshop sobre os 16 Dias de Activismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, organizado pelo Grupo das Mulheres Parlamentares, em que dissertou sobre as “Consequências Psicológicas dos Crimes de Violência Física e Sexual”, disse que existe um desconhecimento total sobre o conceito “violência”.

De acordo com a especialista, o desconhecimento sobre o verdadeiro significado e impacto da violência física, sexual e psicológica leva o cidadão de todos os níveis sociais a omitir, ignorar e até mesmo a cometer erros que ficam patentes para toda a vida.

Um dos exemplos práticos e comuns em todas as famílias que demonstra o desconhecimento real sobre a violência, sublinhou Massoxi Vigário, é o hábito que os pais têm em bater os próprios filhos, alegando, de forma fria, que estão a educar.

Todavia, se ambos entrarem em violência física, psicológica ou até mesmo patrimonial, frisou Massoxi Vigário, o cenário muda de explicação. “O que antes era para educar o filho, agora setorna uma violência, onde a vítima se sente destruída de tudo”, lamentou.

Massoxi Vigário disse que toda a pessoa violentada física ou sexualmente, por exemplo, e que não tenha de imediato um acompanhamento integral, tem lesões e consequências que a levará ao suicídio, homicídio e a incapacidade socioeconómica irreversível.

No entender da especialista, a forma de se inverter o actual quadro do desconhecimento do real significado da violência física, sexual e psicológica passa, com urgência, a investir na prevenção e na educação, em que a conversa, sem tabu, deve fazer parte do dia-adia das famílias.

Por sua vez, a procuradora junto ao Serviço de Investigação Criminal (SIC) em Luanda, Esperança Garrett, que dissertou sobre “Consequências Jurídicas da Violência Física e Sexual contra as Mulheres e Raparigas”, infor

mou que na capital do país 47 por cento das violações contra menores e não só ocorrem mesmo em casa das vítimas.

Segundo o Departamento de Medicina Legal do SIC, frisou Esperança Garrett, ocorrem por dia 12 casos de abuso sexual, sendo 96 por cento das vítimas menores de 15 anos de idade.

O presidente em exercício da Assembleia Nacional, Américo Cuononoca, disse que a violência contra as mulheres ocupa maior espaço na soma das violações dos Direitos Humanos a nível mundial, afectando todos os estratos da sociedade, independentemente da classe social ou cultural.

Cuononoca referiu que o combate à violência doméstica, e não só, requer uma mudança de mentalidade por parte da sociedade e em particular dentro da família, educando as meninas sobre o casamento prematuro, gravidez precoce, assédio sexual e de outros males que colocam em risco à dignidade da mulher.

O representante da UNICEF em Angola, Giovanni D’Amato, disse que a violência contra as raparigas continua a destruir vidas em todos os países e estratos sociais, realçando que é frequente e um problema “invisível” que ocorre no seio das famílias.

Giovanni D’Amato lembrou que a violência afecta a saúde física e mental da rapariga, no caso, e compromete a capacidade de aprender e de sociabilizar, destruindo pouco a pouco o seu desenvolvimento em todos os sentidos da vida.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, realçou o representante da UNICEF em Angola, refere que cada criança, em qualquer lugar, tem o direito de viver, crescer e de ser protegida de todas as formas de violência.

Giovanni D’Amato disse que a UNICEF vai continuar a apoiar o Executivo no sentido de reforçar cada vez mais a luta contra toda e qualquer forma de violência, exploração e abuso das raparigas.

O workshop decorreu sob o lema “por uma sociedade saudável, respeitemos os direitos e a dignidade da mulher”.

9.2 Delinquência juvenil nas escolas com tendência a diminuir em Luanda

Jornal de Angola

20 De Dezembro 2022

Texto: André da Costa

Juvenil nas escolas da provincial de Luanda reduziram na ordem dos 25 por cento, desde Junho deste ano, revelou o chefe do Departamento de Comunicação Institucional e Imprensa do Gabinete de Comunicação do Comando Geral da Polícia Nacional.

Bento Sassoma referiu que, apesar dos relatos de actos de delinquência a nível da capital do país, as instituições escolares têm observado maior tranquilidade, se comparado com igual período do ano anterior.

Essa redução de crimes nas escolas, disse, é resultado das medidas operacionais gizadas no âmbito do policiamento de proximidade e do protocolo existente entre as instituições de ensino e Comandos Municipais da Polícia Nacional, através da linha de atendimento.

Avançou que a Polícia Nacional tem gizado programas para prevenir casos de rixas, por via da filosofia dos policiamentos de proximidade, comunitário e o orientado para o problema.

O chefe de Departamento realçou, por exemplo, que as denúncias recebidas dos cidadãos nas esquadras servem para traçar encontros com as comunidades, para que estas possam participar da sua própria segurança.

Disse que adolescentes e jovens, fora do âmbito escolar, têm cometido crimes mais graves como homicídios, roubos ou assaltos à mão armada, ofensas à integridade física e agressões sexuais.

Bento Sassoma referiu que entre as más práticas as que configuram crimes podem levar à tribunal e à condenação para o cumprimento, por muito tempo, a pena de prisão, o que retarda o desenvolvimento dos jovens e da sociedade.

Desmantelamento de grupos

As rixas registadas entre grupos ou no seio familiar têm resultado em agressões graves à integridade física e chegam, nalguns casos, a terminar em mortes ou ferimentos graves.

Para inverter este quadro, a Polícia tem desmantelado muitos grupos de supostos marginais e encaminhá-los aos órgãos judiciais, para responsabilização criminal.

Quanto às famílias, a corporação realiza acções de sensibilização, no sentido de absterem-se de práticas criminais e, em caso de rixa entre grupos rivais, são exortadas pelos efectivos a pedir apoio das autoridades policiais para o devido tratamento.

Considerou que as rixas entre grupos rivais nos bairros constituem acções negativas e deploráveis, condenáveis socialmente, cujas consequências são a falta de paz e de harmonia social nas comunidades, gerando, assim, um clima de insegurança.

"As rixas têm resultado em ofensas à integridade física, que, em muitos casos, levam a ferimentos graves e à morte de jovens na flor da idade, à desestruturação de famílias, condicionando o desenvolvimento psicológico, social e cultural da juventude, com reflexos negativos para a economia e a imagem do país", referiu.

Considerou, ainda, que as rixas contribuem para o aumento de crimes e processos judiciais, bem como da população penal nas cadeias do país.

Alunos em rixas

Simão Mariano era um rapaz que tinha a formação escolar como uma das suas grandes prioridades. No bairro Sete e Meio, município do Cazenga, onde vive, ele já chegou a ser uma referência positiva entre os vizinhos.

Mas, tudo isto mudou quando, um dia, Simão, de 17 anos, juntou-se aos amigos para formar um grupo que fizesse frente a meninos de outro lado do bairro, o que o arrastou para constantes rixas.

Em função disso, o rapaz criou vários inimigos, muitos dos quais com certa perigosidade, por serem considerados delinquentes envolvidos em muitos casos de roubo e assaltos no bairro.

Simão, agora, tem noção das consequências de se ter envolvido em brigas de rua. Depois dos confrontos com grupos rivais, o adolescente corre o risco de perder o ano lectivo, uma vez que não pode atravessar o bairro para chegar à escola.

O rapaz tem receio de ser atacado pelos membros dos grupos rivais, por isso, fugia ao risco de viver a mesma experiência de um dos seus amigos, que foi agredido e ficou gravemente ferido.

A situação é tão preocupante que a mãe do Simão, a senhora Josefa Fernandes, há dias em que não dorme! A mulher enfrenta o medo de ver o filho a perder o ano lectivo, a ser agredido brutalmente ou que lhe aconteça o pior.

Para minimizar a situação e aconselhada por familiares e vizinhos, Josefa Fernandes tinha sido obrigada a retirar o filho do bairro, tendo-o enviado a uma zona de Viana. Duas semanas depois, o rapaz regressou ao Sete e Meio. Por lá ficou duas semanas, perdeu aulas, mas acabou por regressar ao bairro Sete e Meio.

Não fez muito tempo desde que regressou ao bairro, para Simão e amigos, quase terem perdido a vida, ao serem ameaçados com armas brancas por membros de um grupo rival. As vítimas tiveram sorte e conseguiram escapar. Por isso, Josefa Fernandes está decidida a retirar definitivamente o filho do bairro.

A mulher vê nisso a única solução, tendo em conta que os conselhos dados a Simão não têm tido os efeitos desejados. Dias passam e Simão e amigos continuam envolvidos em brigas com grupos rivais, sendo que, às vezes, as rixas ocorrem próximo de estabelecimentos escolares.

Essa situação de os adolescentes e jovens adoptarem comportamentos desviantes, principalmente o consumo de bebidas alcoólicas e drogas e as rixas entre grupos rivais, que envolvem muitos alunos, além da mãe de Simão, também preocupa outros pais e encarregados de educação e a Polícia.

A Polícia quer contrapor o problema, por estar a envolver adolescentes e jovens em grupos de marginais, mas, também, pelo facto de se registarem muitas vítimas de crimes protagonizados por esses indivíduos, com destaque para roubos, violação sexual e consumo de estupefaciente (principalmente, a liamba).

Prevenção da delinquência

É nesse sentido que a Polícia Nacional tem promovido palestras nas escolas, com o objectivo de sensibilizar os jovens a adoptarem condutas correctas.

Uma das últimas acções desse género foi realizada na Escola Alda Lara, durante uma palestra sob o tema "A Filosofia de Vida dos Estudantes e a Prevenção da Delinquência Juvenil", que visou contribuir para a prevenção de crimes praticados por alunos.

Durante a actividade, os alunos receberam lições sobre boa conduta dentro e fora da escola, para evitar

comportamentos desviantes e que ponham em risco as regras de convivência social.

Nessa palestra, o chefe de Departamento de Comunicação Institucional e Imprensa do Gabinete de Comunicação do Comando Geral da Polícia Nacional frisou que os jovens devem cultivar valores que propiciem bons resultados académicos como a dedicação, disciplina, assiduidade, respeito e amor ao próximo.

"É com base nestes factores que se pode construir uma sociedade harmoniosa e desenvolvida", realçou o palestrante, ao chamar a atenção dos alunos de que as más práticas devem ser evitadas, por configurarem desvios às normas sociais e, ao mesmo tempo, crimes.

Enumerou os casos de fuga às aulas, a conhecida "mata aulas", bullying, rixas, uso de estupefacientes e a vandalizações do património público como as situações que mais envolvem alunos e preocupam a Polícia.

Especial atenção aos alunos

Bento Sassoma entende que a classe estudantil deve merecer atenção especial mediante acompanhamento rigoroso dos encarregados de educação, com o reforço dos conselhos aos filhos para evitarem comportamentos desviantes.

O chefe de Departamento esclareceu que a Polícia tem prestado uma atenção especial aos jovens. Por isso, criou o projecto "A Nossa Esquadra", implementado em finais de 2019, através do programa "Escola Segura", que visa desenvolver acções preventivas viradas para a garantia da ordem e tranquilidade no interior e exterior das escolas.

"Os resultados apontam para a redução significativa de casos de delinquência juvenil", disse o chefe de Departamento.

9.3 Rede Mulher Polícia reforça acções para prevenir os abusos sexuais

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2022

Texto: André da Costa

A Rede Mulher Polícia de Angola está a desenvolver um projecto de reforço das acções de sensibilização das comunidades, no sentido de prevenir o maior número de casos de abusos sexuais, anunciou, em Luanda, a presidente da organização.

A comissário-chefe Elizabeth Ranque Franque esclareceu que essa necessidade da Rede surge do facto de os crimes de agressões sexuais no país serem bastante frequentes, sendo que 80 por cento dos casos ocorrem no seio familiar.

Por isso, defendeu que a mulher polícia deve ter uma maior intervenção na educação das famílias nas questões de combate à violência doméstica, principalmente no que diz respeito ao controlo dos abusos sexuais a menores.

A conhecida comandante Bety referiu que a Rede pretende que todas as associadas espalhadas pelos diversos comandos municipais de Polícia passem a ter maior contacto com as comunidades nos bairros, mercados e igrejas, com vista a promoverem palestras sobre as causas e consequências das agressões sexuais, em que são, maioritariamente, vítimas as mulheres.

"A ideia é formar grupos organizados, para, nas comunidades, trabalharem com as outras mulheres, aconselhando-as a melhor controlarem os filhos, estarem mais atentas e a conversarem de forma aberta com as crianças e adolescentes, de forma a prevenir que sejam abusadas", esclareceu a comissário-chefe.

A conselheira do comandante-geral da Polícia Nacional, que falava, há dias, durante uma palestra, sob o tema "O empoderamento das mulheres e a violência doméstica", desafiou as senhoras a contribuírem com o seu saber para baixarem este tipo de crimes no seio das famílias.

Elizabeth Ranque Franque referiu que as agressões sexuais de que têm sido vítimas mulheres e alguns homens, muitos dos quais menores, têm provocado traumas psicológicos às vítimas, sendo que esses problemas podem ser carregados por toda a vida.

"Por isso, sou defensora de que devemos estar todas mobilizadas, enquanto cidadãs, para um maior controlo, diálogo e promover a cultura da denúncia de casos junto das esquadras de Polícia", salientou a comissário-chefe.

Episódios diários no país

Diariamente, as autoridades policiais e instituições parceiras como o Instituto Nacional da Criança recebem várias denúncias de violência doméstica, com destaque para os abusos sexuais.

Com isso, muitos indivíduos, com número considerável de pessoas próximas às vítimas, vão parar às cadeias, sob acusação de agressão sexual.

É o caso de Edgar Silvano, um jovem, de 21 anos, que foi detido no Zango, bairro onde vive, sob suspeita de ter praticado o crime de violação sexual contra uma menor.

No bairro, quando a viatura policial parou à frente da casa do suspeito, os vizinhos ficaram curiosos. Todos queriam saber a razão de o jovem do bairro estar a ser levado a uma esquadra.

O motivo veio à tona mais tarde, depois que Helena Joaquim, 42 anos, avó de Edgar, ter explicado que denunciou o neto, por este ter violado a irmã, de nove anos!

A mulher contou que descobriu o caso quando decidiu dar banho à neta e notou que a menina tinha os órgãos genitais inflamados. Questionada sobre o que se tinha passado com ela, a menor denunciou a violação sexual, praticada pelo irmão.

Depois de receber a notícia, a mulher chorou amargamente, mas tão logo conteve as lágrimas tomou uma decisão: chamou a Polícia. A neta ainda avisou à avó que o mano a ameaçou com porrada, caso contasse o episódio a alguém.

Um outro caso deu-se, também, em Viana, onde um homem está a ser o principal suspeito de engravidar a filha. A denúncia chegada à Polícia dá conta que a menor, de 14 anos, era abusada pelo progenitor, desde os sete anos.

Responsabilização disciplinar e criminal

Aquela alta patente da Polícia Nacional fez saber que a Rede vai continuar a pressionar os órgãos competentes, para que "todos os polícias que incorrem ao crime de fuga à paternidade ou falta de sustento dos filhos sejam responsabilizados disciplinar e criminalmente".

Elizabeth Ranque Franque denunciou que essa prática acima referida não é somente característica de homens, por existirem algumas mulheres polícias que, também, optam por esse caminho. Essas, disse, vão ter o mesmo tratamento.

Por isso, aconselhou os efectivos da Polícia Nacional a serem os primeiros a evitar esse tipo de comportamentos, tendo em conta a missão de serem elementos "guardiões da lei".

A comissário-chefe apelou para que os homens e mulheres optem pelo diálogo fraternal e evitem partir para brigas, uma vez que quem mais paga com isso são os filhos.

Recado às novas gerações

Para as novas integrantes da corporação castrense, a presidente da Rede Mulher Polícia de Angola incentivou-as a começarem a sua ascensão na base, trabalhando na rua, visitar as comunidades e ir ascendendo na carreira de forma gradual, justa e paulatina.

Manifestou-se satisfeita com o facto de o número de mulheres nos órgãos de decisão do Comando Geral da Polícia Nacional ter registado um aumento considerável, mas defendeu maior ascensão nas carreiras.

A par disso, a presidente da Rede exigiu maior dinamismo da parte das mulheres polícias na organização das esquadras, gabinetes e secções que dirigem, para se acabar com o "espírito de deixa andar".

Elizabeth Ranque Franque apelou às mulheres a redobram os cuidados na sua apresentação na rua, desde o uniforme policial, postura, higiene ao comportamento na abordagem com o cidadão.

"A mulher jovem polícia deve saber aproveitar a vaidade feminina para o trabalho policial, isto é, estar sempre bem uniformizada, aseada e tratar com cordialidade todos os cidadãos".

A comissária-chefe aconselhou, ainda, as mulheres polícias a se dedicarem mais ao trabalho do ramo, apesar de reconhecer algumas injustiças quanto à progressão na carreira, uma situação que tem vindo a ser corrigida pela corporação.

A presidente pediu maior respeito, disciplina pela hierarquia e apostar na formação contínua, de modo que a competição com os homens polícias seja vista na base das reais capacidades e não em questões subjectivas.

Acção plural e humanista

A presença de mulheres nas instituições policiais é importante, devido à sua contribuição para uma acção mais plural e humanista, considerou a presidente da Rede Mulher Polícia de Angola.

Realçou que as mulheres desempenham tarefas operacionais e administrativas, com muito afinho, zelo e responsabilidade, bem como garantir uma interacção convincente com os diversos cidadãos de várias culturas e nacionalidades.

Elizabeth Ranque Franque referiu que o trabalho da mulher polícia está, obviamente, plasmado nas leis,

regulamentos e normativos técnicos das instituições policiais.

Em função disso, avançou que a mulher jovem da Polícia deve pautar pelo respeito, dignidade da pessoa humana, cumprir e fazer cumprir a Constituição e a lei, observando todos os princípios deontológicos e disciplinares.

"A mulher é, por natureza, patriota. Logo, a jovem mulher polícia deve ser patriota, cultivar o amor ao próximo, ser leal ao Estado e defender com todas as suas forças, a soberania e integridade do país", rematou.

Aposta na formação contínua

Em função desses casos, que considerou preocupantes, Elizabeth Ranque Franque afirmou que se precisa melhorar o atendimento nas esquadras policiais, para que o cidadão possa estar atraído para proceder à denúncia de violação de seus direitos ou de alguém sob sua tutela.

Para a comissária-chefe, o bom atendimento aos casos de vítimas de abusos sexuais e psicológica passa, igualmente, na formação profissional das polícias e outros efectivos da corporação, fundamentalmente para os que operam nas salas específicas para tais situações.

Elizabeth Ranque Franque defendeu, por outro lado, maior proximidade às comunidades, no sentido de levar uma mensagem de esperança, paz, ordem e tranquilidade públicas.

10. AMBIENTE

10.1 Estatísticas com peso informal

Jornal de Angola
4 De Dezembro de 2022
Texto: Domingos Mucuta

Um inquérito do Banco Nacional de Angola, publicado em 2020 em parceria com o Banco Mundial e o Instituto Nacional de Estatística, revela que 50 por cento dos adultos guardam a poupança em casa e 30 por cento da população usa produtos de poupança formal. O inquérito sobre Fortalecimento da Capacidade e Inclusão Financeira em Angola constatou que 62 por cento dos adultos em Angola têm uma forma de poupança. Deste universo, as mulheres economizam menos quatro por cento do que os homens.

“O quadro do estado da poupança em Angola sinaliza os desafios a enfrentar no domínio da educação financeira”, afirmou Sandro dos Santos.

10.2 Plantados oito mil mangais no distrito dos Ramiros

Jornal de Angola
4 De Dezembro de 2022
Texto: Pedro Bica

Um total de oito mil mangais foram plantados, ontem, no Distrito Urbano dos Ramiros, em Luanda, em alusão ao Dia Internacional das Pescas. O acto foi orientado pela ministra das Pescas e Recursos Marinhos, Carmem Sacramento Neto.

O projecto, iniciativa da associação Otchiva, visa proteger e conservar espécies de plantas naturais e tropicais, localizadas em áreas costeiras.

“Com essa acção, queremos transmitir que estamos preocupados com os ecossistemas e com a sua manutenção, para que sejam saudáveis. Hoje plantámos quatro caixas de mangais, cerca de um hectare, meta estabelecida para esta zona dos Ramiros”, disse Carmem Neto.

A ministra acrescentou que o Executivo está a dar suporte ao projecto da ONG Otchiva, com apoio da Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), que se responsabiliza pelos viveiros, do Ministério do Ambiente e do Governo Provincial de Luanda.

De acordo com a governante, a intenção do Executivo é fazer, igualmente, reflorestação nas províncias do Soyo, Nzeto e Cabinda, por serem zonas cuja incidência de mangais é maior.

Acrescentou que plantar mais mangais ajuda na preservação da orla marítima, bem como comunidades que têm a orla costeira como fonte de subsistência, como é o caso dos pescadores.

A ministra das Pescas aproveitou a ocasião para convidar a sociedade a se juntar ao projecto.

A responsável da associação Otchiva, Fernanda Renée, que tem como finalidade a protecção, conservação e restauração dos ecossistemas de mangais, afirmou que a maior preocupação tem sido as construções erguidas na costa marítima.

“Os mangais estão a ser pressionados pela poluição, construções de infra-estruturas, como casas, hotéis e risortes na orla costeira”, avançou, acrescentando que o grupo Otchiva apela ao Governo a não ceder terrenos nestes ecossistemas.

A membro fundadora da Otchiva afirmou que Angola já tem aproximadamente plantados dois milhões de mangais por toda a orla marítima.

“Temos mangais em toda a orla costeira, desde Cabinda, Zaire, Bengo, Luanda e Benguela. Os mangais estão a ser destruídos e a Otchiva tem estado a trabalhar na sensibilização de todos em prol deste bem comum”.

Os mangais são berçários da vida marítima, onde habitam muitas espécies como peixe, crustáceos, moluscos. É o habitat de várias aves migratórias como os flamingos, pelicanos e são zonas de subsistência das comunidades, os pescadores usam as zonas na exploração de recursos marinhos.

Fernanda Renée alertou que os mangais são importantes na protecção da orla costeira, evitando inundações, erosões e as suas florestas absorvem mais dióxido de carbono.

O vice-governador da província de Luanda, Gilson Carmelino, afirmou que o Governo Provincial (GPL) apoia toda a actividade relacionada à protecção dos mangais e do ecossistema. “Vamos continuar a trabalhar para evitar que se degrade toda a actividade e acção ligada aos mangais”.

“Há um trabalho a ser desenvolvido pelo GPL para regular a construção em zonas costeiras, onde existem mangais.

Através das administrações e distritos, o Governo da província tem estado a trabalhar no sentido de fiscalizar, que não haja emissões de licenças para a construção de edifícios ou habitações em zonas de protecção dos mangais”, garantiu o dirigente.

Dois milhões já plantados

A coordenadora do projecto de reflorestação dos Mangais, Fernanda Renée revelou, ontem, que desde 2016 Angola conta actualmente com um total de 2 milhões de Mangais já plantados, em toda a zona costeira do território nacional.

A Península do Mussulo em Luanda, disse, usa os mangais com vários objectivos, desde o uso deste ecossistema para a pesca do peixe, apanha de crustáceos, e moluscos. "A construção de salinas e a exploração de sal é feita de forma desordenada e a sua extensão tem pressionado os ecossistemas de mangais”, explicou.

Várias espécies, zona de subsistência das comunidades, com grandes funções ao longo da orla costeira cujas florestas sequestram e armazenam mais dióxido do que qualquer outra floresta.

A destruição deste ecossistema, revelou, resulta no desaparecimento e na extinção de várias espécies, assim como no aparecimento de calemas que provocam as cheias e inundações e as catástrofes ambientais. "A comunidade deve ser educada e sensibilizada sobre a importância dos mangais e o uso sustentável destes ecossistemas marinhos”, aconselhou.

10.3 Chuvas desalojam famílias em Ambaca

Jornal De Angola
7 De Dezembro de 2022
Texto: Marcelo Manuel

A chuva que se abateu, segunda-feira, sobre a vila de Camabatela, município de Ambaca, província do Cuanza-Norte, provocou a destruição de várias residências, deixando ao relento 70 pessoas, pertencentes a 12 famílias.

Segundo o comandante municipal dos Bombeiros, Donato Baptista, os bairros Talambanza, Henda, Aldeia Nova, Garcia Neto e Azul foram os mais afectados.

Acrescentou que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e a Administração Municipal estão a apoiar as famílias afectadas, que foram evacuadas

para locais mais seguros, onde receberam bens alimentares e cobertores.

Deu a conhecer que as casas destruídas eram de adobe, construídas em zonas consideradas de risco.

De referir que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros extinguiu, há dias, um incêndio de pequenas proporções nas instalações da Rádio Ecclésia, no município do Cazengo.

O incêndio destruiu dois quadros eléctricos, aparelho de ar condicionado, estabilizador de tensão, consola, caixa de fusíveis e vários cabos eléctricos. Os danos estão avaliados em mais de 600 mil kwanzas.

10.4 Negócio milionário com salários de miséria

Jornal O País
9 De Dezembro de 2022

Alguns trabalhadores, que na altura da reportagem faziam a secagem de folhas de contraplacado proveniente do Alto Catumbela, lamentaram os baixos salários praticados na empresa.

No universo de funcionários, além de secadores, que exerciam a actividade numa outra dependência da empresa a largos metros de distância da fábrica, estão seguranças e operadores de máquina.

Para eles, embora os proprietários facturem milhões com a exploração de madeira, praticam salários que ficam muito aquém dos rendimentos. "Aqui, neste quintal onde estamos, há muito trabalho. É bastante carregado, mas recebemos apenas 14 mil kwanzas", sustenta Pedro.

"E não só eles também nos faltam respeito, quem não quer trabalhar "fora", nos dizem sempre. E recebo apenas 20 mil kwanzas, mas só se completares 30 dias, mesmo com problemas de saúde... é só trabalhar", lamenta um outro, que diz não ter mais alternativa senão permanecer até encontrar uma empresa onde lhe paguem melhor.

Uma funcionária administrativa explica que só a direcção central, instalada na povoação do Alto Catumbela, adstrita à comuna da Babaera, tem competências para apresentar os números que conformam a produção e, por isso, escusou-se a comentar a preocupação dos funcionários.

Fauna em extinção e flora em perigo

O Governo Provincial adverte que possuir uma licença de exploração não significa, necessariamente, proceder ao abate do eucalipto deforma indiscriminada, como tem ocorrido, até porque maior parte das empresas não os exploradores se dão ao trabalho de replantio e a lei afim define épocas e regula quantidades de abate.

E, de acordo com as autoridades, observa-se o contrário, o repovoamento é quase nulo tendo em conta a proporção, em termos de abate.

Nas matas, o que se nota, conforme fontes do IDF, são mais cortes do que plantações e, em consequência, sente-se, efectivamente, que os eucaliptos vão diminuindo consideravelmente.

O engenheiro ambiental Isaac Sassoma aponta o desaparecimento da fauna e da flora como consequência. O também docente universitário do Instituto Católico é de opinião que os exploradores talvez não tenham noção de que, com a ausência da flora, muitas espécies não terão o seu habitat.

"Outra consequência é o empobrecimento e a erosão do solo, por estar sem cobertura, bastante exposto", sustenta, avisando ainda que o cenário vigente na Ganda pode dar lugar à diminuição do oxigénio e, por conseguinte, ao aumento da poluição.

Saliente-se que, em Setembro de 2015, um Decreto Presidencial, à época exarado por José Eduardo dos Santos (de feliz memória), sobre a gestão dos perímetros florestais restringia o negócio à Estrela da Floresta, empresa com participação do Fundo Soberano.

A referida empresa tinha autorização, nos termos do diploma legal, para avançar para o Huambo, outra província detentora destes perímetros florestais, anteriormente pertencentes ao CFB, quando os comboios tinham na lenha a base para o seu funcionamento.

O madeireiro Francisco Pedro, um empreendedor que esteve implantado no Alto Catumbela antes de 2015, dizia que o decreto presidencial nº 79 estava a "matar" a actividade." o nosso caso concreto, tínhamos um contrato para a exploração de mil e quinhentos hectares até finais de 2022, mas essa possibilidade ficou sem efeito, sem explicação, sem indemnização e sem hipótese de continuarmos", disse.

Embravecido, titular do sector dispara: meia dúzia estraga tudo de todos

O ministro da Agricultura e Florestas, António Francisco de Assis, admite haver em Benguela um grupo de cidadãos que, manifestamente, não cumpre a lei, daí a exploração desenfreada, e, por isso, considera imperiosa uma conjugação de esforços entre o seu departamento ministerial, o do Interior e a Procuradoria-Geral da República, na perspectiva de se inverter o sentimento de impunidade.

"Temos que nos habituar a sancionar, de forma legal e exemplar, os prevaricadores", refere, responsabilizando o cidadão por ser cúmplice de acções desta natureza "o jornalista, o governador, os ministros

De acordo com o governante, não se pode admitir que meia dúzia de indivíduos estraguem tudo que "pertence a todos".

Na óptica do governante, caso não haja um compromisso dos cidadãos, Angola vai continuar a assistir a cenários de exploração exaustiva dos seus recursos.

O titular da Agricultura esclarece que as licenças de exploração de madeira são passadas a empresas tipicamente angolanas, logo as estrangeiras, nos termos da lei, não estão habilitadas.

"Essa empresa que tem a licença tem que saber comportar -se dentro do contexto do nosso país, porque ele é que trouxe visitante", avisa, garantindo o aumento do número de fiscais, mas manifesta cepticismo em relação à resolução do problema, sugerindo que a solução passa, necessariamente, por aquilo a que chama de "compromisso nacional".

10.5 Recursos florestais da Ganda exportados sem benefícios para a população local

Jornal O País

9 De Dezembro de 2022

Texto: Constantino Eduardo

Milhares de árvores de diversas espécies e tamanhos, com maior realce a para os eucaliptos, têm sido "arrancadas" ilegalmente do município da Ganda para serem levadas para diversas partes do mundo, sob o "olhar sereno" das autoridades administrativas locais que se manifestam incapazes de as proteger.

A riqueza da Ganda "voa" para servir de material de produção de mobília para ricos e pobres de outras províncias e países, sem, no entanto, deixar benefício algum para as comunidades locais, principalmente pobres. Impotente, face a um cenário que ultrapassa

as suas prerrogativas legais, o administrador municipal da Ganda, Francisco Prata, fala em diligências junto do Ministério da Agricultura e Florestas, a fim de se inverter o actual quadro, que é, deveras, desolador.

Estima-se que, até ao momento, já tenham sido desmatados mais de 200 mil hectares sem que se tenha feito o respectivo repovoamento.

"Nós estamos a trabalhar para ver se a situação se altera, porque as empresas exploram e não fica na- da para o município, porque essas empresas não pagam às autoridades locais", desabafou o governante, aparentemente agastado.

À boleia de uma locomotiva dos Caminhos-de-ferro de Benguela ou de uma viatura, divisa-se, em vastos perímetros de florestas, que a riqueza extraída por nacionais e estrangeiros, principalmente chineses, conforme denúncia das autoridades, provoca danos ao ambiente, num autêntico atropelo à Lei de Bases de Florestas e Fauna

Selvagem, associado aos amargos de boca na comunidade, que assistem, impávidos, aos "vãos" dos recursos para outras latitudes, pois, em muitos casos, a madeira tão logo explorada é carregada em camiões e seguem viagem para o porto, para daí parar a alguns continentes, com a Ásia a capitanear as atenções.

Alguns aldeões queixam-se de sofrimento nas empresas ali instaladas. Falta de emprego os leva a sujeitarem-se às condições impostas por tais empresas. Pois, entre ficar em casa sentado e trabalhar em condições precárias muitos deles optam pela segunda, não vão os filhos e a mulher morrer à fome, por falta de provento por parte do chefe de família, como justifica Manuel Tchindondo, de 55 anos.

Segundo o aldeão, a falta de emprego os leva a sujeitarem-se às exigências e métodos dos chineses. Em visita a urna das localidades onde estão a ser exploradas madeiras, a nossa equipa de reportagem constatou que as pessoas que aí acorrem são confrontadas com o barulho quase que ensurdecedor do roncar de geradores e tractores em movimento. Manuel Tchindondo ironizou que a isso se segue, igualmente, o barulho de derrube de eucaliptos abatidos com sucesso.

No dia da recolha destes dados, os gestores das empresas que realizam tais actividades não se manifestaram disponível para prestar esclarecimentos sobre o assunto, tão pouco avançaram horizonte temporal para possível conversa num futuro próximo.

Segundo apurou o País, há apenas duas empresas licenciadas pelas autoridades para a exploração, designadamente a Niva Mzamba Comercial, que tem empreendimento na localidade do Uche, em Benguela, e a conhecida Constrution.

Apesar disso, os gestores das referidas empresas também não quiseram prestar qualquer declaração, fundamentalmente sobre a preocupação das autoridades locais que aponta para a exploração desenfreada da madeira sem retorno para as comunidades locais.

Em declarações à imprensa, recentemente, o administrador da Ganda, Francisco Prata, assumiu que a sobrevivência dos recursos florestais está em causa e insta o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). Este organismo, afecto ao Ministério da Agricultura e Florestas, por sua vez, manifesta incapacidade e, desta feita, fala em escassez de fiscais face à onda de invasão. "Em muitos casos, a nossa população também é culpada, porque dão guarida e não denunciam os exploradores", admitiu o director do IDF, Eugénio Francisco, sustentando, de resto, que há clara violação à Lei de Bases dos Recursos Florestais, que estabelece que a licença é concedida somente ao angolano, que cria parcerias com estrangeiros.

10.6 Seca em Angola custa 100 milhões USD por ano

Jornal Expansão

9 De Dezembro de 2023

As perdas económicas directas na agricultura devido à seca podem subir dos actuais 100 milhões USD por ano em todo o País para mais de 700 milhões anuais até 2100, revela o Relatório Sobre o Clima e Desenvolvimento do País realizado pelo Banco Mundial.

"Atingir a resiliência climática está inextricavelmente ligada ao sucesso da diversificação económica de Angola, uma vez que os sectores não extractivos mais promissores são altamente sensíveis ao clima e encontram-se sob maior tensão devido à variabilidade climática. Espera-se que a falta de disponibilidade de água e o aumento das ocorrências extremas coloquem desafios crescentes à produção agrícola", refere o relatório apresentado esta quarta-feira.

E essas alterações climáticas são já uma realidade, com o sul de Angola a ser fustigado durante a última década. Para atenuar o impacto destas alterações, o estudo do Banco Mundial faz um diagnóstico sobre a

situação e apresenta algumas soluções de forma a preparar o país para o futuro.

Uma delas passa por colocar a resiliência climática no centro de todo o planeamento, integrar os riscos climáticos e as medidas de adaptação em todos os planos e estratégias sectoriais, a estratégia fiscal a médio prazo e os instrumentos de planeamento territorial. Capacitar as principais instituições governamentais para enfrentar a crise climática e assegurar os recursos financeiros e humanos adequados deve ser encarado como prioridade.

Deve também ser promovida uma cultura de gestão proactiva dos riscos e de preparação climática, com planeamento financeiro e recursos de contingência de catástrofes pré-estabelecidos.

Outra recomendação passa por obter preços adequados para abrir caminho à participação do sector privado, melhorar a eficiência económica, e gerar recursos adicionais para investimento em resiliência climática.

"Um exemplo chave é a reforma dos preços dos combustíveis, ao mesmo tempo que proporciona compensação aos pobres e à classe média baixa, o que irá criar espaço fiscal, reduzir o desperdício no consumo de combustíveis e abrir caminho para um sector de refinação competitivo", refere o relatório, que recomenda ainda que a queima de gás no processo de extracção de petróleo precisa de ser tributada para reflectir os seus custos sociais.

10.7 Governo de Luanda traça plano para atenuar efeitos das chuvas

Jornal Luanda

12 De Dezembro de 2022

O Governo Provincial de Luanda começou já a executar o plano de limpeza e reperfilamento das principais valas de drenagem, linhas de água, bem como de tratamento de algumas bacias de retenção com vista a minimizar o impacto das chuvas.

A directora da Unidade Técnica de Gestão de Saneamento de Luanda, Zenilda Mandinga, que falava à imprensa, na quinta-feira, reconheceu que a falta de infra-estruturas para a drenagem de águas pluviais têm contribuído para o registo dos incidentes quando ocorrem grandes chuvas.

De acordo com Zenilda Mandiga, há um plano de mitigação dos efeitos da chuva que será implementado em simultâneo com o plano de infra-estruturação que terá início no segundo trimestre de 2023.

O referido plano, de acordo com a fonte, passa pela construção de dois sistemas com rede metálica para drenagem das águas das chuvas e de esgotos.

Segundo a fonte, o plano de mitigação dos efeitos da chuva é contínuo, " porque enquanto não haver infra-estrutura é importante que sejam tomadas todas as medidas de prevenção" disse.

Por seu turno, o Comandante Provincial dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros de Luanda, Flávio Chimbundi, adiantou que a corporação está preparada para acudir qualquer situação, mas lembrou que protecção civil é uma actividade transversal que envolve vários departamentos ministeriais.

Apelou os cidadãos a adoptar as medidas de prevenção, abrigar-se quando estiver a chover e evitando construções em cursos de água.

10.8 Apreendidos quatro camiões com toros de madeira em Cacolo

Jornal de Angola

14 De Dezembro de 2022

Texto: Kamuanga Júlia

Quatro camiões carregados com toros de madeira, conduzidos por cidadãos angolanos e chineses, foram apreendidos, no final de semana, no município de Cacolo, província da Lunda-Sul, por efectivos do Departamento de Narcotráfico do Comando Municipal da Polícia Nacional e do Serviço de Investigação Criminal (SIC), por falta de guias de transporte.

Segundo o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII) da Delegação Provincial do Interior, Florêncio de Almeida, antes da apreensão, as autoridades receberam uma denúncia anónima, feita por um cidadão que viu os camiões na Estrada Nacional 230.

Acrescentou que esta é a segunda apreensão do género e nas mesmas condições, em menos de três meses, durante o corrente ano.

Deu a conhecer que o Comando Municipal da Polícia ultima um informe a ser remetido à Procuradoria Geral da República (PGR), para os procedimentos legais.

Florêncio de Almeida enaltece a cooperação dos cidadãos e apela a todos no sentido de agirem com coragem na denúncia de casos que indiciem a prática de crimes.

Em relação à situação delituosa, disse que dos onze crimes de natureza diversa registados no último fim-de-semana quatro foram esclarecidos, tendo sido detidos nove indivíduos.

Dos crimes registados durante o período em referência destaque para um caso de ofensas simples, sete roubos e dois furtos de bens em residências e na via pública.

Apontou, também, o caso de três jovens que simulavam ser passageiros, para furtar motorizadas de jovens mototaxistas, nas imediações do bairro Txizaínga, arredores da cidade de Saurimo.

No período em referência, as Forças da Ordem registaram cinco acidentes de viação, que causaram ferimentos a sete pessoas, nos municípios de Saurimo e Muconda e danos materiais incalculáveis, dois atropelamentos e duas colisões entre veículos automóveis e motocicletas.

10.9 Acesso às energias renováveis deve atingir 50 por cento em 2026

Jornal Economia e Finanças

16 De Dezembro 2022

Texto: Hélder Jeremias

A taxa de acesso de electricidade no país deverá ultrapassar os 50 por cento em 2026, com predominância das fontes de energia renováveis, prevendo-se uma redução de 14 milhões de toneladas.

O número correspondente a 89 por cento dos compromissos incondicionais assumidos por Angola na COP 26, realizada no Egipto.

A perspectiva foi apresentada, ontem, pelo especialista do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica, José de Oliveira, durante a mesa-redonda sobre o tema "Gestão da Transição para combustíveis mais limpos", no quadro dos eventos laterais da Conferência Anual da Associação Regional dos Reguladores de Energia da África Austral (RERA), a decorrer, hoje e amanhã, sob égide do Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e Águas (IRSEA).

O especialista informou que Angola deverá atingir uma média entre 85 e 90 por cento de energia hidroeléctrica, numa altura em que se regista um atraso na concepção de projectos para produzir energias a partir do lixo em virtude do impacto da Pandemia da Covid-19 e perdas elevadas de florestas.

A produção de energia hidroeléctrica actual, disse, representa 97 por cento, fruto de uma produção de 11 mil megawatts por hora (78 por cento), prevendo-se o seu incremento com a entrada em funcionamento para breve de duas novas barragens em ampliação nas províncias da Lunda-Norte e Cunene.

Com uma capacidade térmica instalada de diesel é de 180 megawatts, apenas 63 por cento se encontra disponível, sem englobar a produção à base do gás nas operações petrolíferas, avaliadas em cerca de 3.500 gigawatts por ano, assim como dos pequenos ou médios geradores privados das empresas e não só.

Entre os desafios apontados pelo técnico, realce aos grandes problemas de disparidade da taxa de acesso: "A taxa de acesso em Luanda é cerca 75 por cento, mas no Bié é de apenas 8,0 por cento. Essas assimetrias podem ser resolvidas com a interligação da zona Centro ao Sul com novas linhas de transporte entre o Gove e a Matala.

José Oliveira sublinhou ainda a construção da barragem de Caculo Cabaça, com capacidade nominal de 2.160 megawatts, instalações solares e híbridas de solar e diesel com capacidade de 500 megawatts até 2025, assim como a disponibilidade de 280 megawatts nas novas centrais solares do Biópio e Baía Farta (Benguela).

"O país está a recuperar duas antigas barragens na Lunda-Norte(Chicapa) e no Cunene (Matala) cuja capacidade será elevada para 74 megawatts. Estão a ser feitos investimentos em linhas de média e alta tensão, foi adjudicado o processo de construção da linha que ligará o Ngove à Matala, que deverá, dentro de dois anos, receber energia do sistema Norte e diminuir a parte térmica no Sul.

10.10 Chuvas deixam dezenas de residências inundadas

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2022

Texto: Victor Mayala

Pelo menos 105 residências no município do Soyo, província do Zaire, foram inundadas na sequência das chuvas que se abateram, nos últimos dias, sobre a região, disse, quarta-feira, ao Jornal de Angola, o comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

André Soares acrescentou que, além das moradias, as chuvas inundaram dois templos religiosos e fizeram com que duas vias rodoviárias ficassem intransitáveis.

De acordo com o responsável, os bairros mais afectados foram o 1º de Maio, com 48 casas e um templo inundados, Kukala-Kiaku, 39 residências e uma via intransitável, e Nkunga-Yengele, com 18 casas e um templo inundados e uma via intransitável.

Acrescentou que efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros têm sensibilizado a população no sentido de evitar obstruir as valas de drenagem das águas pluviais, com a construção de residências e deposição de lixo.

"A nossa população ainda insiste em construir por cima das valas de drenagem, além da deposição de lixo, que dificulta a passagem das águas pluviais", lamentou.

André Soares repudiou o comportamento de algumas pessoas que tomam banho na chuva, considerando ser perigoso, uma vez que, na eventualidade de uma descarga eléctrica, pode resultar numa fatalidade.

"Não é aconselhável tomar banho na chuva, porque a própria correnteza das águas pode arrastar pessoas, sobretudo crianças. As descargas eléctricas constituem, igualmente, um grande perigo", disse, lembrando que, sempre que alguém estiver a circular debaixo da chuva deve manter o telefone desligado, pois os aparelhos electrónicos atraem relâmpagos.

O intendente do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Soyo fez saber que, neste momento, a corporação não dispõe de meios operacionais, como motobombas, para a sucção das águas estagnadas. "As motobombas da instituição encontram-se em estado obsoleto".

10.11 Centralidade do Dundo fora do perigo de desabamento

Jornal O País

30 De Dezembro de 2022

O director do Laboratório de Engenharia de Angola, Fernando Bonito, descartou, ontem, o risco de desabamento de dois edifícios na zona 1 da Centralidade do Mussungue, na província da Lunda Norte, que se encontram a 15 metros de uma ravina.

Em declarações à imprensa, no final da visita à referida ravina de 38 metros de profundidade e aos edifícios, sublinhou que "não há razões para evacuar os moradores porque os prédios estão seguros".

"Da avaliação que fizemos, concluímos que não há indícios que colocam em perigo os dois edifícios, por isso apelamos aos moradores a se manterem calmos",

disse. Nos dois edifícios, localizados na zona 1 da centralidade, vivem 16 famílias,

Um total de 80 pessoas. Para avaliar o nível de progressão de algumas ravinas e encontrar soluções, está desde as primeiras horas desta quinta-feira, na cidade do Dundo, o ministro das Obras, Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos Santos.

A Centralidade do Mussungue, implantada a sudoeste da Cidade do Dundo, conta com 419 edifícios, cinco mil e quatro apartamentos, 153 espaços comerciais e é composta por apartamentos de tipologia T4 e T5. Concebido para albergar cerca de 30 mil pessoas, o projecto, cuja primeira fase se encontra subdividida em sete zonas, sendo seis habitacionais e uma de equipamentos sociais, possui um hospital, com 95 camas, uma creche, com 24 salas, e uma escola, para mil e trezentos alunos.

Os apartamentos já concluídos, a albergarem mais de 15 mil pessoas, representam a primeira fase do projecto, que prevê 20 mil fogos a serem construídos de forma faseada.

10.12 Curoca, o epicentro da seca e fome

Jornal de Angola

31 De Dezembro

NO ONÓCUA, CUROCA, trezentos e trinta três quilómetros da capital do Cunene, Ondjiva, estivemos, em março, um dia, a testemunhar aquela que pode, seguramente, ser considerada como das mais dramáticas carências alimentares de todos os tempos em Angola.

Os números que nos foram dados a ver, na altura, foram verdadeiramente assustadores, a bem dizer. Só na comuna na sede, cerca de 21 mil" e 600 pessoas e outras 26 mil 500 no Chitado precisavam de assistência alimentar de urgência. É um universo de mais de nove mil e 840 famílias, a traduzir, bem, a gravidade da situação.

Mas alguns desembolsos financeiros, na esteira assistencial do Programa Kwenda, foram avançados, para atender a mais de quatro mil e 605 famílias, de um total de nove mil e 210 cadastradas no considerado epicentro da fome país, numa altura em que as poucas chuvas que se abatem sobre a região não auguravam nada de bom para a segurança alimentar.

Dos campos agrícolas, já não vinha massango, massambala, milho, feijão frade-frade, abóbora e outros produtos, enquanto a maioria das fazendas

apresentavam-se em estado de completa inactividade, com conhecidas excepções, como o projecto agroindustrial EZOPAK, na comuna do Calueque.

Trata-se de um projecto desenhado a montado para colocar no mercado milho em alta escala, estando-se aqui a falar de 7.500 toneladas anualmente. Outra referência no Curoca é do conhecido empresário "Zé Brigadeiro", está essencialmente apostada para a criação de gado gado bovino.

Em Oncócuá, de José dos Santos Luhepo, o muito diligente antigo administrador municipal do Curora, o Jornal de Angola tomara nota de algo de uma estratégia que está ser desenvolvida com notável sucesso e chama de Programa de Fortalecimento da Protecção Social. No essencial, isso traduz-se em algo que contempla, também, uma vertente de inclusão produtiva, para algumas pessoas que possuem animais de pequeno porte, como caprinos, um projecto da Copesca, uma organização não-governamental, que na altura tinha um registo de mais de 297 famílias em vinte e seis localidades.

Atingimos, Oncócuá, depois de desafiarmos picadas das mais desafiantes, de que se possa imaginar. Aqui, é de fome que se fala. Vimos muita gente a de abular pelas ruas da antiga Vila de Aviz á procura de ajuda governamental ou de agências humanitárias paragens, a seca a crise alimentar no Curora, a fome veio impulsionar, de forma dramática, o êxodo populacional para a sede municipal, com concentrações diárias de centenas de pessoas junto á administração.

Foi-nos explicado que uma em cada dez pessoas no Curoca, está numa situação de extrema pobreza, mesmo que não apresente aquele aspecto esquelético, como em muitas paragens pelo mundo fora Talvez, pelo consumo de carne, que entretanto, começa, também, a escassear, a traduzir a gravidade da situação. E há números que nos foram exibidos: Mais de 147 mil cabeças de gado bovino, 217 mil caprinos, 21 mil ovinos, quatro mil e 884 equinos estavam directamente afectados pela seca. Os relatos de populares são coincidentes, quanto à grave carência alimentar no Curora. Ficou muito marcante a declaração de Wililwatyi Hamutymbile: "Aqui há fome de verdade, não chove, não temos comida e os animais estão todos a morrer, as pessoas estão cada dia que passa mais pobres".

Como Wililwatyi, natural de Oncócuá, uma das principais tribos do Curoca, ao lado dos muchirmas, mungambawes, muathavikwas, mumhumes e vâtwas, que se notabilizam por serem grandes criadores de gado, fálamos com muita gente nos mercados de improvisados da pequena vila. Visitámos, também, a

sepultura do Soba da Grande Tcchitahka Kapita, falecido em 2020, aos oitenta anos.

Uma figura muito venerada, que ascendeu ao trono do povo muhímba, cujos limites de Korondo Kambite até Tchavana, depois de fazer parte de Navitatayabingana Muuye Yatchihumkununa, Kongombe ya Kangombe yakarumbi Nagjamba Tchiuyo.

O Curora não tivemos relato de mortes por fome, mas do abandono de muita gente das aldeias, para o Chitado, Ondjiva e mesmo Nanúbia, com quem o município partilha uma fronteira de mais de 150 quilómetros, dos quais 120 pelo curso do rio Cunene e trinta outros terrestres entre os marcos um e três.

10.13 Vítimas da chuva solicitam apoio

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2022

Texto: Weza Pascoal

Pelo menos 160 famílias residentes nos bairros Garcia Neto, Boa Vida e Camumbué, arredores da cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, clamam por apoio urgente, depois da destruição das suas residências, em consequência das fortes chuvas que se abateram nos dias 22 e 23 deste mês sobre a região.

A informação foi avançada, quinta-feira, pelo coordenador operacional da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros, subcomissário bombeiro Manuel Crespo dos Santos, durante uma reunião que serviu para apresentar o balanço das consequências das chuvas ao governador provincial, José Martins.

Manuel Crespo dos Santos explicou que, além das 160 famílias que tiveram as suas casas completamente destruídas, outras 345 viram as suas residências danificadas. Acrescentou que há o registo de destruição de três igrejas, dois muros de vedação e o levantamento de 765 chapas de zinco de diversas moradias.

"Essas pessoas estão alojadas em residências de vizinhos e familiares próximos, clamando por ajuda urgente, por parte das autoridades locais", disse.

Realçou que, por esta razão, a Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros esteve reunida para analisar a situação e mobilizar apoios para, nos próximos dias, ajudar as famílias afectadas.

"Vamos começar a mobilizar a classe empresarial local, para reunirmos os apoios necessários, porque

neste momento a Comissão Provincial não tem reservas nos seus armazéns para apoiar as famílias afectadas pela chuva”, explicou.

Manuel Crespo dos Santos apontou como principal factor para o registo constante de destruição de residências a construção desordenada em zonas de risco e de forma precária.

Na ocasião, o governador José Martins disse que os membros da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros têm a obrigação de trabalhar na defesa e na protecção dos cidadãos, fundamentalmente quando se estiver diante de uma situação de calamidade natural.

"As chuvas têm causado estragos de vária ordem a nível da província, por isso todos são chamados a colaborar, no sentido de ajudar as famílias que se encontram ao relento”, apelou.

Acrescentou que esta situação traz consequências no domínio da Saúde Pública e, por isso, o Sector da Saúde deve redobrar os esforços nas zonas afectadas, promovendo a segurança sanitária, para se evitar doenças como as diarreicas agudas, por falta de água potável.

No final da reunião, os membros apresentaram como propostas o apoio com bens alimentares, chapas de zinco, vestuário, tendas e utensílios de cozinha, às mais de 500 famílias afectadas.

Recomendaram, ainda, a constituição de equipas de visita para o apoio moral, a indicação de terrenos, em zonas seguras, para as famílias sinistradas construírem, além da limpeza constante das valas de drenagem das águas pluviais e residuais ao longo da cidade e dos bairros periféricos.

II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

II.1 A Juventude China-Angola com Excelentes Perspectivas - Iª parte

Jornal O País

2 De Dezembro de 2022

Texto: Daniel Miguel

É uma enorme honra receber a Condecoração pelo contributo no desenvolvimento do Continente africano em nome da Embaixada da China em Angola. Ser reconhecido pelos amigos africanos é o maior incentivo ao nosso trabalho, Sinceros agradecimentos! Gostaria de conversar convosco, especialmente com os jovens. O resumo do meu discurso são 4 letras ABCD.

A letra A representa Angola. Angola é um importante país africano com grande potencial de desenvolvimento devido ao seu vasto território e abundância de recursos e grande número de jovens.

Angola é parceiro estratégico da China, e é particularmente importante que nós trabalhamos juntos para alcançar a cooperação ganha-ganha. Situando-se num novo ponto de partida histórico, a China está disposta a trabalhar com Angola para levar a cooperação em vários domínios a um novo nível, salvaguardar conjuntamente os interesses dos países em desenvolvimento e promover ainda mais a construção da comunidade China-Angola e China-África com futuro compartilhado.

A juventude angolana é amiga da China e o presente e o futuro da amizade China-Angola. A Embaixada da China está sempre disposta a promover os intercâmbios interpessoais e culturais. Há pouco tempo atrás, a empresa chinesa CGGC, empreiteira do Aproveitamento Hidroeléctrico Caculo Cabaça, e o Instituto Confúcio da Universidade de Agostinho Neto, realizaram conjuntamente um intercâmbio cultural para jovens chineses e angolanos, criando as condições para a juventude melhorar a compreensão mútua e aumentar as oportunidades de estágio e emprego. No futuro, essas atividades irão repetir mais. Nos últimos cinco anos, o governo chinês concedeu mais de 150 bolsas de estudo a Angola, existindo actualmente de 300 estudantes angolanos a frequentar nas universidades chinesas. Damos as boas-vindas e encorajamos mais jovens talentos angolanos a juntarem-se à grande família de bolseiro da China.

Angola é um importante parceiro da cooperação anti-COVID-19 da China. Trabalhamos em conjunto na construção da barreira antiepidémica. A China forneceu 189 milhões de doses da vacina COVID-19 para 27 países africanos, entre eles, uma grande quantidade de vacinas e materiais de biossegurança foram fornecidos a Angola. A capacidade de produção anual da produção cooperativa localizada na África atingiu 400 milhões de doses.

Angola é parceiro do respeito, igualdade e cooperação sincera. A China sempre pratica o conceito de “sinceridade, efetividade, afinidade e boa fé” com amigo angolano, e apoia firmemente Angola na caminhada de desenvolvimento adaptado às suas próprias condições nacionais. A China está disposta a trabalhar com Angola para levar adiante os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, praticar o multilateralismo genuíno e defender os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento.

A letra B representa Bilateral. A China tem sido o maior parceiro comercial de Angola e a principal fonte de investimento em mais de 10 anos. De 2017 a 2021, o volume das trocas comerciais entre a China e Angola foram de US\$ 23 mil milhões, US\$ 28,1 mil milhões, US\$ 25,9 mil milhões, US\$ 16,4 mil milhões e US\$ 23,3 mil milhões, respectivamente. Em 2021, o volume de comércio bilateral aumentou 42,1% ano a ano e, nos primeiros 10 meses deste ano, registou uma subida homóloga de 30%.

Em Angola, a China sempre se empenhou em ajudar na reconstrução nacional e no aprofundamento da cooperação entre os dois países no quadro do “Cinturão e Rota”. Durante as últimas duas décadas, a parte chinesa construiu em Angola mais de 2,800 km de caminho de ferro, 20,000 km de estrada, 100,000 fogos de habitação social, 100 escolas, 50 hospitais, e muito mais. As obras concluídas e ainda em exercício incluem caminho de ferro de Luanda, de Benguela, de Moçâmedes; Barragem de Soyo; Novo Aeroporto Internacional de Luanda, Aeroportos de Cabinda, de Quito, de Luao, de M'Banza Congo; Portos de Cabinda, de Caio, de Lobito; a centralidade de Kilamba Kiáxi, a Nova Cidade de Dundo e fornecimento de água para Saurimo, etc. A China concedeu tratamento de tarifa zero a 97% dos produtos de itens tributáveis de Angola exportados para a China, e está a trabalhar para aumentar este rácio para 98%, reforçando ainda mais o nível de facilitação do comércio China-Angola.

11.2 Mercado é dominado por peças de origem chinesa e indiana

Jornal de Angola

6 De Dezembro de 2022

Texto: André Brandão

O surgimento de estabelecimento de venda de materiais de reposição de viaturas e motorizadas na cidade de Ndalatando, província do Cuanza-Norte, reduziu consideravelmente o número da procura destes meios nos maiores mercados de Luanda, cerca de 230 quilómetros de distância.

Numa ronda consumada pela reportagem do *Jornal de Angola*, constatou-se que nestes locais é possível encontrar-se e à venda, quase todo o tipo de peças de substituição para automóveis, novos e usados com diferentes preços de acordo as origens e o modelo.

A par do Dondo (Cambambe) e Camabatela (Ambaca), Ndalatando é o maior mercado de acessórios de automóvel da província do Cuanza-norte, com dezenas de vendedores e todo o tipo de acessórios, desde motores, pneus, jantes, filtros de óleo e de ar, alternadores, segmentos, correias e outros meios, desde os de maior dimensão aos mais pequenos.

Em entrevista a nossa reportagem, a vendedora da casa comercial Família Umbo, Jacinta António Mateus, explicou que adquirem estes produtos nos seus fornecedores em Luanda, as mesmas são de origens chinesas e indianas.

Outras peças são usadas (segunda mão) provenientes de viaturas acidentadas na Europa, adquiridos na mão de outros comerciantes com um tempo de garantia. Por exemplo, na firma, Família Umbo, o preço dos diferentes tipos de cintas custam entre 16.000 e 12.000 kwanzas, os filtros de óleo e ar são vendidos ao custo de 2.500 a 6.000 kwanzas e a correia do alternador compra-se entre 2.000 a 9.000 kwanzas.

Baterias de 45, 55,75 e 95 amperes são vendidas a preços que variam dos 35.000 a 55.000 kwanzas, o jogo de discos de travões, está a ser comercializados à 45.000, enquanto o de embraiagem orça em 16.000 kwanzas.

Outros lugares onde se pode encontrar estes materiais de reposição estão no mercado do Tala-Hady, arredores da cidade de Ndalatando, com vários pontos ou casas de venda, a exemplo do estabelecimento do senhor, Simão Jerónimo Baltazar de 30 anos de idade, mais virado na comercialização de peças de motorizadas de duas e três rodas.

Há mais de 10 anos neste negócio, disse que o negócio é rentável, uma vez que o número de compradores aumenta quase todos os dias. Na sua loja, os pneus de tamanho 16 e 17 para motorizadas, encontram-se a preços que oscilam entre 6.000 e 7.500 kwanzas. Os motores novos de motorizadas de 125 e 150 centímetros cúbicos comercializam-se a 150.000 e 160.000 Kwanzas, as câmaras-de-ar são despachadas a 1.000 e 1.500, pelo que as velas custam 300 Kwanzas cada.

Diferente das demais casas de transação de acessórios de viaturas e motorizadas, a empresa Tecnagri, comercializa outros tipos de acessórios, nomeadamente para tractores, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais, dispondo para o efeito de uma loja personalizada com um elevado Stock de peças de vários tipos de viaturas, dispondo igualmente de uma oficina mecânica própria.

Para o cliente, Tomás Andrade, proprietário de uma viatura ligeira, disse que com a implementação de mais lojas de peças de reposição em Ndalatando, deixou de viajar para Luanda adquirir tais componentes, uma vez que os preços não diferem tanto.

Tomás Andrade comprou um jogo de stop a 60.000 Kwanzas na cidade de Ndalatando, menos 5000 Kwanzas, em relação aos mercados de Luanda, mas realça que ser melhor fazer-se a compra localmente, porque a deslocação para a capital do país acarreta mais gastos muitos gastos com a viagem, hospedagem e alimentação.

Flávio Domingos substituiu o antigo motor da sua moto por outro novo que comprou numa das lojas de Ndalatando. Referiu que, nesta cidade, ao contrário dos tempos passados, actualmente é possível encontrar todo o tipo de acessórios de reposição com pequenas diferenças no preço da compra em relação a outros mercados, com realce aos de Luanda.

Ao contrário dos tempos passados, actualmente é possível encontrar todo o tipo de acessórios de reposição com pequenas diferenças no preço da compra em relação a outros mercados, com realce aos de Luanda

China com o fim de continuar seus estudos desde a Covid-19. Antes de viagem, conversei com esses alunos e eles estavam cheios de expectativas e dinamismo. Além disso, o vôo de carga de Luanda para Changsha tem operado bem desde sua inauguração em agosto, e os dois lados estão discutindo ativamente a cooperação para a abertura de voos diretos de passageiros.

Em agosto, as eleições gerais de Angola foram realizadas com sucesso e o novo governo foi formado, enquanto a China realizou o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista em outubro e formará um novo governo no primeiro semestre de 2023. As agendas políticas China-Angola estão estreitamente alinhadas e os seus ritmos de desenvolvimento ressoam na mesma frequência. No próximo ano, celebraremos o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas China-Angola e o 13º aniversário da nossa parceria estratégica. Na mensagem de felicitações dirigida ao Presidente João Lourenço pela sua reeleição, o Presidente Xi Jinping salientou que nos últimos anos, as relações China-Angola desfrutaram de um excelente momento de desenvolvimento, enquanto a confiança política recíproca foi aprofundada e a cooperação pragmática avançou de forma ordenada, que beneficiam os dois países e povos. O Enviado Especial do Governo Chinês para os Assuntos Africanos participou a cerimónia da investidura do Presidente João Lourenço e com ele trocou opiniões sobre a promoção das relações bilaterais e chegaram a vastos consensos.

A China acarinha a amizade tradicional China-África e China-Angola. Independentemente da evolução da cena internacional, nunca se muda a determinação da China de fortalecer a solidariedade e a cooperação China-África e China-Angola. A China e a África são forças importantes para os países em desenvolvimento no mundo. Deveríamos assegurar firmemente o rumo principal de apoio mútuo, solidariedade e cooperação, promover inabalavelmente o desenvolvimento saudável e estável da parceria estratégica China-África e injetar mais energia positiva nos esforços da comunidade internacional para combater a Covid-19, restaurar a economia e salvaguardar a justiça.

11.3 Angola e China registam trocas comerciais avaliadas em mais de 23 mil milhões de dólares

Jornal Economia e Finanças

10 De Dezembro de 2022

Texto: Isaque Lourenço

As trocas comerciais entre Angola e a China, até ao mês de Outubro, estimaram-se em 23,1 mil milhões de dólares, segundo dados de um documento da Embaixada do gigante asiático em Luanda.

Incluindo o sector petrolífero, o stock de investimento está estimado em 24 mil milhões de dólares.

Em relação ao volume de exportação e as importações, de Janeiro a Outubro, a exportação de Angola para a China foi de 19,79 mil milhões de dólares, incluindo petróleo (19,66 mil milhões), pedras preciosas (62,57 milhões), produtos de alumínio (20,64 milhões), minério de areia (20,26 milhões) e produtos de cobre (20,24 milhões).

Quanto às importações da China, as mesmas fixaram-se em 3,32 mil milhões de dólares, sendo equipamentos eléctricos (USD 437 milhões), veículos e peças (390 milhões), máquinas (380 milhões), produtos plásticos (201 milhões), aço (188 milhões).

Para os primeiros três meses deste ano, o fluxo do investimento directo chinês em Angola foi de 295 milhões de dólares.

Cooperação em 40 anos

Indicadores sinalizam que durante os 40 anos em que a China e Angola estabeleceram as relações diplomáticas, os dois países mantêm uma cooperação frutífera.

Como parceiros estratégicos, China e Angola apoiam-se, mutuamente, em questões relativas aos interesses centrais e principais preocupações de cada lado. Ambos Estados salvaguardam os interesses comuns em desenvolvimento, como também a equidade e justiça internacional.

Angola é, no momento, um importante parceiro comercial da China em África, sendo que nos últimos dois anos, a cooperação comercial obteve um bom desempenho.

De acordo com as estatísticas da Alfândega da China, em 2021, o volume do comércio bilateral China-Angola foi de 23,34 biliões de dólares, registando um aumento homólogo de 41,4 por cento. Desde o início deste ano, manteve um ritmo de crescimento rápido, com um aumento de 24,0 por cento em relação ao ano anterior, de Janeiro a Outubro, atingindo 23,28 biliões de dólares. A China exportou 3,3 biliões de dólares para Angola e importou 19,98 biliões de dólares, um aumento homólogo de 62,9 e 19,3 por cento, respectivamente.

Face a estes dados, Angola tornou-se o segundo maior parceiro comercial da China em África, enquanto a China continua a ser o maior parceiro comercial de Angola.

Tanto a China como Angola são países em desenvolvimento, e realizar a modernização nacional e bem-estar do povo é a aspiração comum dos dois países.

Não muito tempo atrás, o 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China foi realizado com sucesso. A conferência propôs, claramente, a promoção do grande rejuvenescimento da nação chinesa de forma abrangente, através da modernização ao estilo chinês.

A modernização de estilo chinês é a modernização socialista liderada pelo Partido Comunista da China, que não apenas possui as características comuns da modernização de todos os países, mas também características chinesas baseadas nas próprias condições nacionais.

O Presidente Xi Jinping, naquela altura, destacou que nunca existe um modelo fixo para o caminho da modernização, sendo melhor o que mais se adapta.

A prática da modernização ao estilo chinês prova que cada país deve determinar seu próprio caminho de modernização com base em suas próprias condições nacionais, e não deve se desviar da realidade e copiar os modelos e práticas de outrem, muito menos seguir o antigo caminho de alguns países para alcançar a modernização por meio da guerra, da colonização e da pilhagem. Estamos dispostos a continuar a fortalecer o intercâmbio de experiências em governança e administração e melhorar conjuntamente a capacidade de governança e administração por meio do estudo e aprendizado mútuo, de modo a avançarmos juntos ao objectivo da modernização.

No ano 2023, festejamos o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas entre a China e Angola e o 13º aniversário do estabelecimento da parceria estratégica. A China está disposta a trabalhar em conjunto com Angola, aproveitando o 40º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas China-angola como uma oportunidade de modo a intensificar os intercâmbios de alto nível com Angola, fortalecer o alinhamento estratégico, e continuar a apoiar o Governo e o povo angolanos na exploração independente de um caminho de desenvolvimento adequado às suas próprias condições nacionais. Apoiaremos-nos firme e mutuamente em questões relativas aos interesses centrais e principais preocupações de cada lado.

Numa mensagem alusiva àquele célebre encontro, as autoridades no país reiteraram a disposição de trabalhar com Angola para implementar os resultados da 8ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China - África, que busca a promoção da parceria estratégica entre os dois lados para um novo patamar e a construção conjunta de iniciativa "Cinturão e Rota", com alta qualidade.